

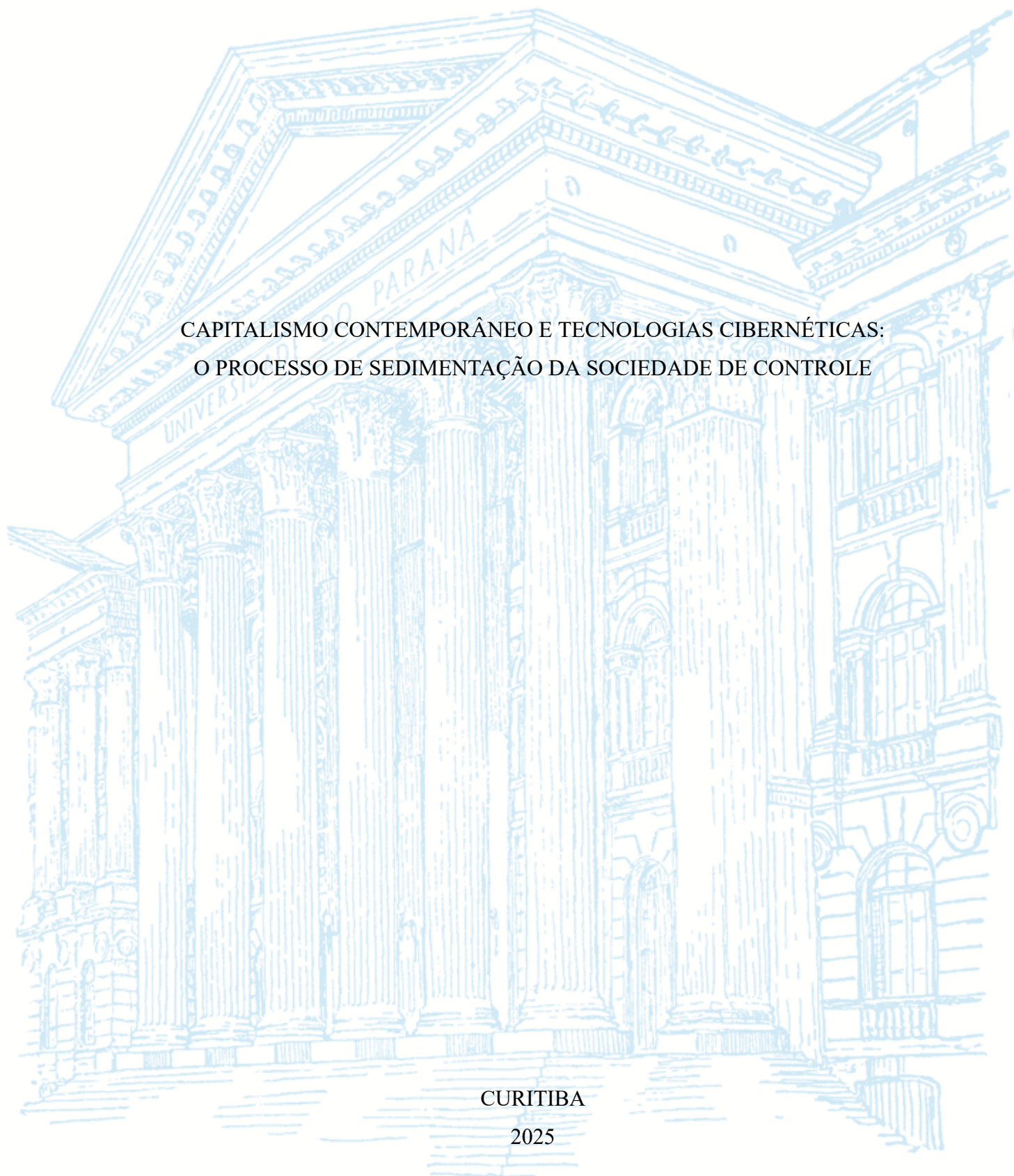
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEONARDO ANTÔNIO DRESCH

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E TECNOLOGIAS CIBERNÉTICAS:
O PROCESSO DE SEDIMENTAÇÃO DA SOCIEDADE DE CONTROLE

CURITIBA

2025



LEONARDO ANTÔNIO DRESCH

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E TECNOLOGIAS CIBERNÉTICAS:
O PROCESSO DE SEDIMENTAÇÃO DA SOCIEDADE DE CONTROLE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, no Setor de Ciências Humanas, na
Universidade Federal do Paraná, como requisito para a
obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Tarcisa Silva Bega.

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Dresch, Leonardo Antônio

Capitalismo contemporâneo e tecnologias cibernéticas: o processo de sedimentação da sociedade de controle. / Leonardo Antônio Dresch. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Tarcisa Silva Bega.

1. Controle social. 2. Tecnologia – Aspectos sociais.
3. Capitalismo –Aspectos sociais. I. Bega, Maria Tarcisa Silva, 1953-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LEONARDO ANTÔNIO DRESCH**, intitulada: **CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E TECNOLOGIAS CIBERNÉTICAS: O PROCESSO DE SEDIMENTAÇÃO DA SOCIEDADE DE CONTROLE**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA TARCISA SILVA BEGA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 01 de Agosto de 2025.



MARIA TARCISA SILVA BEGA

Presidente da Banca Examinadora



RACHEL CALLAI BRAGATTO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



JULIAN SIMOES CRUZ DE OLIVEIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

*Dedico este trabalho aos meus pais e amigos
que foram fundamentais para que eu obtivesse
a estrutura para o desenvolvimento e
produção deste trabalho, mas especialmente
aos meus avós paternos e maternos que não
estão mais aqui como forma de legado e
memória a importância deles em minha vida e
em minha história.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, meu muito obrigado por tudo. Vocês sempre foram minha inspiração, cultivando em mim a paixão pelo conhecimento e, mais importante ainda, a curiosidade que me impulsiona. Obrigado por me darem apoio e me acolherem com tanto amor nos dias de cansaço e incerteza. Sem o suporte de vocês, nada disso seria possível.

Aos meus amigos, meu mais sincero agradecimento por me aturarem repetindo incessantemente sobre o meu tema de pesquisa. E por respeitarem meu espaço quando precisei me afastar para focar nos estudos. Obrigado por comemorarem cada etapa comigo e por me darem a força que eu precisava para seguir em frente.

Aos meus colegas de sala e de pesquisa, que, assim como eu, sabem o que é passar horas e horas tentando juntar os dados coletados com os argumentos construídos. Vocês são a prova de que a pesquisa acadêmica no Brasil é possível, e fazem do que é complexo algo mais fácil de entender. Agradeço especialmente ao grupo Sociologia e Políticas Sociais da Universidade Federal do Paraná, que me recebeu de braços abertos, e me proporcionou trocas de ideias incríveis e que mudaram a forma como eu via e entendia o meu próprio trabalho.

À minha fiel escudeira e cachorrinha da família, Doralyce Maysa (Dora), que tão amorosamente me fez companhia durante as madrugadas de leitura e escrita. Você sempre esteve ali me dando o apoio que eu precisava.

E, por fim, à minha orientadora, que foi muito mais do que uma guia. Você me conduziu por essa jornada com uma clareza, força e humanidade que me inspiraram. Seu conhecimento e sensibilidade foram essenciais para a qualidade deste trabalho e para o meu crescimento pessoal e profissional.

“Once, men turned their thinking over to machines in the hope that this would set them free. But that only permitted other men with machines to enslave them.”

Frank Herbert – Dune

“A machine is more blameless, more sinless even than any animal. It has no intentions whatsoever but our own.”

Ursula K. Le Guin

RESUMO

A sociedade contemporânea, moldada pela globalização, avanços tecnológicos e neoliberalismo, vivencia profundas transformações em suas estruturas sociais e relações de poder. Conflitos, movimentos sociais digitais, a coleta massiva de dados pessoais e a preocupação com a privacidade e o poder das *Big Techs* evidenciam a necessidade de compreender a tecnologia não como uma ferramenta neutra, mas como um produto de fatores históricos, políticos e econômicos. Diante do exposto, o presente trabalho utiliza a teoria da Sociedade de Controle e de seu maquinário cibernético de Gilles Deleuze como lente analítica para observar a efetivação e as consequências desse modelo no tecido social. Ao contrário da Sociedade Disciplinar de Foucault, limitada a espaços fechados, a vigilância na Sociedade de Controle se expande para o campo aberto, mediada por tecnologias que os próprios indivíduos carregam. A pesquisa busca ir além de um pensamento computacional que propõe soluções tecnológicas supostamente neutras para problemas sociais, reconhecendo os vieses e influências subjacentes. A questão central é verificar, a partir das análises de Deleuze, formuladas antes de sua morte em 1995, o desenrolar do desenvolvimento tecnológico cibernético. Para isso, a abordagem da pesquisa foi de natureza especialmente qualitativa e exploratória, com enfoque descritivo a partir de uma metodologia histórico-bibliográfica, por meio de material coletado ao decorrer da pesquisa, composto por referencial teórico multidisciplinar nacional e internacional formando uma linha do tempo do desenvolvimento tecnológico a partir da criação da *internet* até o cenário contemporâneo da segunda década do século XXI. Em suma, este trabalho busca compreender a instrumentalização das máquinas cibernéticas no capitalismo contemporâneo, onde o real e o digital se fundem, oferecendo um panorama crítico sobre as novas dinâmicas de poder e suas sequelas e, posteriormente, propor formas e movimentos de superação. Entre as principais referências teóricas incluem-se: Gilles Deleuze, Michel Foucault, Zygmunt Bauman, Byung Chul-Han, Manuel Castells, Noam Chomsky, Ben Tarnoff, Safiya Umoja Noble, entre outros.

Palavras-chave: Sociedade de Controle; dinâmicas de poder; modulação; tecnodiversidade.

ABSTRACT

Contemporary society, shaped by globalization, technological advancements, and neoliberalism, is experiencing profound transformations in its social structures and power relations. Conflicts, digital social movements, the massive collection of personal data, and concerns about privacy and the power of Big Techs highlight the need to understand technology not as a neutral tool, but as a product of historical, political, and economic factors. Given this context, the present work uses Gilles Deleuze's theory of the Society of Control and its cybernetic machinery as an analytical lens to observe the actualization and consequences of this model within the social fabric. Unlike Foucault's Disciplinary Society, which was limited to closed spaces, surveillance in the Society of Control expands into open fields, mediated by technologies carried by individuals themselves. The research aims to move beyond a computational mindset that proposes supposedly neutral technological solutions for social problems, acknowledging underlying biases and influences. The main question is to examine, using Deleuze's analyses from before his death in 1995, the unfolding of cybernetic technological development. For this, the research approach was primarily qualitative and exploratory, with a descriptive focus based on a historical-bibliographic methodology. This involved material collected throughout the research, comprising a multidisciplinary national and international theoretical framework, forming a timeline of technological development from the creation of the internet to the contemporary scenario of the second decade of the 21st century. In essence, this work seeks to understand the instrumentalization of cybernetic machines in contemporary capitalism, where the real and the digital merge, offering a critical overview of new power dynamics and their consequences, and subsequently proposing ways and movements for overcoming them. Key theoretical references include Gilles Deleuze, Michel Foucault, Zygmunt Bauman, Byung Chul-Han, Manuel Castells, Noam Chomsky, Ben Tarnoff and Safiya Umoja Noble, among others.

Keywords: Society of Control; power dynamics; modulation; technodiversity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 TECNOLOGIA DA ESPERANÇA E CONTROLE.....	14
2.1 SOCIEDADES DE CONTROLE E A MÁQUINA CIBERNÉTICA.....	14
2.2 <i>PSICOPODER</i> COMO MECANISMO DAS SOCIEDADES DE CONTROLE.....	17
2.3 <i>INTERNET</i> , A NOVA FRONTEIRA.....	22
2.4 PLATAFORMIZAÇÃO DA <i>WEB</i> , TERMOS DE USO E A FORMAÇÃO DAS SOBERANIAS-APARENTES.....	31
2.5 DATIFICAÇÃO, UM PROCESSO HISTÓRICO DE CONTROLE.....	40
2.6 DADOS, O NOVO PETRÓLEO?.....	42
3 TECNOLOGIA DO PODER E DESIGUALDADE.....	47
3.1 A (PROBLEMÁTICA) ESPERANÇA DIGITAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO INÍCIO DO SÉC. XXI.....	47
3.2 MAQUINÁRIO CIBERNÉTICO E SEU POTENCIAL INIGUALÁVEL.....	54
3.3 TRILHA SONORA PARA O GENOCÍDIO (RUANDA 1994) x DEIXE SEU LIKE PARA O GENOCÍDIO (MIANMAR 2017).....	58
3.4 O DISCURSO DE ÓDIO COMO INGREDIENTE DE MODULAÇÃO E A SUA ESTRUTURA.....	63
3.5 DESIGUALDADE ALGORÍTMICA.....	72
4 TECNOLOGIA DA DIVERSIDADE E SUPERAÇÃO.....	78
4.1 REGULAMENTAÇÃO COMO UMA PRIMEIRA LINHA DE DEFESA.....	78
4.2 <i>TECNODIVERSIDADE</i> , LOCALIDADE E COLETIVIDADE.....	84
4.3 PARA ALÉM DO IMPERATIVO UTILITARISTA.....	90
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	94
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

A sociedade do início do século XXI, marcada pela globalização, rápida evolução tecnológica e pela manutenção do neoliberalismo, experimenta uma transformação em suas estruturas sociais e nas relações de poder. A profusão de conflitos, movimentos sociais arquitetados pelas redes, dados pessoais sendo gerados e coletados, violação de privacidade e discussão acerca do poder das Gigantes da Tecnologia, conhecidas como *Big Techs*, afloram a necessidade de deslocar o olhar para a tecnologia não como algo a par da sociedade (ou mera ferramenta), pelo contrário, como produto resultante de fatores históricos, políticos e econômicos daqueles que a desenvolvem e detêm seu domínio.

Com o desenvolvimento das tecnologias digitais o potencial de exercer o controle sobre a sociedade expande para o campo aberto e permite a vigilância para além dos espaços fechados, tal como sugerido pelo pensador francês Gilles Deleuze em meados dos anos 1990 e a sua teoria sobre a Sociedade do Controle. A partir das ponderações formuladas pelo referido intelectual, o presente trabalho pretende tomar como ponto de partida observar se o modelo proposto de fato se formou e, se sim, como se deu sua gradual decantação e posterior sequelas no tecido social contemporâneo.

Conforme acima exposto, o trabalho se utiliza do conceito de Sociedade de Controle formulado pelo pensador Gilles Deleuze como lente analítica dos eventos recentes envolvendo as tecnologias digitais e as dinâmicas de poder, inclusive como possibilidade de separar e compreender aquele que opera, constitui e programa a tecnologia, bem como o sistema que, programado pelo agente, conduz e administra as plataformas. Buscamos superar a visão de um pensamento computacional, o qual é usado como forma de promover a ideia de que um novo aplicativo, sistema ou plataforma será suficiente para extinguir problemas sociais como a desigualdade, por exemplo, se pondo como ferramenta meramente neutra. Portanto, reconhecer vieses e influências nestes movimentos.

A pergunta que move a pesquisa e surge como objetivo central se justifica posto que Deleuze faleceu em 1995 e não pode observar se suas análises e formulações vieram de fato a tomar forma ou não. A partir dessa indagação, o trabalho se desdobra por meio de uma metodologia histórico-bibliográfica sustentada principalmente na interação em dados e diálogos entre pesquisadores e pensadores que trouxeram análises desde o final do século XX até meados de 2024. Inclusive, como forma de possibilitar um panorama quanto à evolução dos mecanismos de poder.

O panóptico de Bentham tão explorado por Foucault, especialmente em sua obra “Vigiar e Punir” originalmente publicada em 1975, dá espaço a um novo panóptico que não se limita ao espaço fechado das fábricas, prisões, escolas e afins, passa a ocupar os espaços abertos consumando uma dinâmica de vigilância mediada pelas tecnologias carregadas pelos próprios indivíduos. As redes sociais que inicialmente foram vistas como motores revolucionários e espaços de autonomia, ausentes das “garras” do poder estatal, hoje são espaços que contribuem para a criação de “filtros-bolha”, onde os indivíduos/usuários são expostos apenas a informações que confirmam suas visões de mundo, ao passo que são direcionados a consumir determinados conteúdos que se alinham aos interesses dominantes, promovendo os ditames neoliberais. Essa fragmentação da sociedade em grupos com visões cada vez mais divergentes dificulta o diálogo e o consenso, alimentando o extremismo e a polarização política. Para tanto, o trabalho se divide em três capítulos.

O primeiro cumpre fundamentalmente o papel de explorar o que de fato é a Sociedade de Controle e em que contexto Deleuze acabou formulando tal modelo a fim de dar continuidade aos escritos de Foucault, da sociedade disciplinar e do biopoder, ressaltando especialmente a noção de absorção do poder pelo maquinário contemporâneo. Esse novo poder se ancora no cibernético e os dois movimentos que permitem reconhecer os agenciamentos feitos pelos operadores e as mudanças feitas pelas máquinas nos espaços digitais que administram, sendo o primeiro a *manipulação* e o segundo a *modulação*. Outrossim, expandir os elementos da Sociedade de Controle para incluir o *psicopoder* proposto pelo pensador Byung-Chul Han como vetor de exercício do poder que atua sobre a psique do indivíduo, uma coerção mental sob a égide dos preceitos neoliberais, para além das violências físicas exercidas pelo biopoder.

Após a formulação dos conceitos basilares o trabalho passa a analisar o desenvolvimento do maquinário cibernético a partir dos estudos do pesquisador Ben Tarnoff e a história de construção da *internet*, sistema que se iniciou como ferramenta militar, mudou a fim de cumprir um papel social de conectar instituições como universidades, culminando em sua completa privatização no final dos anos 1990 com o avanço galopante do neoliberalismo e busca por outras formas de lucro e mercantilização. Aqui tem-se o ponto de partida do que se toma, neste trabalho, como a Sociedade de Controle, bem como, apresentamos uma outra tecnologia que havia sido desenvolvida concomitantemente, mas no contexto social chileno durante o governo socialista de Salvador Allende, com o intuito de ressaltar como o meio afeta diretamente os interesses e resultados nos maquinários feitos.

Posteriormente, a pesquisa observa o surgimento das plataformas digitais e a construção dos espaços restritos digitais no final do século XX e início do século XXI que concentram as interações sociais e concedem ao usuário uma falsa sensação de liberdade, haja vista estarem condicionados às diretrizes dos Termos de Uso. Tais documentos acabam por gerar um capital político às empresas de tecnologia, a ponto de assumirem o posto de soberania-aparente¹. Outrossim, o capítulo se encerra analisando o legado histórico do uso dos dados para controle dos corpos e suas raízes coloniais e, posteriormente, o surgimento dos dados na contemporaneidade como *commodity* e a busca pela sua mercantilização, coleta e consequente violação da privacidade, intensificando o caráter de controle e vigilância sobre os usuários.

O segundo capítulo inicia avançando para a primeira década do século XXI promovendo um contraste entre o olhar de dois intelectuais observando a evolução do maquinário cibernético e seus efeitos na sociedade. Primeiramente, apresentando as ponderações mais esperançosas do sociólogo espanhol Manuel Castells, passando pelos movimentos sociais articulados por meio das redes sociais como a Primavera Árabe, por exemplo, e os potenciais de emancipação que as redes vieram a gerar. E, em contrapartida, o trabalho também expõe as análises do sociólogo polonês Zygmunt Bauman que partem de um olhar mais crítico e alinhado com os preceitos da Sociedade de Controle ao considerar o papel do maquinário cibernético para o exercício do controle e vigilância das pessoas, bem como (e principalmente) a sua transformação em mercadoria e decantação do imperativo da publicidade e consumo.

Após, a pesquisa apresenta dois dos primeiros grandes escândalos envolvendo a Sociedade de Controle e o potencial de vigilância nunca antes visto: a *NSA Files* trazida pelo ex-agente da referida agência estadunidense, demonstrando a espionagem em nível global realizada pelo governo em 2013 e, em 2014, os dados envolvendo a empresa de publicidade *Cambridge Analytica* e seu papel nas eleições que viriam a ocorrer em 2016 aplicando mecanismos de violação de dados pessoais, coleta e processamento a fim de *modular* o espaço digital e influenciar o eleitorado. Estes dois exemplos põem luz em sequelas já geradas pelo maquinário cibernético no tecido social e político.

Dando continuidade ao potencial de alcance e influência do maquinário cibernético, o segundo capítulo também aborda como o discurso de ódio (tão debatido atualmente) é, em realidade, apenas a intensificação e evolução de dinâmicas já feitas anteriormente e para isso se faz um paralelo entre os eventos envolvendo o genocídio em Ruanda que foi intensificado

¹ Estes conceitos serão detalhados no capítulo dois.

pelo uso do rádio e posteriormente, o genocídio em Mianmar com um potencial ainda mais devastador frente ao uso das redes sociais e complacência das *Big Techs*, as quais priorizam os lucros em vez de efetivamente os efeitos sociais. Outrossim, considerando as limitações temporais e produtivas, o trabalho analisa o que pode ser visto como duas sequelas centrais na Sociedade de Controle – o discurso de ódio e a desigualdade algorítmica – como forma de operacionalização do espaço digital para a manutenção de um poder já hegemônico, bem como para a reprodução dos vieses sociais para a codificação dos algoritmos. Este processo determina o rumo das plataformas e, no fim, continua exercendo a desigualdade e reproduzindo violências de forma digital, apontando tal contradição a partir dos dois movimentos propostos por Deleuze.

Por fim, o último capítulo propõe articular e explorar um conjunto de contra-movimentos, visando uma reformulação profunda da trajetória do desenvolvimento tecnológico. A investigação se concentra na análise de mecanismos capazes de mitigar e, em última instância, frear o avanço daquela que se apresenta como uma soberania-aparente, exercida pelas corporações tecnológicas (*Big Techs*). Adicionalmente, busca-se fomentar uma perspectiva renovada sobre o desenvolvimento tecnológico em si, bem como sobre o papel e a agência do maquinário na complexa dinâmica da existência humana.

A despeito da consolidação da Sociedade de Controle na contemporaneidade², tal cenário não implica uma cristalização inalterável. Longe de representar um destino tecnológico imutável, a Sociedade de Controle, com suas intrincadas malhas de vigilância e manipulação, configura-se como uma formação histórica específica, passível de contestação, transformação e superação.

Essa reorientação implica um questionamento fundamental das premissas que têm norteado a inovação tecnológica, deslocando o foco de modelos puramente extrativistas e orientados pelo lucro para abordagens que priorizem a ética, a justiça social, a autonomia individual e a sustentabilidade, inclusive propondo um olhar decolonial. Ao explorar alternativas tecnológicas, regulatórias e sociais, este capítulo final visa contribuir para a construção de um futuro digital mais equitativo e democrático, onde a tecnologia sirva genuinamente ao bem-estar coletivo, em vez de perpetuar e exacerbar as assimetrias de poder existentes. Enfim, um horizonte de possibilidades que possa escapar da sedimentação da Sociedade de Controle.

² Este é um fenômeno extensivamente analisado ao longo desta discussão, desde a sua conceituação teórica até a sua materialização através dos eventos históricos delineados e a constatação de suas significativas consequências no tecido social, a exemplo da alarmante disseminação do discurso de ódio e da emergente desigualdade algorítmica

Ao adotar uma perspectiva crítica, é fundamental reconhecer que a tecnologia, além de sua funcionalidade, serve como ferramenta de poder, a serviço de interesses corporativos e governamentais que buscam maximizar o lucro e o controle social. A lógica da praticidade, tão exaltada no discurso neoliberal, revela-se, portanto, como uma estratégia para naturalizar a exploração e a submissão, encobrendo as relações de poder subjacentes. Uma análise histórica e crítica da tecnologia permite desvelar as contradições inerentes ao seu desenvolvimento e identificar os mecanismos pelos quais ela é utilizada para perpetuar as desigualdades sociais e as relações de dominação. É preciso, portanto, transcender a visão ingênua da tecnologia como um mero instrumento neutro e desvendá-la como um artefato cultural e político, moldado por interesses específicos e com profundas implicações para a vida em sociedade.

A presente pesquisa, desse modo, tem como objetivo principal compreender como esse processo de instrumentalização das máquinas cibernéticas se dá na realidade capitalista contemporânea a partir do prisma da Sociedade de Controle. Onde o real e o digital se fundem (e se confundem) cada vez mais, buscando, ao menos, frente à complexidade e extensão do tema, bem como os limites impostos produzir um panorama crítico sobre a atualidade e as novas [reproduções] das dinâmicas de poder.

2 TECNOLOGIA DA ESPERANÇA E CONTROLE

*The 'rope', along with the 'stick', are two of mankind's oldest tools. The stick to keep the bad away, the rope used to bring the good toward us. They were our first friends, of our own invention. Wherever there were people, there were the rope and the stick.*³ (ABE, Kobo)

2.1 SOCIEDADES DE CONTROLE E A MÁQUINA CIBERNÉTICA

Tentar entender um tempo – ou o exercício do poder – é observar as tecnologias que são usadas e os agentes que as utilizam, ao menos o filósofo francês Gilles Deleuze, em 1990, parte dessa reflexão ao separar a sociedade disciplinar⁴ explorada por Michel Foucault do que virão, após a Segunda Guerra Mundial, a ser as sociedades de controle “(...) que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação incessante.” (Deleuze, 2013, p. 220)

Deleuze observa que cada tipo de sociedade possui uma máquina dominante pela qual ocorre a absorção do poder: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania compostas por roldanas, alavancas e relógios; as máquinas energéticas (a vapor, por exemplo que eram passíveis de resistência) para as de disciplina e para a Sociedade de Controle as cibernéticas⁵ e os computadores. (Deleuze, 2013, p. 220 e 227) Isso porque tais máquinas não são determinantes, “(...) elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las.” (Deleuze, 2013, p. 227)

Entretanto, Deleuze reconhece que somente olhar para essas máquinas não é suficiente para explicar o todo, pelo contrário “(...) é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte.” (Deleuze, 2013, p. 220) Em suma, para além de investigar a máquina em si, faz-se necessário examinar o agente (ou agentes) que se utilizam (ou se agenciam, para manter o sentido original) deste maquinário. Tal técnica de

³ A 'corda' e o 'bastão' são duas das ferramentas mais antigas da humanidade. Usamos a corda para aproximar coisas boas e o bastão para repelir coisas ruins. Eles foram nossos primeiros amigos, de nossa própria invenção. Onde quer que houvesse pessoas, havia a corda e o bastão. – Tradução livre.

⁴ “Foucault analisou muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento, visível especialmente nas fábricas: concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo, compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares.” (Deleuze, 2013, p. 223)

⁵ Ademais, James Bridle apresenta uma reflexão que complementa a aplicação da máquina atual onde: “Sistemas computacionais, como ferramentas, enfatizam um dos aspectos mais potentes da humanidade: nossa capacidade de agir efetivamente no mundo e moldá-lo ao nosso desejo.” (Bridle, 2019, p. 22)

análise, a qual o presente trabalho pretende se sustentar, permite remover o véu místico que envolve a tecnologia contemporânea digital como ferramenta apartada dos fenômenos sociais, como se fosse um objeto ou ferramenta que surgisse do vácuo da mente daquele que a fosse criar e solucionará todos os problemas em um passe de mágica (ou em um clique).

Com o advento das tecnologias cibernéticas e os computadores, a partir da década de 1960, principalmente por conta de sua velocidade e alcance, Deleuze propôs que o poder (em especial sob a ótica da vigilância) não se restringiria aos espaços fechados apontados por Foucault com seu panóptico, pelo contrário, agora alcançaria o espaço aberto, dando forma a um controle ao ar livre (Deleuze, 2013, p. 224). A tecnologia cibernética constituiria um mecanismo de controle que permitisse vigiar e fiscalizar, a todo momento, “(...) a posição de um elemento no espaço aberto, animal numa reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica)”. (Deleuze, p. 2013, p. 229) O panóptico de Bentham abordado por Foucault se expandiria para a vida cotidiana da sociedade, para além dos condenados confinados na prisão, dos alunos nas escolas, dos soldados nos quartéis, dos pacientes nos hospitais e dos trabalhadores nas fábricas. A vigilância se tornaria o ordinário.

A partir dessas ponderações iniciais Deleuze formulou que nas sociedades de controle, tal controle se daria por meio de uma ação que é própria da máquina, a *modulação*, que não se confunde com a ação promovida pelo agente agenciando a máquina, qual seja, a *manipulação*. Enquanto nos espaços fechados o confinamento produz moldes fixos que exigem serem previamente *manipulados* para alterarem sua forma, na Sociedade de Controle os moldes passariam por “(...) uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro.” (Deleuze, 2013, p. 225) Portanto, capaz de se auto *modular*. Processo esse que apenas as máquinas cibernéticas poderiam (e podem) fazer, haja vista sua velocidade em processar, adaptar e executar ações, diferentemente do controle exercido por agente no espaço de confinamento e das máquinas energéticas.

Antes de retomar os dois movimentos apresentados, outra característica fundamental observada por Deleuze na constituição das sociedades de controle é a substituição da fábrica pela empresa, em outros termos, a formação do neoliberalismo que se materializa, além de outras maneiras, através da empresa e das dinâmicas operadas naquele espaço como o individualismo e a meritocracia, por exemplo.

A fábrica constituía os indivíduos em um só corpo, para a dupla vantagem do patronato que vigiava cada elemento na massa, e dos sindicatos que mobilizavam uma massa de resistência; mas a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade

inexpiável como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo em si mesmo. (Deleuze, 2013, p. 225)

Não apenas o espaço da empresa surge, substitui-se a assinatura como ato de identidade das sociedades disciplinares, bem como a regulação por palavras de ordem, pela cifra, ou senha, que permite o acesso ou não à informação, tornando – e reduzindo – os indivíduos em amostras e dados a serem coletados e analisados a fim de garantir e extrair maior produtividade (Deleuze, 2013, p. 226). O autor conclui que não se trata da mera evolução tecnológica, mas sim, interiormente, uma mutação do próprio capitalismo (Deleuze, 2013, p. 227).

As tecnologias cibernéticas proporcionam uma manipulação psicológica e aberta e não somente física e fechada como é na sociedade disciplinar. “O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua.” (Deleuze, 2013, p. 228) E complementa, “(...) o que conta não é a barreira, mas o computador que detecta a posição de cada um, lícita ou ilícita, e opera uma modulação universal.” (Deleuze, 2013, p. 229)

Esse, portanto, é o panorama observado por Deleuze do que poderia ser a nova dinâmica da sociedade com o advento da tecnologia cibernética e a ascensão do neoliberalismo como ideologia formadora: uma máquina capaz de se *modular* trazendo uma forma de liberdade para o usuário em um ambiente restrito, mas que não exclui os agenciamentos daqueles que *manipulam* a máquina, *manipulação* essa que está intrinsecamente relacionada aos interesses – ou melhor, vieses – sociais e, especialmente, econômicos desses agentes que as constituem.

Deleuze faleceu em 1995 de forma que não pode observar de fato o que viria a ser a sociedade contemporânea mediada pela cibernética, em especial pelos algoritmos, haja vista que naquele ano a tecnologia ainda não tinha estabelecido com plenitude e alcance seu potencial, motivo pelo qual se mostra fundamental expandir o conceito de máquina cibernética para melhor compreender os eventos posteriores a serem analisados e se de fato as dinâmicas contemporâneas se assemelha, ou não, ao preceitos expostos por ele.

Diferentemente das máquinas dos regimes anteriores, a cibernética se divide em duas esferas: material e imaterial, a primeira é composta pelos aparatos físicos como celulares, notebooks, servidores, cabos, computadores e afins que possuem mecanismos próprios e concedem acesso à segunda esfera, o espaço digital, que é codificado e administrado por algoritmos os quais dão forma aos aplicativos, sites e plataformas como as redes sociais. Essa

separação é necessária pois, apesar de simbiótica a relação entre as esferas, certas ações são próprias de cada uma. A máquina cibernética dá forma tanto ao indivíduo quanto ao usuário.

2.2 PSICOPODER COMO MECANISMO DAS SOCIEDADES DE CONTROLE

O filósofo coreano Byung-Chul Han apresenta um entendimento complementar para explicar o exercício do poder advindo das máquinas cibernéticas, especialmente as plataformas digitais *moduladas* pelos algoritmos, que substitui a coerção física das sociedades disciplinares pela coerção psíquica das sociedades de controle, o que ele intitula de *psicopoder*.

O psicopoder é mais eficiente do que o biopoder na medida em que vigia, controla e influencia o ser humano não de fora, mas sim *a partir de dentro*. A psicopolítica se empodera do comportamento social das massas ao acessar a sua lógica inconsciente. A sociedade digital de vigilância, que tem acesso ao inconsciente-coletivo, ao comportamento social futuro das massas, desenvolve traços totalitários. (Han, 2018a, p. 134)

O controle não mais opera exclusivamente de forma ortopédica – sob o corpo físico – como fundamentaria Foucault, mas também no campo neuronal, através de uma profusão de estímulos que levam o usuário a responder afetivamente, produzindo uma exaustão mental. Isso porque, “o poder que depende da violência não representa o poder máximo: o simples fato de que uma vontade contrária surja e se oponha àquele que o detém é a prova da fraqueza de seu poder.” (Han, 2018b, p. 25)

Em que pese Han propor que há uma superação do biopoder (Han, 2017, p. 2), é necessário frisar que tal análise se mostra um tanto quanto deslocada da realidade, o controle dos corpos no espaço fechado continua pulsante e operante⁶. O que houve, na realidade, foi uma intensificação da vigilância que, através do maquinário cibernético (especialmente das plataformas), possibilitou expandir e ocupar o espaço aberto – espaço esse que o biopoder não conseguia alcançar sua influência tão fortemente como no local fechado das fábricas, prisões e escolas.

Deleuze esclareceu que as máquinas energéticas da sociedade disciplinar eram passíveis de resistência e sabotagem, o espaço das fábricas, das prisões, dos quartéis e até mesmo das escolas, não eram imunes às rebeliões, aos piquetes e as greves, portanto, o poder (e a *manipulação*) era evidente. Entretanto, o *psicopoder* atua em um espaço de

⁶ A título de exemplo a superlotação e continuidade da lógica punitivista é imensa, só no Brasil existe uma população carcerária de 850 mil presos (Ribeiro, 2024, sp.) ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. (Corrêa, 2023, sp.)

não-evidência, de forma sutil, maleável e inteligente (Han, 2018b, p. 25), a partir dos movimentos de *modulação* do espaço digital sob o agenciamento do regime neoliberal⁷.

O poder inteligente lê e avalia nossos pensamentos conscientes e inconscientes. Baseia-se na auto-organização e na otimização pessoal voluntária. Assim, não precisa superar nenhuma resistência. Essa dominação não necessita de nenhum grande esforço, de nenhuma violência, porque simplesmente *acontece*. Deseja dominar buscando agradar e gerando dependência. (Han, 2018b, p. 29)

Ademais, Han complementa que:

As pessoas são controladas pela técnica de dominação neoliberal que visa explorar não apenas a jornada de trabalho, mas a pessoa por completo, a atenção total, e até a própria vida. O *ser humano* é descoberto e tornado objeto de exploração. (...) Assim, tudo é comparável, mensurável e está sujeito a lógica do mercado. (Han, 2018b, p. 47)

Para isso, as máquinas cibernéticas assumem o papel de pan-panópticos digitais portáteis que viabilizam um conhecimento detalhado da singularidade de cada indivíduo (Han, 2018b, p. 56). O *psicopoder*, portanto, refere-se ao segundo movimento de Deleuze, a *modulação* na esfera imaterial, ou seja, no espaço digital.

O primeiro movimento relembra que o sentido de manipular está atrelado ao ato de tocar, segurar, ou transportar com as mãos, com isso tal processo necessita de uma interferência humana – de um agenciamento humano – que escolha e defina quais informações irão ou não aparecer (Souza; Avelino; Da Silveira, 2018, p. 28). Independentemente, esse movimento busca olhar para o papel do ser humano sobre a máquina, é ele quem a operacionaliza e transmite *pelos mãos* os comandos que lhe agradam. Ao escrever o código de um sistema, o programador escreve, em certa medida, a si mesmo. Identificar o agente que atua sobre o sistema é, proporcionalmente, reconhecer o viés aplicado sobre a máquina; afinal o agente (por ser humano) carrega em si suas perspectivas políticas, sociais e históricas e os transfere no momento de codificação de uma plataforma, por exemplo, podendo potencializar questões como desigualdade social, preconceitos e falsas noções de meritocracia (Noble, p. 1 e 2). Portanto, a tecnologia não surge do vácuo. Ela é “(...) montada a partir de uma caixa de ferramentas de ideias e fantasias desenvolvidas ao longo de gerações, através da evolução e da cultura, da pedagogia e da discussão, infinitamente emaranhada e envolvente.” (Bridle, 2019, p. 164)

Tal reflexão é importante para começar a desmistificar a tecnologia cibernética como algo “neutro”, ou seja, descolado da realidade. Deleuze já levantou essa ponderação. A

⁷ "A motivação, o projeto, a competição, a otimização e a iniciativa são inerentes à técnica psicopolítica de dominação do regime neoliberal." (Han, 2018b, p. 31)

máquina cibernética é uma extensão da sociedade contemporânea, seu desenvolvimento está fortemente atrelado ao contexto político, histórico e social. As plataformas, sites e aplicativos existentes no espaço digital, apesar de constantemente tratados como meras ferramentas, são conduzidos e administrados por seres humanos – independente do fato de existirem automações que auxiliam – e não podem ser vistos como praças públicas digitais, mas como espaços de interações privados.

*In the early days of the Internet, this was one of the medium's great hopes – that it would finally offer a medium whereby whole towns – and indeed countries – could co-create their culture through discourse. Personalization has given us something very different: a public sphere sorted and manipulated by algorithms, fragmented by design, and hostile to dialogue.*⁸ (Pariser, 2012, p. 164)

Conforme exposto em uma apresentação realizada em 1979 por uma das gigantes da computação, a empresa IBM, “*a computer can never be held accountable – therefore a computer must never make a management decision*”⁹. Apesar de parecer uma constatação simples, ela é importante por dois motivos: o primeiro, é que ela surge na época do desenvolvimento dos computadores e já expõe um olhar ético sobre a máquina; já o segundo é que ela atua como um lembrete para a atualidade, de que não se pode transferir às plataformas a responsabilidade das ações tomadas em seus espaços, mas sim sobre aqueles que ativamente manipularam ou foram negligentes em sua moderação. Anteriormente à *modulação* existe a *manipulação*. Anteriormente à máquina, existe o agenciamento.

Portanto, atualizando o sentido para as tecnologias da segunda década do século XXI, o ato de alterar algo por meio de comandos algorítmicos deve-se chamar *modulação*, pois “(...) usa as mais avançadas técnicas de inteligência artificial para induzir o comportamento do usuário das tecnologias de informação e comunicação.” (Souza; Avelino; Da Silveira, 2018, p. 28) Isso se dá pelo fato de que o maquinário cibernético opera de maneira personalizada, identificando peculiaridades e preferências de cada usuário, pois possui acesso a uma quantidade colossal de dados, também chamado de *Big Data*¹⁰.

⁸ Nos primórdios da internet, esta era uma das grandes esperanças do *medium* – que finalmente oferecesse um meio através do qual cidades inteiras – e na verdade países – pudessem co-criar a sua cultura através do discurso. A personalização nos deu algo muito diferente: uma esfera pública ordenada e manipulada por algoritmos, fragmentada pelo design e hostil ao diálogo. – Tradução livre.

⁹ Em momento algum um computador pode ser responsabilizado, portanto, um computador jamais deverá realizar decisões administrativas. – Tradução livre.

¹⁰ Refere-se a conjuntos de dados extremamente complexos que crescem a uma velocidade exponencial. Esses dados são tão volumosos e variados que os *softwares* tradicionais de processamento de dados não conseguem lidar com eles de forma eficiente. A análise de *Big Data* permite identificar padrões e tendências que seriam impossíveis de encontrar em conjuntos de dados menores, possibilitando tomada de decisões mais precisas e personalizadas em diversas áreas, como marketing, saúde, finanças e indústria.

Os *Big Data* são um instrumento psicopolítico muito eficiente, que permite alcançar um conhecimento abrangente sobre as dinâmicas da comunicação social. Trata-se de um *conhecimento de dominação* que permite intervir na psique e que pode influenciá-la em um nível pré-reflexivo. (Han, 2018b, p. 23)

Ademais, Han reforça que o psicopoder como técnica neoliberal assume,

(...) uma forma sutil. Não se apodera do indivíduo de forma direta. Em vez disso, garante que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade. Aqui coincidem a otimização de si e a submissão, a liberdade e a exploração. (Han, 2018b, p. 44)

A partir do prisma analítico proposto por Deleuze e do *psicopoder* de Han, o véu místico que cobre a tecnologia cibernética é removido, o que permite melhor compreender o capitalismo contemporâneo que lucra com as interações sociais, a dissolução da privacidade e a personalização individualizada promovida nas plataformas, bem como os vieses que passam quase despercebidos pelo caráter não-evidente.

A *modulação* pode ser entendida, desse modo, como o potencial do espaço digital de se personalizar em nível atomizado, fazendo aparecer para cada usuário conteúdos completamente diferentes, como peneira cujas malhas mudam de ponto a ponto, isso porque a personalização ocorre por meio da análise dos dados, diariamente fornecidos pelos usuários ao acessarem e usufruírem das plataformas (Han, 2018b, p. 22).

Ou seja, as pessoas inseridas no espaço digital – os usuários – possuem a falsa sensação de que estão ocupando um mesmo local, mas não estão. Cada pessoa está inserida em uma câmara que vai se *modulando* conforme os dados são coletados, assim como por conta do interesse daqueles que *manipulam* a plataforma, em especial na indução para o consumo e perpetuação ideológica que atualmente se concentra nos ideais neoliberais. Isso se dá principalmente porque as redes se sustentam principalmente por meio das publicidades, as interações geram dados, que geram engajamento e que, por fim, geram visibilidade às publicidades, fato que Deleuze já havia observado em 1990 ao constatar que o Marketing seria o instrumento de controle social (Deleuze, 2013, p. 228).

A partir dessa lógica as máquinas cibernéticas passam a operar no sentido de capturar – ou melhor, sequestrar – a atenção do usuário para que ele passe o maior tempo nas plataformas engajando, interagindo e consequentemente visualizando e consumindo as publicidades. Sendo assim, a *modulação* promovida nas sociedades de controle permite criar um espaço para o usuário, dando-lhe a sensação de liberdade, enquanto o mantém em um ambiente restrito que está constantemente acompanhando suas ações. As plataformas:

(...) oferecem ambientes onde o usuário é incentivado a compartilhar, mas só recebe a informação que uma série de algoritmos decidiu ser mais relevante para ele. É

incentivado a se expressar, mas segundo regras de conduta, ou escolhendo dentre seis emoções que representam o que está sentindo. (Souza, et.al., 2018, p. 59)

Da mesma maneira que o biopoder se baseia em dados, previsões e informações estatísticas coletadas (Foucault, 2019, p. 207), o *psicopoder* também se utiliza de tais estruturas. Contudo, tendo em conta o potencial de alcance da tecnologia cibernética, há uma maior expansão e aprofundamento que visa funcionar em uma esfera singularizada e pessoal onde os *dados* são o material primário para viabilizar tal operação (Zuboff, 2019, p. 65). Sendo assim, o processo de *modulação*,

(...) começa por identificar e conhecer precisamente o agente modulável. O segundo passo é a formação do seu perfil e o terceiro é construir dispositivos e processos de acompanhamento cotidiano constantes, se possível, pervasivos. O quarto passo é atuar sobre o agente para conduzir o seu comportamento ou opinião. (Souza; et. al., 2018, p. 39)

A mesma informação não chega democraticamente para todos os usuários. Antes, ela passa por filtros (peneiras) que se alteram conforme os interesses “(...) que marcam o acesso à informação, ou a rejeição.” (Deleuze, 2013, p. 226) É através dessa mecânica que o controle toma forma, onde o controlador *manipula* os algoritmos e os algoritmos *modulam* a realidade digital de cada usuário; e este (o usuário) é incapaz de perceber o enviesamento. Isso porque o potencial de personalização algorítmica permite às plataformas modular cada espaço diferentemente para cada usuário a depender dos dados coletados e do perfil constituído desse indivíduo. Significa, por exemplo, que certas notícias serão expostas para um usuário, enquanto outro usuário verá notícias diferentes, conforme as peculiaridades fornecidas pelos dados obtidos, mesmo que ambos estejam acessando a mesma rede social.

Em suma, há uma personalização excessiva da realidade digital de cada indivíduo levando-o cada vez mais a uma singularização social de uma forma muito mais potente que as máquinas anteriores que não conseguiram influenciar de maneira tão individualizada, direta e pessoal.

É como imaginar que cada usuário vive dentro de uma caixa com tela em todas as paredes e teto, assim como as “teletelas”¹¹ que Orwell construiu em sua famosa obra “1984” que eram embutidas nas paredes das casas e ao mesmo tempo em que transmitiam a programação estatal, coletavam imagens e sons do ambiente a fim de garantir a vigilância e controle social. Entretanto, a diferença é que lá as televisões eram fixas e passavam os

¹¹ “O instrumento (chamado de teletela) podia ter o volume atenuado, mas não havia como desligá-lo por completo. (...) A teletela recebia e transmitia ao mesmo tempo. Qualquer ruído que Winston fizesse mais alto que um sussurro bem baixo seria captado. Além disso, enquanto permanecesse no campo de visão da placa de metal, ele também poderia ser visto, além de ouvido.” (Orwell, 2021, p. 20 e 21)

mesmos programas em todas as casas, como forma de manutenção de um poder hiper autoritário, estatal e localizado. Agora, essas telas são portáteis, sempre nos bolsos das pessoas e ao invés de apresentarem o mesmo conteúdo, apresentam informações completamente diferentes mas que essencialmente buscam – através de estímulos – gerar engajamento, capturar a atenção do usuário, expor publicidades e minerar dados, constantemente promovendo a manutenção do capitalismo neoliberal onde “o controle por modulação por não ser explícito faz com que o indivíduo não enxergue a lógica capitalista que está seguindo e tome por verdade algo que não é real.” (Monteiro; Souza; Avelino; Da Silveira, 2018, p. 113)

Outrossim, “à ideologia capitalista do lucro máximo foram acrescentadas as possibilidades da opacidade tecnológica, pela qual a cobiça nua e crua pode ser trajada com a lógica inumana da máquina.” (Bridle, 2019, p. 137) Essa concentração permite uma nova forma de poder, forma essa que prescinde da necessidade de coerção dos corpos presente na sociedade disciplinar de Foucault, pois explora a liberdade, propondo uma falsa sensação de livre escolha limitada às ofertas disponíveis (Han, 2018b, p. 27). Todavia, isso não significa substituição, mas sim uma intensificação no controle social.

2.3 *INTERNET*, A NOVA FRONTEIRA

Conforme exposto anteriormente, as sociedades de controle operam diante da absorção do poder por um novo maquinário, o cibernético, portanto, o presente tópico visa apresentar o que pode ser entendido como a fundação e o pontapé que une o material com o imaterial, a *internet*. Antes mesmo de ser ocupada ela precisa ser construída e criada, e muito antes de ser esse local como é visto hoje de produtividade e conexões aceleradas, vigilância digital, coleta de dados e afins, a *internet* foi um protocolo experimental pensado pela ótica militar nos anos 1970 nos Estados Unidos com o intuito de revolucionar a lógica da guerra (nota-se que o agenciamento inicial era estritamente militar).

The internet was created to win wars, although not right away. (...) This edge would come from taking computing power out of the lab and into the field. (...) This is the dream of a networked military using computing to project American power. This is the dream that produced the internet. (Tarnoff, 2022, p. 9-10)¹²

¹² A *internet* foi criada para vencer guerras, embora não de imediato. (...) Essa vantagem viria de tirar do laboratório o poder da computação e levá-lo para o campo (de batalha). (...) Este é o sonho de um exército interconectado usando a computação para projetar o poder estadunidense. Este é o sonho que produziu a *internet*. – Tradução livre.

A fim de melhor visualizar sua constituição, pode-se entender que assim como um prédio a estrutura do maquinário cibernético é composto de diferentes andares, e como toda construção ela exige uma base firme para se estruturar e a partir disso construir suas paredes, cômodos e demais áreas que permitem aquela edificação ser ocupada e utilizada para diferentes funções. As plataformas digitais como Google e Facebook, por exemplo, ocupam a *web*, outro andar que surgirá apenas no final do século XX e início do século XXI.

Portanto, mais uma vez, não há como explicar os fenômenos da *modulação* que estão fortemente atrelados à formação das sociedades de controle sem antes explorar os pilares que as sustentam, a *internet*. Antes mesmo de ser algo imaterial, acessado apenas pelos terminais como os computadores e os celulares, a *internet* é todo um conglomerado de servidores, cabos de fibra óptica que atravessam oceanos, antenas, satélites e roteadores interconectados entre si. O material antecede o imaterial e ao mesmo tempo é a continuidade de outras tecnologias/maquinários que já haviam sedimentado suas mecânicas e estabelecido suas estruturas como a telefonia e o telégrafo visando conectar territórios e expandir a comunicação.

O pesquisador de tecnologia, Ben Tarnoff, aponta que:

*Installing underwater lines is expensive, and it's safer to follow known paths than to pioneer new ones. As a result, the fiber-optic cables that run along the seabed often take the same route as their analog ancestors: the telephone networks of the twentieth century and the telegraph networks of the nineteenth.*¹³ (Tarnoff, 2022, preface x)

E complementa:

*Connectivity is never neutral. The growth of networks was guided by a desire for power and profit. They were not just conduit for conveying information, but mechanisms for forging relationships of control. While the internet is more sophisticated than its predecessors, it continues this tradition. The internet is not just material and historical, then; it is also political. (...) Through them, wealth is extracted and concentrated, communities are dominated and dispossessed.*¹⁴ (Tarnoff, 2022, preface xi)

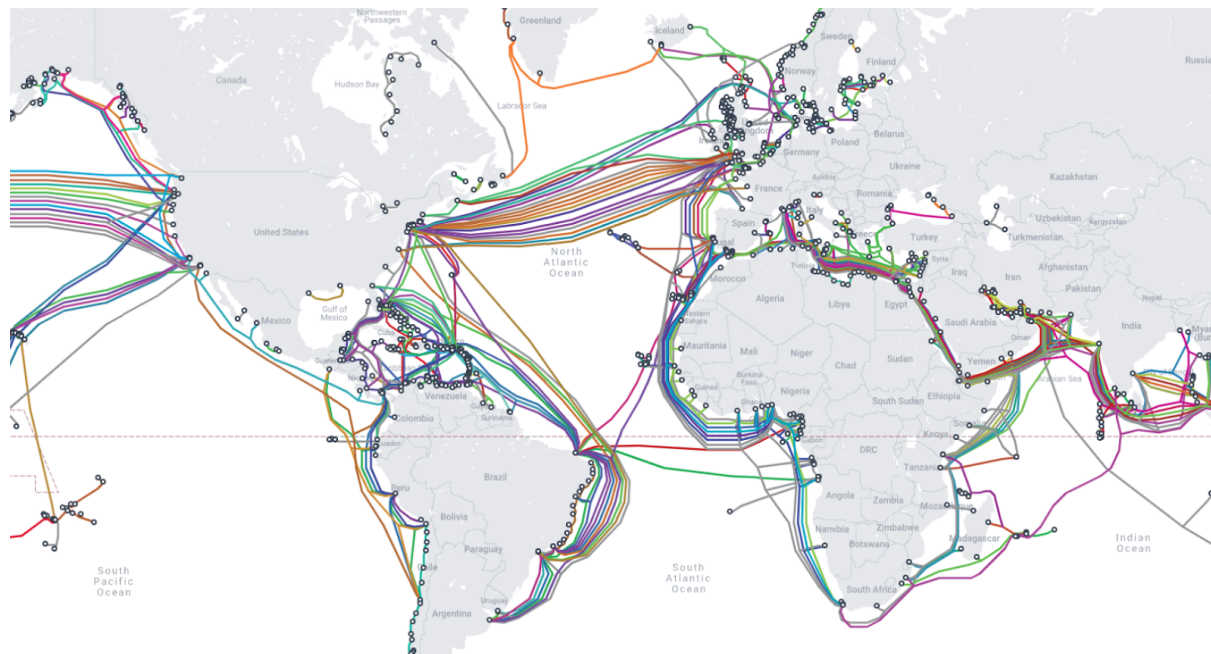
Tal reflexão se mostra necessária para lembrar que desde sua formação, inclusive das tecnologias que a antecederam, o processo de construção da *internet* não foi neutro

¹³ Instalar cabos submarinos é caro, e é mais seguro seguir caminhos conhecidos do que abrir novos. Como resultado, os cabos de fibra óptica que correm ao longo do leito marinho frequentemente seguem a mesma rota de seus ancestrais analógicos: as redes telefônicas do século XX e as redes de telégrafo do século XIX. – Tradução livre.

¹⁴ A conectividade nunca é neutra. O crescimento das redes foi guiado por um desejo de poder e lucro. Elas não eram apenas condutores para transmitir informações, mas mecanismos para forjar relações de controle. Embora a internet seja mais sofisticada que seus predecessores, ela continua essa tradição. A internet não é apenas material e histórica, então; ela também é política. (...) Através delas, a riqueza é extraída e concentrada, comunidades são dominadas e desapossadas. – Tradução livre.

pensando apenas em um suposto “bem maior” de conectar continentes para facilitar a comunicação, pelo contrário, a própria comunicação é política e, portanto, enviesada.

FIGURA 1: MAPA INTERATIVO EXPONDO OS CABOS DE FIBRA ÓPTICA QUE ATRAVESSAM OCEANOS E CONECTAM A INFRAESTRUTURA CIBERNÉTICA CONTEMPORÂNEA



Disponível em: <https://www.submarinecablemap.com/> Acesso em: 06 de julho de 2025.

Pois bem, inserido no contexto da Guerra Fria os Estados Unidos estava mergulhado na Corrida Espacial frente ao avanço tecnológico produzido pelos soviéticos, principalmente quando eles lançaram o primeiro satélite no espaço em 1957, o Sputnik. A necessidade de acompanhar essa corrida obrigou o governo estadunidense a criar a *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), Agência de Projetos de Pesquisa Avançada, que posteriormente viria a ser chamada de *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA). Um detalhe interessante a se observar é que a agência foi constituída por técnicos do MIT que já haviam participado do desenvolvimento do primeiro computador digital capaz de fornecer resultados em tempo real, o *Whirlwind I*, em 1951, usado para simulação de voo para a Força Aérea e fortemente ligado ao estudo climático, sendo que: “Toda computação contemporânea deriva desse nexos: esforços militares para prever e controlar o clima e assim controlar o futuro.” (Bridle, 2019, p. 44)

A nova agência, que estava atrelada diretamente aos interesses e coordenação do Departamento de Defesa¹⁵, investiu em computação e na viabilização de sua infraestrutura, dando forma à primeira rede, ARPANET, em meados de 1969 (Tarnoff, 2022, p. 8). Uma das

¹⁵ Equivalente ao Ministério da Defesa no Brasil que coordena e administra as forças armadas do país, composta pela aeronáutica, exército e marinha.

principais características em seu processo de formação foi o fato de a DARPA reforçar uma dinâmica *open-source*¹⁶ que incentivava os pesquisadores, cientistas e centros de pesquisa envolvidos a colaborarem entre si e explorarem diferentes possibilidades com esse novo sistema (Tarnoff, 2022, p. 8). “*This catalyzes scientific creativity, as researchers from a range of different institutions could refine and expand on each other’s work without living in fear of intellectual property law*”¹⁷ (Tarnoff, 2022, p. 8-9), tal característica demonstra que em sua formação a *internet* prezava por uma construção coletiva e que aquele espaço, em teoria, pertencia a todos.

A ARPANET, que foi inicialmente criada para conectar o soldado na batalha, agora conecta cientistas, centros de pesquisa e estudantes em uma malha de troca mútua de informação e conhecimento, carregando em si um pouco da fagulha da essência dos movimentos sociais que ocorreram no final dos anos 1960 que buscava a superação por meio da coletividade. Até porque foi necessário o envolvimento de uma série de pessoas atuando conjuntamente por um longo período a fim de permitir a criação da *internet* para além de um projeto, assim como uma grande quantia de dinheiro público, tendo em conta que o setor privado não poderia – e não interessaria – assumir um investimento de alto risco nas mesmas proporções como foi o início da *internet* (Tarnoff, 2022, p. 6).

Para que a ARPANET operasse como uma infraestrutura que conectasse diferentes redes, e efetivamente operasse como a primeira *internet*, foi necessária a criação de uma linguagem comum que regulamentasse a comunicação entre os computadores, de forma que os dados pudessem ir de um ponto ao outro, sendo codificados e decodificados, e efetivamente compreendido não apenas pelo próprio computador que receberia a informação, mas também por seu usuário (tarnoff, 2022, p. 6).

*This made it possible for ARPANET to evolve into the internet, by providing a common language that let very different networks talk to one another. The language would be open and non-proprietary—a free and universal medium, rather than a patchwork of incompatible commercial dialects.*¹⁸ (Tarnoff, 2022, p. 9)

¹⁶ (código aberto) – Um modelo de desenvolvimento de *software* que permite que qualquer pessoa acesse, modifique e distribua o código-fonte. O *open source* é uma forma de trabalho descentralizada, em que o código é criado por comunidades independentes, em vez de por uma única pessoa ou empresa.

¹⁷ Isso impulsiona a criatividade científica, pois pesquisadores de uma variedade de instituições diferentes podem melhorar e expandir o trabalho uns dos outros sem viver com medo das leis de propriedade intelectual. – Tradução livre.

¹⁸ Isso permitiu que a ARPANET evoluísse na *internet*, providenciando uma linguagem comum (ou em comum) que permitisse diferentes redes de conversarem entre si. A linguagem seria aberta e não privada – um *medium* livre e universal, diferentemente de uma rede remendada por dialetos comerciais incomprensíveis. – tradução livre.

Em 1974 os pesquisadores Robert Kahn e Vinton Cerf publicaram os primeiros moldes dessa linguagem que após diversos testes viriam a ser chamados de *Transmission Control Protocol* (TCP) e *Internet Protocol* (IP), praticamente a língua franca da *internet*, onde “(...) *without its rules, the world’s networks would be a Babel of mutually unintelligible tongues.*”¹⁹. (Tarnoff, 2022, p. 11) Com um protocolo de linguagem formado e uma infraestrutura consolidada, outros pesquisadores para além da DARPA se interessaram em acessar e participar do projeto. A partir disso, a Fundação Nacional de Ciência desenvolveu a “espinha dorsal” de uma rede estadunidense a ser acessada por mais pessoas, a NSFNET, começando suas operações a partir de 1986. Conforme Tarnoff resume, “(...) *an assemblage of cables and computers forming the internet’s main artery.*”²⁰ (Tarnoff, 2022, p. 13)

Entretanto, ao passo que a *internet* se consolidava a ideologia que determinava a dinâmica capitalista vinha se alterando, o Estado de Bem Estar Social, pautado pelos preceitos Keynesianos do pós segunda guerra estava atrofiando e enfrentava crises severas dando espaço para um novo regime do qual seus preceitos perduram até este momento do século XXI, o Neoliberalismo. O que antes era entendido por coletividade e redistribuição, a partir do início de 1970, mas principalmente sob o comando do governo Thatcher na Inglaterra a partir de 1979 e do governo Reagan nos Estados Unidos a partir de 1980, passará a ser sobre individualidade e mérito, bem como – e especialmente – privatização e lucro, transferindo a administração das estruturas públicas (e dos direitos fundamentais) para o mercado.

Antes de retornar aos efeitos na *internet* desenvolvida nos Estados Unidos, o neoliberalismo testou seus ideais no Chile como forma de frear o avanço do governo socialista de Salvador Allende democraticamente eleito em 1970, onde, para além das diversas políticas públicas de nacionalização das riquezas naturais, redistribuição de renda e desenvolvimento de mecanismo de participação dos trabalhadores (Medina, 2023, sp.) o governo chileno também apresentava a criação de uma outra *internet*, a *Cybersyn*, como forma alternativa de desenvolvimento cibernético para além da noção militarizada já constituída pelos Estados Unidos e a DARPA.

Um lembrete de que o desenvolvimento tecnológico, mesmo que seja para construir sistemas semelhantes, pode apresentar perspectivas diferentes na sua forma de administração e propósito de aplicação, considerando o contexto histórico, político e social do território em

¹⁹ sem suas regras as redes do mundo seriam uma Babel de diversas linguagens incompreensíveis. – Tradução livre.

²⁰ um conjunto de cabos e computadores formando a principal artéria da *internet*. – Tradução livre.

que está sendo desenvolvida. Agenciamentos diferentes produzem propostas diferentes na aplicação do maquinário cibernético.

A proposta da tecnologia chilena, diferentemente do olhar de guerra da ARPANET que buscava conectar o soldado no campo de batalha com os computadores e bancos de dados nos Estados Unidos, era a aplicação dos preceitos da cibernética para auxiliar na administração da economia e das diversas empresas agora nacionalizadas pelo governo de Allende, equilibrando processos de centralização e descentralização da administração, de forma que o governo pudesse priorizar sua atenção para empresas que mais precisassem de auxílio comparado às demais, considerando a coleta e análise de dados enviados, bem como melhor articular os recursos.

O projeto que se iniciou com o nome de *Cyberstride* em 1972, ao apresentar resultados positivos, passou a se chamar *Cybersyn*, uma junção entre cibernética (*Cybernetic*) e sinergia (*synergy*), “*the new name pointed to the project’s cybernetic foundations and the team’s belief that the whole system – humans and machines – exceeded the sum of its parts.*”²¹ (Medina, 2023, *sp.*) Ademais, Medina pontua que a cibernética mistura:

(...) metaphors from engineering and biology to describe the behavior of complex systems ranging from the electromechanical operation of a computer to the function of the human brain. It brought these, and other, fields together to help postulate the shared characteristics of machines and organisms in the areas of communication, feedback, and control so that these behaviors could be better understood. Some members of the cybernetics community viewed cybernetics as a universal language for the scientific study of machines, organisms, and organizations. Cybernetic thinking influenced subsequent work in information theory, computing, cognitive science, engineering, biology, social science, and industrial management.²² (Medina, 2023, *sp.*)

Entretanto, apesar do início positivo do governo, com forte apoio popular, um governo socialista democraticamente eleito (em meio a crise da Guerra Fria) apresentava um risco a manutenção do Capitalismo Global e de suas elites, especialmente quanto ao poder estadunidense que a partir de então começou a promover uma série de medidas para frear o avanço e sucesso de Allende. Entre elas: financiou os partidos, movimentos e mídias de oposição, bem como prejudicou a própria economia do país com embargos e impedindo

²¹ O novo nome apontava para os fundamentos cibernéticos do projeto e a crença da equipe de que o sistema como um todo – humanos e máquinas – excedia a soma de suas partes. – Tradução livre.

²² Metáforas da engenharia e da biologia para descrever o comportamento de sistemas complexos, desde a operação eletromecânica de um computador até a função do cérebro humano. Reuniu estes e outros campos para ajudar a postular as características compartilhadas de máquinas e organismos nas áreas de comunicação, feedback e controle, de modo que esses comportamentos pudessem ser mais bem compreendidos. Alguns membros da comunidade da cibernética viam a cibernética como uma linguagem universal para o estudo científico de máquinas, organismos e organizações. O pensamento cibernético influenciou trabalhos subsequentes na teoria da informação, computação, ciência cognitiva, engenharia, biologia, ciência social e gestão industrial. – Tradução livre.

acesso a créditos, financiamentos e auxílios, travando qualquer possibilidade de Allende renegociar as dívidas deixadas pelos seus antecessores (Medina, 2023, sp.).

Em outubro de 1972 uma greve nacional promovida pelos caminhoneiros (a serviço da elite local) fez com que o governo tivesse que apresentar uma resposta rápida e eficiente a fim de contornar os bloqueios e garantir a distribuição de produtos e serviços considerados indispensáveis para a manutenção do país, momento em que a rede e infraestrutura do *Cybersyn* se mostrou fundamental, conectando o extremo norte ao extremo sul, formando uma malha comunicacional.

The telex network helped the government direct raw materials, fuel, and transportation resources to the places that most needed them. It also helped the government keep track of its trucks and provided information about which roads were blocked and which roads were open. By helping the government react to many of the emergencies caused by the strike, the telex network helped the government survive.²³ (Medina, 2023, sp.)

Após a vitória do governo sobre a greve, novas perspectivas de aplicabilidade do sistema desenvolvido surgiram para além da administração de recursos e empresas estatais e nacionalizadas do país. Para Beer (engenheiro co-criador do sistema) um dos principais fatores seria de fato incluir o trabalhador e o cidadão no controle do *Cybersyn*, assim como para que participassem do desenvolvimento e design dos mecanismos empregados para sua funcionalidade a partir das peculiaridades que seriam trazidas por essas pessoas que estão diariamente trabalhando e experimentando aquela realidade. Esta prática se contrapunha àquela em que um desenvolvedor ou engenheiro que está distante daquele contexto. Sendo assim, a construção da *Cybersyn* aponta que a criação tecnológica, mesmo que de natureza semelhante com outra, poderá ser completamente diferente quando levado em conta a realidade daqueles que desenvolvem, mas também a realidade daqueles que serão diretamente afetados pela sua inserção. Portanto, [os trabalhadores] “(...) ajudariam a projetar o sistema que eles iriam, em seguida, operar e utilizar. Permitir que os trabalhadores usassem tanto suas cabeças como suas mãos limitaria o quão alienados eles se sentiriam em relação ao seu trabalho.” (Medina, 2020, sp.)

Entretanto, em que pese a inserção do trabalhador no processo de criação do *Cybersyn*, o seu desenvolvimento não estava protegido de vieses e características da época, como o machismo ao privilegiar que o espaço que permitiria acesso e administração do

²³ A rede de telex ajudou o governo a direcionar matérias-primas, combustível e recursos de transporte para os lugares que mais precisavam deles. Também ajudou o governo a monitorar seus caminhões e forneceu informações sobre quais estradas estavam bloqueadas e quais estavam abertas. Ao ajudar o governo a reagir a muitas das emergências causadas pela greve, a rede de telex ajudou o governo a sobreviver. – Tradução livre.

sistema não contaria com teclados, mas com botões, “(...) haja vista que grande parte das pessoas que sabiam operar um teclado eram as mulheres que exerciam o cargo de secretária.” (Medina, 2020, sp.)

Ademais, Eden Medina complementa que:

Tais decisões de projeto não eram neutras: elas refletiam quem a equipe de design acreditava que iria manter o poder no contexto revolucionário do Chile e reforçavam essa visão. Trabalhadores de fábricas e burocratas do governo, todos homens, teriam poder de tomada de decisão. Outros tipos de trabalhadores, tais como trabalhadores de escritório e mulheres, não. (Medina, 2020, sp.)

Infelizmente a continuidade no desenvolvimento, refino e constituição de uma outra *internet* produzida em um contexto diferente do estadunidense foi abruptamente interrompida com o golpe de Estado sofrido por Allende em 11 de setembro de 1973 e tomada do poder pelo ditador Pinochet. Independentemente, o *Cybersyn* é um lembrete de que o processo de criação e aplicação de uma tecnologia não é neutro, ele está fortemente ligado às necessidades e vontades daqueles que a criam e quais objetivos eles possuem frente aos problemas postos.

Com o avanço do Neoliberalismo, como supramencionado no contexto chileno, o desenvolvimento tecnológico nos Estados Unidos tomou outros rumos. Com isso, apesar de os termos da Política de Uso Aceitável (PUA)²⁴ da NSFNET banirem o tráfego de dados com caráter comercial de sua rede (limitando seu uso para fins de pesquisa e educação), novas redes desenvolvidas pela esfera privada se conectaram a ela. Mesmo que com funções limitadas, tal movimento já apontava sinais de mudança nos paradigmas que constituíram aquela estrutura. O marketing se torna o instrumento de controle social.

Uma dessas novas redes formadas foi a *World Wide Web*, o famoso WWW., criada em meados de 1990, que permitia uma experiência de usuário muito mais intuitiva do que o formato inicialmente apresentado pela NSFNET, intensificando o número de pessoas que poderiam participar. Um novo cômodo na estrutura do espaço digital foi constituído, a *web*. Entretanto, “*the web did not replace the internet; it lived within the internet.*”²⁵ (Tarnoff, 2022, pg. 16)

A partir de 1991 os rumos da NSFNET mudaram drasticamente sob o comando do então diretor, Stephen Wolff, e a ideia de privatização da estrutura física que instituiu a *internet* foi posta na mesa após um primeiro movimento de mercantilização do acesso a NSFNET, e em 1993 a ideia não seria mais oferecer uma única base de domínio e acesso público servindo como espinha dorsal da *internet*, mas sim diferentes bases de acesso de

²⁴ Em inglês: *Acceptable Use Policy (AUP)*.

²⁵ A *web* não substituiu a *internet*; ela existe dentro da *internet*. – Tradução livre.

domínio privado e operados pelo mercado como o caso de empresas de Telecomunicação (Telecom). Com isso, “*there would be no federal oversight of the new internet backbones, and no rules governing how the commercial providers ran their infrastructure.*”²⁶ (Tarnoff, 2022, pg. 17)

Em 1994, ainda houve uma tentativa de garantir que 20% da estrutura da *internet* pertencesse ao interesse público dos quais as Telecoms não teriam controle sobre. Sobre isso, Ben Tarnoff aponta que tal projeto de lei, formulado pelo senador Inouye, buscava oferecer:

*Free access to qualifying organizations, such as libraries, nonprofits, and educational institutions, so long as they provided “educational, informational, cultural, civic, or charitable services directly to the public without charge for such services.”*²⁷ (Tarnoff, 2022, p. 21)

Entretanto, o projeto não avançou, o lobby promovido pelas Telecoms conseguiu reverter os interesses e em abril de 1995 a NSF encerrou as atividades da estrutura que dava acesso à NSFNET. Resumidamente, a década de 1990 foi marcada pela decantação da lógica neoliberal no domínio sobre a *internet*. A evolução tecnológica fez (e faz) parte da mutação do próprio capitalismo.

*In 1995, the NSFNET backbone was decommissioned; in 1996, the Telecommunications Act was passed; and in 1997, the Clinton administration released its “Frameworks for Global Electronic Commerce,” formally committing the federal government to a market-dominated internet, one in which “industry self-regulation” would take priority, and the state would play a minimal role.*²⁸ (Tarnoff, 2022, p. 22)

Ademais, Tarnoff reforça o papel da ascensão neoliberal para a efetivação da privatização da *internet*,

Neoliberalism is, among other things, an enforced closure of the political imagination. Among its rallying cries is the slogan made famous by Margaret Thatcher, “there is no alternative.” This statement masquerades as a simple description of reality, but the reality it describes must be made true by deliberately foreclosing such alternatives. Neoliberal politicians are good at producing evidence for their beliefs when in power; for example, by defunding and undermining particular functions of government and then pointing to the subsequent failures to claim that government can't possibly perform such functions. The privatization of

²⁶ Não haveria supervisão federal das novas redes principais (espinhas dorsais) da *internet*, e nem regras determinando como os provedores privados operavam sua infraestrutura. – Tradução livre.

²⁷ Acesso gratuito a organizações qualificadas, como bibliotecas, organizações sem fins lucrativos e instituições educacionais, desde que elas fornecessem “serviços educacionais, informativos, culturais, cívicos ou de caridade diretamente ao público sem cobrar por tais serviços.” – Tradução livre.

²⁸ Em 1995, a rede principal da NSFNET foi desativada; em 1996, a Lei de Telecomunicações foi aprovada; e em 1997, o governo Clinton lançou seu “Frameworks for Global Electronic Commerce” (Estruturas para o Comércio Eletrônico Global), comprometendo formalmente o governo federal com uma *internet* dominada pelo mercado, uma na qual a “autorregulação da indústria/mercado” teria prioridade, e o Estado desempenharia um papel mínimo. – Tradução livre.

*the internet's pipes in the 1990s took place within such a political context.*²⁹ (Tarnoff, 2022, p. 47)

A tecnologia que se iniciou com a busca por conectar o soldado no campo de batalha aos servidores, e que passou a servir como infraestrutura para conectar cientistas e centros de pesquisa, tornou-se, por fim, um instrumento de comércio; um espaço que até então era de domínio público foi cooptado pelo mercado, erguendo tapumes e exigindo pagamento em troca de acesso ao espaço digital.

Outrossim, a tentativa de constituir um modelo diferente, mas com uma premissa semelhante, a *Cybersyn*, foi abruptamente encerrada, deixando no passado um sonho de uma *internet* que fosse formada, operada e idealizada pelo trabalhador, horizontalizando o poder e trazendo maior transparência nos processos de sua formação.

Caminhar por todo esse processo histórico, político e social no desenvolvimento dos pilares do espaço digital, a *internet*, é fundamental por dois motivos: primeiro, reconhecer que aqueles que detêm o agenciamento sobre o processo de formação tecnológica determinam o rumo pelo qual sua aplicação se dará; segundo, reconhecer que os movimentos se repetem nos demais andares do espaço digital a seguir explorados, em especial, na *web* com o surgimento das plataformas. Logo, o maquinário cibernético de Deleuze ganha vida e a Sociedade de Controle toma forma.

2.4 PLATAFORMIZAÇÃO DA WEB, TERMOS DE USO E A FORMAÇÃO DAS SOBERANIAS-APARENTES

Após a concretização da privatização da *internet* em 1995, no Fórum Econômico Mundial em Davos, em 1996, John Perry Barlow – fundador da *Electronic Frontier Foundation*, ONG estadunidense cujo objetivo é garantir os direitos de liberdade de expressão no contexto da era digital, escreveu e publicou “A Declaração de Independência do Cíberespaço” (Barlow, 1996), um olhar libertário sobre o mais novo andar do maquinário cibernético, a *web*. Tal nota surgiu como uma forma de explicitar sua indignação com a investida de Estados em regularem a *web*, visto que até então tal espaço surgiu com o ideal de potencializar e democratizar o acesso à informação, conhecimento e cultura da forma mais

²⁹ O neoliberalismo é, entre outras coisas, um fechamento forçado da imaginação política. Entre seus gritos de guerra está o slogan popularizado por Margaret Thatcher, “não há alternativa”. Esta declaração se disfarça de uma simples descrição da realidade, mas a realidade que descreve deve ser tornada verdadeira pelo fechamento deliberado de tais alternativas. Políticos neoliberais são bons em produzir evidências para suas crenças quando estão no poder; por exemplo, cortando investimentos e minando funções específicas do governo e, em seguida, apontando para os fracassos subsequentes para alegar que o governo não pode possivelmente desempenhar tais funções. A privatização da internet na década de 1990 ocorreu dentro desse contexto político. – Tradução livre.

prática e revolucionária possível (Belli; Venturini, 2016). Ao menos essa foi a premissa inicial da *internet* que posteriormente foi aglutinada pelo avanço neoliberal, tanto da complacência estatal, quanto dos interesses da iniciativa privada, em especial às empresas de Telecomunicações.

Barlow levantou a bandeira para os “*Governments of the Industrial World*”³⁰ de que na *web* não havia sido eleito nenhum modelo de governo, e que fosse deixado desse jeito, sem interferência, e que os conceitos legais de propriedade, expressão, identidade não fossem aplicáveis. Afinal seria um espaço criado para tornar-se “*the new home of Mind*”³¹ (Barlow, 1996).

Para Barlow era clara a necessidade de separar a *web* da soberania dos Estados, pois era exatamente esta a intenção quando fora criada, mas se tratava de uma visão inocente tendo em conta o avanço do mercado sobre o maquinário cibernético. O intuito de manter a *web* com sua soberania intacta falsamente perdurou, pois dentro desse contexto oportunizou que empresas privadas construíssem na *web* suas plataformas, espaços digitais fechados que se *modulam* por meio de algoritmos previamente *manipulados*.

O surgimento das plataformas assentou o maquinário cibernético como uma evolução tecnológica fundada na mutação do próprio capitalismo, isso porque esse local no imaterial viabilizou a capitalização, e consequente mercantilização, das ações realizadas (ou dados) pelos usuários na *web*. Para Tarnoff três características foram centrais para a formação das plataformas: a) efeito de rede; b) atuação como intermediário e c) um modelo de soberania.

O primeiro – efeito de rede – diz respeito a conseguir captar o maior número possível de usuários a se conectar e usar seu serviço ou programa, a fim de garantir tanto a valorização da própria plataforma como angariar outras empresas a divulgarem ou buscarem seu serviço (Tarnoff, 2022, p. 82). De fato, é construir uma rede tanto de usuários como de empresas a interagirem dentro de uma plataforma específica.

A segunda característica – atuação como intermediário – diz respeito à substituição da lógica comum de mercado e potencializar uma atuação intermediária, conectando o comprador ao vendedor, ou a pessoa a um prestador de serviço específico. Isso permitiu que as plataformas lucrassem “(...) *from their transactions while remaining extremely lean. It had no inventory, no warehouses—just a website.*”³² (Tarnoff, 2022, p. 82) Algo que se pode

³⁰ Termo utilizado por Barlow (1996) para indicar Estados que possuíam interesse em regular a *web*.

³¹ A nova casa das “Mentes” ou da “Intelectualidade” – Tradução livre.

³² com suas transações, mantendo-se extremamente enxuto. Não tinha estoque, nem armazéns—apenas um site. – Tradução livre.

observar muito atualmente com plataformas como Uber e Airbnb, por exemplo, ambos atuam como intermediários entre pessoas oferecendo algum serviço como transporte e locação e usuários buscando esse algo. Entretanto, nenhuma delas detém a propriedade sobre os bens mediados, seja os veículos ou os imóveis locados. Ou até mesmo como as próprias redes sociais como Facebook e Instagram que disponibilizam os espaços para divulgação de produtos, mercados digitais e espaço para publicidade.

Já a terceira característica – modelo de soberania – diz respeito à necessidade da plataforma em regulamentar as diretrizes que vão constituir as dinâmicas daquele espaço, funcionando como uma forma de Constituição.

*But both the benefits of being a middleman and those associated with network effects required a third factor as their enabling condition: a certain kind of sovereignty. The site didn't just facilitate interactions; it shaped them. It wrote the rules for how people could interact and designed the spaces where they did so. It was not only an intermediary but a legislator and an architect.*³³ (Tarnoff, 2022, p. 82)

Esse documento nada mais é do que uma página que os usuários estão habituados a concordar sem ler, os famosos Termos de Uso e Serviços³⁴, que concedem às plataformas uma *quasi-sovereignty* (soberania-aparente) a qual possui duas características: a) todas as comunicações e atividades efetuadas *online* exigem o intermédio de inúmeras entidades privadas que, unilateralmente, regulam os pilares da *web* e b) tais regulações, criadas de forma unilateral, impactam diretamente na capacidade do usuário usufruir de suas garantias constitucionais, no que tange sua liberdade de expressão e privacidade (Belli, Venturini, 2016, p. 2).

Após o sucesso da privatização da *internet*, o ideal neoliberal já estava emaranhado no processo de formação das plataformas e isso às permitiu se autorregular. Um dos instrumentos – reflexo dessa auto regulação – que surgiu para intermediar a relação entre usuários e empresas foram os Termos de Uso, contratos de adesão³⁵ desenvolvidos para trazer as garantias comuns de uma relação entre particulares, tal como apontado pelos pesquisadores Luca Belli e Jamila Venturini:

³³ Mas tanto os benefícios de ser um intermediário quanto aqueles associados aos efeitos de rede exigiam um terceiro fator como sua condição habilitadora: um certo tipo de soberania. O site não apenas facilitava as interações; ele as moldava. Ele escrevia as regras de como as pessoas podiam interagir e projetava os espaços onde elas o faziam. Ele não era apenas um intermediário, mas um legislador e um arquiteto. – Tradução livre.

³⁴ Em inglês chamados de *Terms of Service (Tos)*.

³⁵ Um modelo de contrato em que uma das partes define as cláusulas e condições de forma unilateral, de forma que os direitos, deveres e condições são estabelecidos pelo proponente, sem que o aderente possa discutir ou modificar seu conteúdo ou que tem esse poder de forma bastante limitada, deixando a outra parte apenas a opção de aceitar ou recusar o contrato na sua totalidade.

*While acknowledging that ToS are an efficient and well-suited instrument to regulate the online world, we stress that ToS represent a tool of unilateral imposition of rules, despite being presented as voluntarily accepted by involved parties through the expression of free and informed consent.*³⁶ (Belli, Venturini. 2016, p. 3)

Vale ressaltar que essa unilateralidade contratual advém do intuito de estabelecer uma relação de poder e domínio sobre tudo aquilo que possa ocorrer dentro de uma plataforma, na qual a empresa, por meio de sua *quasi-sovereignty*, o propõe.

A soberania de uma nação, tema central nas discussões sobre o Estado Moderno, torna-se ainda mais complexa e urgente no século XXI. A crescente interdependência global, a ascensão de atores não-estatais e a transformação digital desafiam conceitos tradicionais de soberania, exigindo a revisitação de um clássico e seus reflexos na construção de novas perspectivas teóricas e práticas.

Em “O Espírito das Leis” publicado em 1748, o filósofo, político e escritor francês Montesquieu elabora conceitos estruturais de diferentes formas de governo (monarquia, república e despotismo) e como ocorrem seus funcionamentos. Argumenta que as instituições políticas, para atingirem sua plena função (e funcionamento), devem refletir os aspectos sociais e geográficos de uma comunidade, de modo que propõe o modelo de governo constitucional – modelo *tripartite* – como o que melhor pode abarcar os aspectos supracitados.

Para Montesquieu (1748) a melhor forma de descentralizar o poder e evitar abusos é por meio da separação de poderes e a teoria dos mecanismos de freios e contrapesos. Significa que órgãos independentes se auto regulariam e impediriam a concentração de poder, surgindo assim as 03 (três) instituições do modelo *tripartite*: poder legislativo, poder executivo e, por fim, o poder judiciário.

Um Estado, sob o manto de sua soberania, detém a capacidade de escolher esse modelo e distribuir os seus poderes em três para, efetivamente, regular e gerir a sua sociedade. Neste modelo, torna-se possível, por meio do poder legislativo, elaborar novas leis levando em consideração os aspectos sociais e geográficos; pode-se aplicar as leis e criar precedentes, através do poder judiciário e, por fim, administrar e gerir o país, sob a égide do poder executivo.

A necessidade de retornar ao século XVIII, mais especificamente ao ano de 1748, e à idealização do modelo *tripartite* se liga ao fato de que a profusão do maquinário cibernético

³⁶ Embora reconheçamos que os *ToS* são um instrumento eficiente e adequado para regular o mundo on-line, enfatizamos que os *ToS* representam uma ferramenta de imposição unilateral de regras, apesar de serem apresentados como aceitos voluntariamente pelas partes envolvidas através da expressão de consentimento livre e esclarecido – tradução livre.

se perpetuou como supostamente neutro, mas as relações geridas por meio dos Termos de Uso começaram a expor os agenciamentos sociais das quais as plataformas apenas fazem parte. Com o avanço neoliberal, retoma-se a ideia de que a empresa se tornou o espaço de governabilidade, de exercício do poder, os Termos de Uso são apenas seu produto.

Com isso, os Termos de Uso deram às plataformas uma *quasi-sovereignty*, ou seja, uma soberania-aparente, tornando-as capazes de exercer, de forma aparente – reitera-se – funções *quasi-legislative*, *quasi-judiciary* e *quasi-executive*.

Gozam de um poder *quasi-legislative*, ou seja, um poder legislativo-aparente onde, além de unilateralmente definirem as cláusulas dos *ToS*, detêm o poder de alterá-los a qualquer instante, a exemplo de uma das cláusulas dos Termos de Uso do YouTube que estipula: “*Terms may be changed any time at their discretion, without notice to the user*”³⁷.

O *quasi-executive*, ou poder executivo-aparente, advém da capacidade das empresas de definirem os comportamentos permitidos dentro de sua rede, plataforma ou serviço; de forma autônoma mediante a utilização de meios técnicos como algoritmos que garantem a estrutura do serviço e impõem o respeito às cláusulas contratuais pactuadas. São cláusulas que advém desse poder executivo-aparente.

Essential elements como: (a) *limitation of liability*, (b) *Disclaimer of warranties* e (c) *governing law and choice of forum*³⁸, são cláusulas presentes nos Termos de Uso que advém desse *quasi-judiciary* (poder judiciário-aparente) pois nele se definem: (a) pelo que exatamente o provedor será responsabilizado caso haja descumprimento por sua parte, (b) quais as isenções de garantias e, por fim, (c) a capacidade de definir previamente qualquer questão que envolva disputa judicial, seja definindo o foro, o método, a aplicação e, até mesmo, as consequências.

The private ordering defined by internet intermediaries has indeed filled the institutional and regulatory gap left by sovereign nation states, incapable to effectively regulate and control online flows of information. In this perspective, private entities have been indubitably more successful than public actors, acquiring the capability of de facto regulating expression online by defining the architecture and contractual provisions according to which users can seek, impart and receive

³⁷ “Os termos podem ser alterados a qualquer momento, a seu critério, sem aviso prévio ao usuário” – Tradução livre.

³⁸ Limitação de responsabilidade, Isenção de garantias e lei aplicável e escolha do foro – tradução livre.

*information and ideas – or, more appropriately, search, access and share content, applications and services.*³⁹ (Belli; Venturini, 2016, p. 5)

A mutação tecnológica também atingiu a própria noção de soberania, tema que antes se restringia apenas aos países, mesmo que a relação entre iniciativa privada e Estado fosse (e é) comum, uma empresa não possuía um documento com tanto poder para determinar ponto por ponto as dinâmicas em seu espaço, isso porque aqui surge o espaço imaterial do digital, o novo território que teve seus pilares privatizados, que agora possui terrenos cercados como se países fossem. Os Termos de Uso delimitam as fronteiras entre as plataformas e concedem às empresas uma soberania tão poderosa quanto a de um país.

Um simples clique, um gesto quase automático na era digital, oculta uma complexa dinâmica de poder. A aceitação dos Termos de Uso, exigência quase universal para participar de plataformas *online*, transforma um ato corriqueiro em um pacto tácito. Enquanto os movimentos sociais encontraram no espaço digital um poderoso amplificador de suas vozes, a exigência de concordar com termos muitas vezes extensos e pouco claros coloca diante de um dilema: ao ser celebrada a democratização da informação e a mobilização em rede, cedesse parte da autonomia em troca de acesso a serviços e plataformas.

Essa dinâmica revela uma face da modernidade digital, na qual a busca pela conectividade constante pode vir acompanhada de uma perda significativa de controle sobre os dados, a privacidade e as escolhas do indivíduo. Ao clicar em "aceito", o usuário não apenas concorda com as regras de uso de uma plataforma, mas também se submete a uma lógica algorítmica que molda suas experiências *online* e, cada vez mais, influencia suas vidas *offline*.

As interações saíram dos domínios pessoais como blogs e passaram a ocorrer em sua esmagadora maioria através das plataformas sociais. O usuário que antes tinha maior autonomia no seu espaço de divulgação passa a ficar condicionado aos limites impostos pelos Termos de Uso que precisou concordar para acessar a nova fronteira da sociabilidade e informação, bem como, muitas vezes para poder divulgar seu trabalho ou serviço.

Uma das primeiras empresas a sedimentar sua plataforma e começar a ditar os rumos do poder cibernético foi a Google no final dos anos 1990, em que pese ser comumente

³⁹ A ordem privada definida pelos intermediários da Internet realmente preencheu a lacuna institucional e regulatória deixada pelos estados-nação soberana, incapaz de regular e controlar efetivamente os fluxos de informações *on-line*. Nesta perspectiva, as entidades privadas têm sido indubitavelmente mais bem-sucedidas que atores públicos, adquirindo a capacidade de regular de fato a expressão online, definindo a arquitetura e as disposições contratuais de acordo com as quais os usuários podem buscar, transmitir e receber informações e ideias - ou, mais apropriadamente, pesquisar, acessar e compartilhar conteúdo, aplicativos e Serviços. - Tradução livre.

explicada sua história, é inegável seu papel para a virada de chave quanto a um elemento central que alimenta toda a Sociedade de Controle, a extração, análise e mercantilização dos dados pessoais. A plataforma havia sido criada como um projeto acadêmico com o intuito de facilitar e intermediar a localização de informações e conteúdos na *web*, tendo em conta que tudo estava caoticamente desorganizado, criando um ranking de qualidade baseado na quantidade de outros sites conectados naquele *link*⁴⁰ original (Tarnoff, 2022, p. 89).

Inclusive os criadores, Larry Page e Sergey Brin, no início de desenvolvimento do Google, acreditavam que o serviço deveria ser gratuito e sem publicidades:

*"We expect that advertising founded search engines will be inherently biased towards the advertisers and the way from the needs of the consumers", they wrote. "The better the search engine is, the fewer advertisements will be needed for the consumer to find what they want... We believe the issue of advertising causes enough mixed incentives that it is crucial to have a competitive search engine that is transparent and in the academic realm."*⁴¹ (Pariser, 2012, p. 31)

Entretanto, a plataforma,

*(...) began not only to organize the data of the web but to generate a fair bit of its own. Everything that users did left footprints in the servers' logs: what they searched for, when they searched for it, what results they clicked on, whether they stayed there or returned to start a new search.*⁴² (Tarnoff, 2022, p. 89-90)

O uso desses dados coletados era aplicado inicialmente para melhorar a qualidade do serviço oferecido do software de busca, mas a partir do início dos anos 2000, a empresa passou a empregar para outra finalidade, vender publicidade. Inevitavelmente o caráter econômico é introduzido no maquinário cibernético, a plataforma desenvolvida para facilitar a localização das informações na web, passou a mercantilizar os dados minerados de seus usuários para outras empresas e serviços. Com isso, altera a prioridade das informações encontradas nas buscas feitas, a fim de privilegiar os anunciantes, dinâmica central do capitalismo contemporâneo.

⁴⁰ Também conhecido como *hiperlink*, é um elemento fundamental da World Wide Web (WWW) que permite conectar diferentes recursos na *internet*. Pode ser entendido como uma ponte que leva o usuário de um ponto a outro na vasta rede da web.

⁴¹ "Entendemos que os mecanismos de busca baseados em publicidade são inerentemente tendenciosos/enviesados em relação aos anunciantes e se desviam das necessidades dos consumidores", escreveram. "Quanto melhor o mecanismo de busca, menos anúncios serão necessários para o consumidor encontrar o que deseja... Acreditamos que a questão da publicidade causa incentivos misturados suficientes para que seja crucial ter um mecanismo de busca competitivo que seja transparente e baseado no âmbito acadêmico." – Tradução livre.

⁴² Começou não apenas a organizar os dados da web, mas a gerar uma boa parte dos seus próprios. Tudo o que os usuários faziam deixava rastros nos registros dos servidores: o que eles pesquisavam, quando pesquisavam, em quais resultados clicaram, se permaneciam lá ou retornavam para iniciar uma nova pesquisa. – Tradução livre.

Entretanto, importante pontuar que o uso da coleta de dados para analisar os hábitos de consumo não era novidade, o que se destaca é o alcance que a *web* permite atingir, haja vista que toda ação realizada na esfera digital é milimetricamente coletada. A Google perpetuou sua dinâmica como plataforma intermediando, inicialmente, a conexão entre os usuários e os sites e, posteriormente, a conexão entre publicidade e usuários.

Para o pesquisador Eli Pariser, o ano de 2009 marcou o início da era da personalização individualizada, pois a partir desse momento os algoritmos da Google passaram a apresentar resultados diferentes para cada usuário, mesmo que eles façam a mesma pergunta, baseado em seus dados pessoais.

*Starting that morning, Google would use fifty-seven signals—everything from where you were logging in from to what browser you were using to what you had searched for before—to make guesses about who you were and what kinds of sites you'd like. Even if you were logged out, it would customize its results, showing you the pages it predicted you were most likely to click on.*⁴³ (Pariser, 2012, p. 2)

Em 2004, Mark Zuckerberg deu forma ao Facebook que viria a ser uma das maiores plataformas de interação social da contemporaneidade. Plataforma que também começou como um projeto acadêmico de conectar os alunos da universidade e promover um espaço de interação, podendo organizar eventos, conversar, anunciar novidades e publicar fotos pessoais, mas posteriormente começou a se tornar um espaço restrito voltado para a coleta de dados, sua mercantilização e profusão dos anúncios.

Uma funcionalidade nova trazida pelo Facebook em 2005 foi o *feed de notícias* onde concentra uma série de informações, tanto aquelas compartilhadas por amigos em comum, quanto sugestões exclusivas para cada usuário a partir de seus dados deixados ao usarem a plataforma, pautado principalmente nos anúncios de publicidade.

Zuckerberg ia reformular a primeira página do Facebook para mostrar um feed personalizado, de modo que cada usuário visse que os seus amigos estavam fazendo no site. Até então, você tinha que conferir cada perfil ou grupo manualmente se quisesse saber da movimentação. (...) Ele era apresentado como uma festa sem fim na qual todo mundo que você conhecia estaria presente. Para alguns usuários, porém, era como se eles fossem obrigados a entrar em um panóptico, onde todo mundo tinha visibilidade absoluta da vida digital de todo mundo. (Fisher, p. 34 e 35)

Ou seja, em termos expostos neste trabalho, a *manipulação* da plataforma constituiu um espaço que se *modula* conforme os dados coletados, promovendo um *feed de notícias*

⁴³ A partir daquela manhã, o Google usaria cinquenta e sete sinais – tudo, desde de onde você estava fazendo login até qual navegador estava usando e o que você havia pesquisado antes – para fazer suposições sobre quem você era e que tipos de sites você gostaria de encontrar. Mesmo que você estivesse desconectado, ele personalizaria seus resultados, mostrando as páginas que você teria maior probabilidade de clicar. – Tradução livre.

diferente para cada usuário, mesmo que estes estejam inseridos no mesmo espaço, *modulação* essa que parece quase imperceptível diante da liberdade do usuário naquela plataforma. Entretanto, tal liberdade faz parte da própria programação da plataforma a fim de trazer para o usuário uma experiência que de fato pareça estritamente social e que não esteja sendo mediada por algum agente (Tarnoff, 2022, p. 95).

Tarnoff complementa que,

*This sense of freedom helps explain why people find social media pleasurable. Even as their interactions are being subtly or unsubtly structured by the design of the user interface and the code underneath, they enjoy a feeling of autonomy, a feeling of being free to express themselves.*⁴⁴ (Tarnoff, 2022, p. 95)

Essa estrutura de simulação de liberdade se mostra fundamental para capturar a atenção do usuário e garantir que ele fique o maior tempo possível dentro da plataforma, motivando-o a interagir e consequentemente produzir dados e visualizar publicidades personalizadas. Em suma, as plataformas facilitam as interações, ao passo que delimitam essas mesmas interações a partir dos Termos de Uso e dos algoritmos que operam o espaço digital. Os dados se tornaram elemento central nas sociedades de controle a fim de dar forma ao processo de *modulação*. O acesso “gratuito” às plataformas veio com um dilema: para participar do mundo digital o usuário deve se tornar uma mercadoria.

*The masses of data Facebook and Google accumulated have two uses. For users, the data provides a key to providing personally relevant news and results. For advertisers, the data is the key to finding likely buyers. The company that has the most data and can put it to the best use gets the advertising dollars.*⁴⁵ (Pariser, 2012, p. 40)

As empresas de tecnologia como a Google e o Facebook e suas diferentes plataformas que permeiam a sociabilidade e a vida comum, agora com seus Termos de Uso que as concedem um poder soberano-aparente, assumem o posto no capitalismo contemporâneo de Gigantes da Tecnologia, também chamadas de *Big Techs*. Enquanto a privatização da *internet* garantiu às empresas de telecomunicação o poder e a mercantilização do acesso ao espaço digital, as plataformas privatizaram e cercaram os terrenos digitais transformando o usuário que se utiliza dessa ferramenta e suas ações em uma mercadoria.

⁴⁴ Essa sensação de liberdade ajuda a explicar por que as pessoas acham as redes sociais agradáveis. Mesmo que suas interações estejam sendo sutil ou não sutilmente estruturadas/conduzidas pelo design da interface do usuário e pelo código, elas desfrutam de uma sensação de autonomia, uma sensação de serem livres para se expressar. – Tradução livre.

⁴⁵ A massa de dados acumulados pelo Facebook e pelo Google têm dois usos. Para os usuários, os dados fornecem uma chave para prover notícias e resultados pessoalmente relevantes. Para os anunciantes, os dados são a chave para encontrar prováveis compradores. A empresa que possui mais dados e pode utilizá-los da melhor forma recebe o investimento da publicidade. – Tradução livre.

2.5 DATIFICAÇÃO, UM PROCESSO HISTÓRICO DE CONTROLE

A coleta e uso de dados e a mercantilização dos corpos não é algo exclusivo da contemporaneidade e das máquinas cibernéticas, portanto é importante olhar para as formas anteriormente aplicadas para o controle desses mesmos corpos, inclusive considerando uma perspectiva colonial e seu legado.

Foucault apresenta a *micromecânica do poder*, categoria com a qual é possível entender as diferentes facetas de um corpo e produzir um acúmulo de saber sobre ele por meio de um processo minucioso de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa (Foucault, 2019, p. 29 e 30). E, em suma, um fichamento do sujeito, pelo sujeito característico da biopolítica.

(...) eu diria isto: invés de orientar a pesquisa sobre o poder para o âmbito do edifício jurídico da soberania para o âmbito dos aparelhos de estado, para o âmbito das ideologias que o acompanham, creio que se deve orientar a análise do poder para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, para o âmbito das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber. (Foucault, 2019, p. 30)

No contexto brasileiro, esse momento ocorre, segundo o pesquisador Tarcízio Silva (Silva, 2022, p. 104), durante o projeto colonial-escravista, particularmente a partir do século XVIII, onde houve uma transformação da compreensão sobre o mundo e da humanidade como um todo, concomitantemente com a sua desumanização. Tudo isso se dá em detrimento da fixação, expansão e continuidade dos projetos eurocêntricos permeados pela naturalização de práticas sistemáticas de extermínio de povos originários, expropriação, dominação e demais abusos, os quais são vistos e ensinados hoje, como meros eventos históricos. Tais projetos têm a vigilância e classificação hierárquica racializada como ponto central para a manutenção global do capitalismo, através da produção de um “(...) horror ao outro e à alteridade, sustentado pelas ficções de “raças” destoantes do padrão hegemônico eurocêntrico (...)” (Silva, 2022, p. 104) foi possível “(...) o desenvolvimento de tecnologias de disciplina, controle e punição aperfeiçoadas nas invasões e extrações coloniais.” (Silva, 2022, p. 105) Esse processo viabilizou a fabricação dos sujeitos e das raças, determinando o papel de cada uma dentro do processo produtivo, ao mesmo tempo em que faz parecer ser algo “natural”, como se esse corpo estivesse predisposto para tal e fosse biologicamente sujeito. Para isso,

utilizou-se de metodologias da Frenologia⁴⁶, uma pseudociência usada para justificar o tratamento imposto aos corpos negros.

O século XVIII foi um período de disciplinamento dos saberes e formatação das verdades de cada campo do saber, e fez da ciência uma técnica de poder, em especial na segunda metade, organizando o poder disciplinar operado pelas seguintes categorias: seleção, normalização, hierarquização e centralização (Foucault, 2019, p. 153). Ademais, duas formas de tecnologia do poder atuavam neste período, uma centrada no corpo, produzindo efeitos individualizantes através da docilização dos corpos, e de outro lado, temos uma técnica – ressaltando a ideia de que tecnologia não se restringe a um objeto material – voltada para a vida, ou seja, que visava agrupar os efeitos de “(...) massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos” e garantir “(...) a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos.” (Foucault, 2019, p. 209)

A intelectual Judith Butler dialoga com as teorizações de Foucault e complementa que ao desvendar as complexas formas de distribuição da vulnerabilidade, podemos compreender melhor as raízes da violência arbitrária, sendo que não se trata de um fenômeno homogêneo, mas sim um mosaico complexo com diferentes formas de distribuição e impacto produzida por uma institucionalização do controle dos corpos que tornam algumas populações mais suscetíveis à esta violência do que outras (Butler, 2019b, p. 4).

A realidade é que a necessidade de operacionalização da escravidão no século XVIII, nas mais diferentes esferas do controle dos corpos, desde sua captura, punição, marcação a ferro, traslado e valores, ou seja, uma série de micromecânicas de poder, viabilizou sua desumanização e mercantilização, bem como a formação de um aparato de vigilância até então nunca visto na história. Uma burocratização da exploração, onde o documento assume um papel central na manutenção do controle e vigilância do cotidiano (Silva, 2022, p. 106), uma vez que o corpo negro é desprovido de autenticidade “própria”, já que ela só lhe é dada por outro corpo que o determina, um processo de endereçamento vindo do outro, que o constituiu sem a sua vontade, ou melhor, antes mesmo da formação de sua vontade (Butler, 2019b, p. 115).

Assim o Estado atuava em duas frentes:

- de autoridade e de legitimação das ações de controle da população negra, através de diversos instrumentos jurídicos e estruturas policiais com o objetivo de promover a estratificação social. Criando leis discriminatórias e da

⁴⁶ Teoria que pretendia determinar as características da personalidade e o grau de criminalidade de alguém com base na forma da sua cabeça.

intensificando a vigilância sobre grupos específicos, definiram quais segmentos da população deveriam ser permanentemente vigiados e considerados suspeitos, reforçando as desigualdades sociais e perpetuando a marginalização de minorias, de forma que a abolição da escravidão serviu apenas como mero ato declaratório sem real aplicabilidade;

- e por meio dos meios de comunicação de massa que além de prover o suporte à vigilância, produzia-a e a normalizava através da produção e disseminação de discursos e imagens que reforçavam estereótipos e criminalizavam populações, em um processo de dupla marginalização.

Todo o processo acima exposto demonstra que “(...) o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente (...)” (Butler, 2019a, p. 16), sendo tais forças capazes de determinar o “(...) direito de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer” (Foucault, 2019, p. 202), ou, a partir de uma ótica butleriana, de maximizar a precariedade para uns e minimizar a precariedade para outros que expõe o poder de um em detrimento a outro.

Revisitar o período colonial-escravagista retoma a questão de como as máquinas absorvem um poder que depende do agenciamento coletivo. A datificação do corpo escravizado e todos os demais mecanismos utilizados para garantir seu registro, transporte e adequação no processo produtivo colonial apenas expõe que certas características das sociedades de controle são, em realidade, apenas reificações de processos e maquinários do passado recente. Reiterando, mais uma vez, que a tecnologia não surge do vácuo, mas de processos históricos.

2.6 DADOS, O NOVO PETRÓLEO?

Conforme abordado, os dados foram e continuam sendo elemento central para as dinâmicas de poder e controle, inclusive para operacionalizar as máquinas cibernéticas e viabilizar o *psicopoder*. O usuário se tornou mercadoria dentro de um espaço digital que é privatizado, onde as regras são determinadas pelos Termos de Uso do qual o aceite é inevitável se a pessoa pretende fazer uso daquele serviço, agora cada ação feita naquela plataforma é milimetricamente observada. A *internet* uniu as pessoas sob a égide dos interesses e signos do mercado (Tarnoff, 2022, p. 81).

Uma das formas das *Big Techs* garantirem e minerarem o maior número de dados diferentes de um mesmo usuário é ofertando uma série de serviços que se interconectam e trazem maior “comodidade” para ele. Esse processo é chamado de *lock-in*, uma forma de

travamento do usuário aos seus serviços, onde a praticidade supera inclusive o interesse do usuário por serviços semelhantes ofertados por outras empresas (Pariser, 2012, p. 40).

The more locked in users are, the easier it is to convince them to log in—and when you are constantly logged in, these companies can keep tracking data on you even when you're not visiting their Web sites. If you're logged into Gmail and you visit a Web site that uses Google's Doubleclick ad service, that fact can be attached to your Google account. And with tracking cookies these services place on your computer, Facebook or Google can provide ads based on your personal information on third-party sites.⁴⁷ (Pariser, 2012, p. 41)

O usuário se vê diante de uma série de plataformas produzidas por corporações que passam a organizar a sua rotina e a cotidianidade, ficando, de certa forma, dependente destes sistemas (Souza; et. al., 2018, p. 43). Ao passo que as empresas absorvem por meio das máquinas cibernéticas um saber e um poder imenso sobre seus usuários que interagem naquele espaço, poder esse que só é possível diante da coleta massiva de dados (Souza; et. al., 2018, p. 43). A obtenção de dados expõe o imperativo da vigilância.

Portanto, a descoberta do dado como *commodity* (pariser, 2012, p. 45) deu forma a uma célebre frase que bem resume a contemporaneidade, “o dado é o novo petróleo”. A frase, originalmente em inglês *"Data is the new oil"*, foi cunhada por Clive Humby, um matemático londrino especializado em ciência de dados em 2006. Humby, reconhecendo o crescente valor dos dados na economia digital, utilizou essa analogia para ilustrar a importância estratégica dos dados para as empresas. Entretanto, Tarnoff sugere que ao em vez de comparar com petróleo faria mais sentido comparar com o carvão, para ele os dados agem no maquinário cibernético (e consequentemente nos agenciamentos sociais) da mesma maneira com que o carvão deu potência as máquinas energéticas do século 19 e 20 que reorganizaram o modelo produtivo das oficinas para as fábricas, portanto, os dados *"(...) propelled the capitalist reorganization of the internet, banishing the remnants of the research network and perfecting the profit engine."*⁴⁸ (Tarnoff, 2022, p. 87)

Para Han, a coleta de dados é fundamental na construção do “eu” digital a ser mercantilizado, um “eu” que muitas vezes contém muito mais conhecimento sobre aquele usuário do que ele sobre ele mesmo ao acompanhar cada decisão e não decisão feita nos espaços digitais.

⁴⁷ Quanto mais os usuários estiverem travados, mais fácil é convencê-los a fazer login – e quando você está constantemente conectado, essas empresas podem continuar rastreando dados sobre você mesmo quando você não está visitando seus sites. Se você estiver conectado ao Gmail e visitar um site que usa o serviço de anúncios Doubleclick do Google, esse dado pode ser anexado à sua conta do Google. E com os cookies de rastreamento que esses serviços colocam em seu computador, o Facebook ou o Google podem fornecer anúncios baseados em suas informações pessoais em sites de terceiros. – Tradução livre.

⁴⁸ (...) impulsionaram a reorganização capitalista da internet, banindo os remanescentes da rede de pesquisa e aperfeiçoando a máquina de lucro. – Tradução livre.

Hoje, cada clique que damos e cada termo que pesquisamos ficam salvos. Cada passo na rede observado e registrado. Nossa vida é completamente reproduzida na rede digital. Os nossos hábitos digitais proporcionam uma representação muito mais exata de nosso caráter, e nossa alma, talvez até mais precisa ou mais completa do que a imagem que fazemos de nós mesmos. (Han, 2018b, p. 85)

Evgeny Morozov, pesquisador e escritor bielorruso, que também estuda as implicações políticas e sociais da tecnologia, aponta que o capitalismo dos dados almeja converter todos os aspectos da vida cotidiana em ativo rentável, penetrando inclusive no espaço privado das pessoas (Morozov, 2018, p. 33). Para ele esse processo de penetração pela busca de dados pretende também atenuar a diferença entre trabalho e não trabalho, induzindo o indivíduo a uma constante busca por desempenho e exposição, em que sua reputação é uma obra em andamento da qual se deve dedicar integralmente, onde “(...) tudo vira um ativo rentável: nossos relacionamentos, nossa vida familiar, nossas férias e até nosso sono (agora você é convidado a rastrear o sono, a fim de aproveitá-lo ao máximo no menor tempo possível).” (Morozov, 2018, p. 34)

Han dialoga com Morozov ao constatar que,

O tempo do ócio é um *outro* tempo. O imperativo neoliberal do desempenho transforma o tempo em tempo de trabalho. Ele totaliza o tempo de trabalho. A pausa é apenas uma *fase* do tempo de trabalho. Hoje não temos nenhum outro tempo se não o tempo de trabalho. Assim, o trazemos não apenas para as [nossas] férias, mas também para o [nosso] sono. (Han, 2018a, p. 64)

Isso coaduna com os elementos anteriormente explorados das sociedades de controle que agora operam de forma aberta e não mais fechada, o maquinário cibernético promove um modelo de pan-panóptico em que o usuário é tanto o vigia quanto o vigiado, ele se auto regula a todo instante, ao passo que produz dados em suas ações que são absorvidos pelos algoritmos que *modulam* e singularizam sua experiência no espaço digital. A privacidade é diluída em prol da participação ativa na esfera digital e o usuário expõe seus dados por iniciativa própria.

Como sujeito que expõe e supervisiona a si próprio, ele carrega consigo um pan-óptico no qual é, de uma só vez, o guarda e o interno. O sujeito digitalizado e conectado é um pan-óptico de si mesmo. Dessa maneira, o monitoramento é delegado a todos os indivíduos. (Han, 2018b, p. 85)

Detendo o domínio sobre os dados do usuário, as *big techs* podem, em parceria com programas e empresas terceiras, oferecer anúncios e serviços personalizados, que podem aparecer no resultado das buscas do Google, ou no *feed* de notícias das redes sociais como Facebook e Instagram, por exemplo. Os anúncios, quando obtêm alguma forma de conversão (por meio de interação ou compra através deles), geram receita para a *big tech* e seus parceiros/anunciantes. Só no ano de 2020 o Facebook faturou com a publicidade US\$84,1

bilhões, o que representa um aumento de 21% em relação a 2019. E o faturamento do Google Services, que inclui anúncios, no ano de 2020 foi de US\$168,6 bilhões (US\$17 bi a mais que em 2019) (Machado, 2021, sp.). Conforme aponta Pariser:

*In the view of the “behavior market” vendors, every “click signal” you create is a commodity, and every move of your mouse can be auctioned off within microseconds to the highest commercial bidder. (...) As a business strategy, the Internet giants’ formula is simple: The more personally relevant their information offerings are, the more ads they can sell, and the more likely you are to buy the products they’re offering.*⁴⁹ (Pariser, 2012, p. 7)

Entretanto, o valor de mercado do dado não serve apenas para os interesses de manutenção do capital no sentido estrito, qual seja, da venda de objetos direcionada ao consumidor, mas também para o direcionamento de conteúdos ideológicos aos usuários.

A transformação do dado em mercadoria e sua aplicação para reprodução é um ponto fundamental para compreender a profusão do espaço digital como ferramenta de extração, através de uma violação da privacidade feita de forma consentida pelos termos de uso. A privatização da *internet*, como anteriormente tratado, viabilizou o cerceamento dos espaços, podendo-se acessá-los apenas com o aceite dos Termos de Uso. Constrói-se uma relação hierárquica entre o provedor e o usuário. Ocorre a erosão da horizontalidade.

As plataformas, portanto, operam simultaneamente como espaços informativos e comunicacionais, bem como disseminação e profusão de propaganda e marketing, sendo que, na realidade, o primeiro fator tem tido menos espaço e seriedade que o segundo. O imperativo exposto por Deleuze em que o marketing se tornou a ferramenta de controle tomou forma.

Apesar de os dados serem utilizados para objetivos diferentes, desde vigilância até venda direcionada de produtos, no fundo estão interconectados pela natureza capitalista da contemporaneidade (Han, 2018b, p. 11). Um capitalismo que se utiliza das novas formas de tecnologia para sedimentar os fundamentos neoliberais nas diferentes sociedades, promovendo um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a civilização nunca esteve tão conectada e próxima, a aceleração da individualização e atomização do sujeito os tem afastado, uma vez que “mídias eletrônicas como o rádio *reúnem* pessoas, enquanto as mídias digitais as *singularizam*.” (Han, 2018a, p. 30)

O maquinário cibernético transformou o sujeito que acessa essa esfera em consumidor/usuário/produtor. Consumidor, como esse ser inerente ao capitalismo; usuário,

⁴⁹ Na opinião dos fornecedores do “mercado de comportamento”, cada “sinal de clique” que você cria é uma *commodity*, e cada movimento do mouse pode ser leiloado em microssegundos para o licitante comercial com lance mais alto. (...) Como estratégia de negócios, a fórmula dos gigantes da Internet é simples: quanto mais pessoalmente relevantes forem as suas informações fornecidas, mais anúncios poderão vender e maior será a probabilidade de você comprar os produtos que oferecem. – tradução livre.

como o ser moderno que se conecta e produtor pois ao estar conectado produz uma série de dados que é constantemente coletado.

Não nos contentamos mais em consumir informações passivamente, mas sim queremos produzi-las e comunicá-las ativamente nós mesmos. **Somos simultaneamente consumidores e produtores.** Esse duplo papel aumenta enormemente a quantidade de informação. A mídia digital não oferece apenas uma janela para o assistir passivo, mas sim também portas através das quais passamos informações produzidas por nós mesmos. (...) A sociedade de opinião e de informação de hoje se apoia nessa comunicação des mediatizada todos produzem e enviam informação. (Han, 2018a, p. 36 e 37 - no exame - grifo próprio)

A complexidade da tecnologia atual é que os processos de vigilância, propaganda e influência ocorrem todas ao mesmo tempo no espaço digital, bem como a forma como as plataformas e seus algoritmos funcionam se alteram constantemente (Noble, p. 10).

O usuário, ao mesmo tempo que consome conteúdo/entretenimento está produzindo dados com suas interações e reações, ao passo que está sendo vigiado e monitorado, bem como está sendo bombardeado por propagandas direcionadas. Um sistema que constantemente se retroalimenta a partir de uma captura potente da atenção do indivíduo, *modulando-se* a partir dos dados coletados.

3 TECNOLOGIA DO PODER E DESIGUALDADE

*Who controls the past, controls the future: who controls the present, controls the past.*⁵⁰ (ORWELL, George)

O presente capítulo busca dar continuidade aos eventos anteriormente explorados e evidenciar as relações da sociedade contemporânea com o maquinário cibernético agora tão profundamente enraizado na rotina das pessoas. A partir desse momento, e com a base histórica social trazida, o trabalho apresentará os efeitos no tecido social que reforçam a máxima de que as tecnologias não são neutras expondo as dinâmicas que de fato dão forma às sociedades de controle que exercem uma vigilância aberta e os vieses imbuídos no maquinário cibernético a partir dos agenciamentos coletivos.

3.1 A (PROBLEMÁTICA) ESPERANÇA DIGITAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO INÍCIO DO SÉC. XXI

Em um primeiro momento o maquinário cibernético representou uma ruptura radical com os modelos de comunicação anteriores. A centralização da informação, característica do rádio e da televisão e seus editoriais, por exemplo, foi desafiada pela descentralização e interatividade proporcionadas pela *internet* (Pariser, 2012, p. 75). Nessa janela temporal se acreditava que a *internet* seria o meio pelo qual a sociedade se (re)democratizaria e de fato ampliaria a participação popular no debate público direcionado ao progresso, potencializando o acesso à informação.

Falava-se da internet, em sua juventude, como a “superestrada da informação” — um canal de conhecimento que, pela luz cintilante dos cabos de fibra óptica, ilumina o mundo. Qualquer fato, qualquer *quantum* de informação, está disponível a um toque no teclado — ou assim nos levaram a crer. (Bridle, 2019, p. 19)

Essa visão esperançosa é fortemente visível nos trabalhos do sociólogo espanhol Manuel Castells que expõe logo no prefácio de sua obra “Redes de Indignação e Esperança” produzida em 2012 que:

Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tombaram. Os mágicos das finanças passaram de objetos de inveja pública a alvos

⁵⁰ Quem controla o passado, controla o futuro: quem controla o presente, controla o passado. — Tradução livre.

de desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados, A mídia se tornou suspeita. (Castells, 2017, p. 17)

Esse sentimento de deslocamento do espaço digital com o mundo *offline*, por assim dizer, se dava pela sensação de autonomia que o mundo *online* tinha, principalmente por conta da interpretação de que aquele espaço [digital] não havia sido tomado pelo controle do governo ou das empresas (Castells, 2017, p. 17).

A disruptura produzida pelas redes sociais tinha como uma de suas características o potencial de conexão entre usuários do mundo todo em apenas um clique de distância, “(...) conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais.” (Castells, 2017, p. 18)

*News shapes our sense of the world, of what's important, of scale and color and character of our problems. More important, it provides the foundation of shared experience and shared knowledge on which democracy is built. Unless we understand the big problems our societies face, we can't act together to fix them. (...) The forces unleashed by the Internet are driving a radical transformation in who produces news and how they do it.*⁵¹ (Pariser, 2012, p. 50 e 51)

Para Castells, o poder popular foi novamente revivido através do potencial garantido pela mobilização não somente local, mas agora em escala global. A capacidade de transmitir informações instantaneamente a qualquer ponto da Terra revolucionou as formas de comunicação e interação. Essa velocidade inédita da comunicação engendrou uma nova dinâmica social, marcada por uma interconexão global e local sem precedentes (Castells, 2017, p. 21). Houve uma aceleração no ritmo das conversas, democratizando o acesso à informação e reconfigurando as noções de tempo e espaço.

A relação entre o *offline* e o *online* propiciaram movimentos sociais que se utilizavam das redes para se organizar, frente ao sentimento de autonomia dado pelas plataformas, e a ocupação do espaço público a fim de dar visibilidade às pautas discutidas no espaço digital. Revoltas que ocorreram contra os mais diferentes motivos e partes do mundo, seja para combater um regime totalitário e corrupto como ocorreu na Tunísia em 2011 com a chamada “Primavera Árabe” que teve como estopim a imagem da autoimolação de um vendedor ambulante que viralizou (Castells, 2017, p. 34), seja para enfrentar os abusos

⁵¹ As notícias moldam a nossa noção do mundo, do que é importante, da escala, da cor e das características dos nossos problemas. Mais importante ainda, fornece a base da experiência compartilhada e do conhecimento compartilhado sobre os quais a democracia é construída. A menos que compreendamos os grandes problemas que as nossas sociedades enfrentam, não poderemos agir em conjunto para os resolver. (...) As forças desencadeadas pela Internet estão a impulsionar uma transformação radical em quem produz notícias e como o fazem. – Tradução livre.

perpetrados dentro da própria democracia por políticos que colocaram os interesses privados acima das necessidades da população e banqueiros que se utilizaram de artimanhas especulativas para sair da cadeia sob fiança. Os exemplos mais conhecidos foram os que ocorreram na Espanha também em 2011 (Castells, 2017, p. 99) e inclusive no Brasil em 2013 em relação ao descontentamento com o aumento da tarifa do transporte público (Castells, 2017, p. 178 e 179).

Todos estes movimentos tiveram em comum a interação latente entre espaço digital, aqui representado pelas redes sociais, e público, na realidade, uma ocupação dos dois espaços ao mesmo tempo. Não apenas para se organizar, mas para dar visibilidade e mostrar a realidade do que se pautava, considerando que a mídia tradicional servia historicamente para privilegiar os interesses hegemônicos, tentando, inclusive, subverter os movimentos sociais e diminuir as pautas, onde se buscava verdadeiramente sufocar a mobilização e permitir a manutenção do *status quo*. Afinal, conforme expõe o linguista estadunidense Noam Chomsky em seus estudos quanto ao papel da mídia no jogo político, em especial contra grevistas,

O plano era imaginar formas de colocar a população contra os grevistas, apresentando-os como desordeiros, nocivos à população e contrários ao interesse geral. O interesse geral era o “nosso”, o do homem de negócios, do trabalhador, da dona de casa. Todos esses somos “nós”. Nós queremos ficar juntos e partilhar de coisas como harmonia e americanismo, e também trabalhar juntos. Aí vem esses grevistas malvados e desordeiros, criando confusão, quebrando a harmonia e profanando o americanismo. Precisamos detê-los para que possamos viver juntos (Chomsky, 2013, p. 25)

Observa-se que o sentimento gerado contra grevistas se coaduna com o sentimento que a mídia tradicional buscava gerar em face dos ativistas modernos, ademais, Chomsky complementa que,

O resto da população deve ser privado de qualquer forma de organização, porque organização só causa transtorno. Devem ficar sentados sozinhos em frente à TV absorvendo a mensagem que diz que o único valor na vida é possuir mais bens de consumo ou viver como aquela família de classe média alta aqueles que estão assistindo, e cultivar valores apropriados, como harmonia e americanismo. (Chomsky, 2013, p. 27)

Ao passo que a divulgação pelas redes permitia aos membros das ocupações expor a violência e truculência feita pelo Estado em resposta ao direito de se manifestar, principalmente pelo caráter viral dos vídeos e conteúdos publicados disponibilizados para qualquer pessoa no mundo ver e se compadecer (Castells, 2017, p. 62). O espaço digital garantia uma forma de segurança para os ativistas que ocupavam o espaço público. A visibilidade promovida pelas redes sociais conseguia afastar o porrete dos governos autoritários que era usado para a manutenção do poder, à medida que promovia maior

liberdade e profusão dos ideais democráticos (Chomsky, 2013, p. 20). Apesar de serem recortes feitos pelos manifestantes, eram recortes da realidade que eles estavam inseridos, sem cortes ou edições que a grande mídia costuma realizar (Castells, 2017, p. 187). Isso permitia uma forte conexão entre o espectador e o conteúdo. A ocupação do espaço público viabilizara o que Castells categoriza como “(...) um híbrido espaço público de liberdade” (Castells, 2017, p. 36), ou melhor, espaço de autonomia, pois:

(...) só se pode garantir a autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. (Castells, 2017, p. 193)

Entretanto, em que pese as observações produzidas por Castells, a realidade do maquinário cibernético já apontava para outra direção, os movimentos sociais impulsionados pelas redes, apesar de contestatórios, estavam inseridos na lógica viral [e de vigilância] das plataformas. Isso significa: engajamento e interação [e, consequentemente, geração, coleta e mercantilização de dados]. A *web* foi ocupada por diferentes plataformas que determinavam as formas de interação em seus territórios digitais conforme anteriormente exposto. A *web* não pode ser comparada com uma praça pública, pois já foi privatizada pelas empresas e suas plataformas pelas quais os usuários se utilizam para interagir, seja qual for o objetivo: ver notícias, engajar, comentar, assistir vídeo, tudo se faz em um espaço sob a égide dos Termos de Uso, da *modulação algorítmica* e dos interesses das soberanias-arentes, portanto são espaços restritos.

Na contracorrente de Castells, o sociólogo Zygmunt Bauman, produz em meados de 2007 sua obra “Vida para Consumo” que dialoga com Deleuze ao observar que o maquinário cibernético e o neoliberalismo aprofundaram o processo de transformação das pessoas em mercadorias. Um meio de mutação dos consumidores em mercadoria, onde sua própria subjetividade é moldada para agir conforme a dinâmica do mercado. “A ‘subjetividade’ do ‘sujeito’ e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável.” (Bauman, 2022, p. 20)

Não apenas o capitalismo contemporâneo é entendido por ele como um estágio em que há uma transformação do sujeito em mercadoria, como a lógica neoliberal também promove uma diluição e desregulamentação dos vínculos humanos, individualizando-os em espaços autocentrados (Bauman, 2022, p. 66). Transfere as consequências (e fracassos) sociais para a responsabilidade do indivíduo (Bauman, 2022, p. 75). Os agenciamentos

coletivos neoliberais são operados a fim de promover uma coerção e persuasão que operam no campo psíquico, em outras palavras, o *psicopoder*.

Ademais, ao passo que Castells enxerga no maquinário digital uma forma de liberdade concedida ao usuário, Bauman observa que as possibilidades de escolha já são pré-formatadas, ou melhor, pré-moldadas, “(...) onde escolha e liberdade são dois nomes da mesma condição, e tratá-las como sinônimas é correto pelo menos no sentido de que você só pode abstrair-se da escolha se ao mesmo tempo subjugar sua liberdade.” (Bauman, 2022, p. 111)

Para Bauman, Castells sauda a tecnologia virtual e seu potencial de desregulamentação dos vínculos sociais como uma forma eficaz de prevenir a solidão, fomentando a liberdade de fazer e desfazer com um clique sob a lógica do consumo como algo positivo (Bauman, 2022, p. 137). Entretanto, [Castells] o faz reduzindo a complexidade que acompanha o maquinário cibernético, a influência neoliberal de atomização dos sujeitos e mercantilização das relações.

O dispositivo de segurança que permite a desconexão instantânea se ajusta perfeitamente aos preceitos essenciais da cultura consumista; mas os vínculos sociais, assim como as habilidades necessárias para estabelecê-los e mantê-los, são suas primeiras e maiores baixas colaterais. (Bauman, 2022, p. 138)

Bauman avança apontando que, diferentemente do olhar positivo de Castells, as sequelas do maquinário cibernético afetam também o próprio exercício da política pelas pessoas, promovendo uma despolitização produzida pelo virtual, em que se caminha muito mais para uma realização individual do que o esforço para a construção de um movimento coletivo e efetivamente social (Bauman, 2022, p. 138).

Os servidores engolem e armazenam as marcas de dissensão e protesto para que a política líquido-moderna possa ir em frente sem sofrer influências nem interrupções – substituindo confronto e argumentação por frases descontextualizadas e oportunidades para fotos. (Bauman, 2022, p. 139)

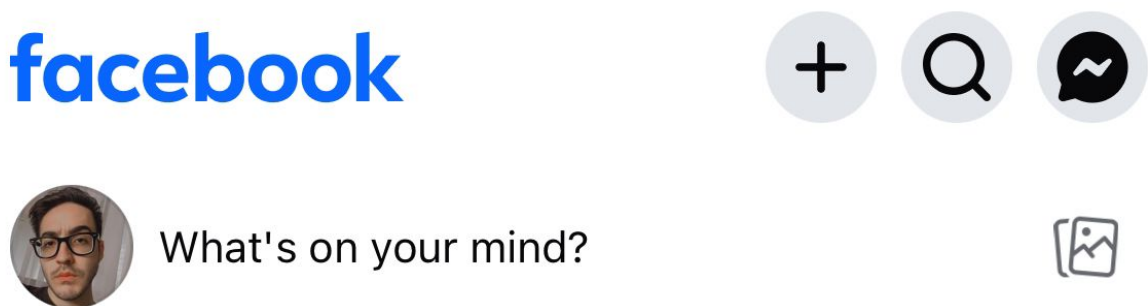
E complementa: “A política real e a política virtual correm em direções opostas, e a distância entre ambas cresce na proporção em que a autossuficiência de cada uma se beneficia da ausência da Companhia da outra.” (Bauman, 2022, p. 140) Além do exposto, Bauman também reforça que a interação social no espaço digital “(...) segue o padrão do marketing, e as ferramentas eletrônicas desse tipo de socialização são feitas sob medida para as técnicas mercadológicas.” (Bauman, 2022, p. 148) O que coaduna com as observações propostas por Deleuze de que o marketing se tornou a ferramenta de controle, bem como o consumo como imperativo latente do capitalismo contemporâneo.

Em verdade,

(...) a capacidade que temos de instalar sensores e conectividade com a internet em praticamente tudo, incluindo o nosso corpo, também torna possível mercantilizar tudo e atribuir um preço às informações associadas ao contexto de seu uso. Ponto: os sensores e a conectividade onipresente ajudam a criar novos mercados líquidos para essas informações, permitindo que os cidadãos monetizem o automonitoramento. (Morozov, 2018, p. 130)

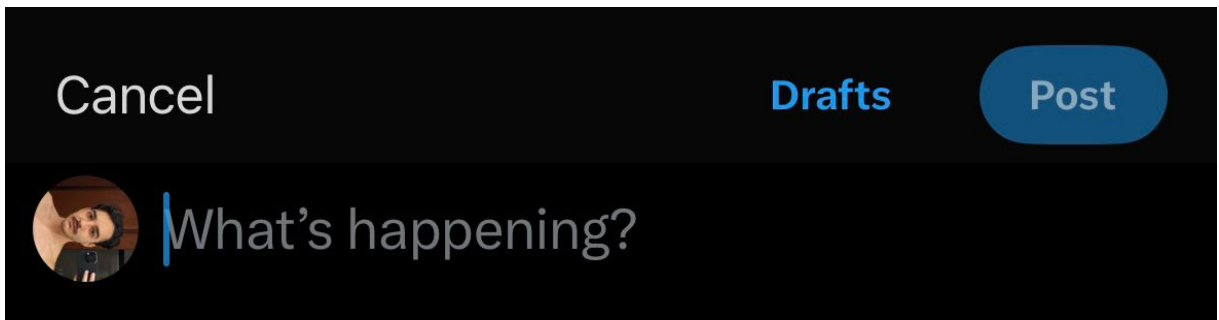
Outrossim, a sociedade de consumo inverteu a lógica da privacidade ao ponto em que ser visto e estar exposto é uma fundamental para o reconhecimento e pertencimento social (Bauman; Lyon, p. 30). Promove-se uma lógica de exposição constante – que é incentivado pelas plataformas digitais com perguntas como por exemplo: “*what’s on your mind?*”⁵², “*what’s happening?*”⁵³ e outra vez “*What’s on your mind?*”⁵⁴ – que convida o usuário a compartilhar cada vez mais detalhes de sua rotina, desde o mais trivial até o mais íntimo, conforme as Figuras 2, 3 e 4 a seguir:

FIGURA 2: CAPTURA REALIZADA DA REDE PESSOAL NO FACEBOOK



FONTE: O autor (2025)

FIGURA 3: CAPTURA REALIZADA DA REDE PESSOAL NO X



FONTE: O autor (2025)

⁵² O que está passando na sua cabeça? – Tradução livre – pergunta que aparece ao acessar sua conta pessoal no Facebook e convida o usuário a compartilhar o momento.

⁵³ O que está acontecendo? – tradução livre – pergunta que aparece ao acessar sua conta no X.

⁵⁴ O que está passando na sua cabeça? – tradução livre – pergunta que aparece ao acessar sua conta no Instagram.

FIGURA 4: CAPTURA REALIZADA DA REDE PESSOAL NO INSTAGRAM



FONTE: O autor (2025)

Essa primeira onda de movimentos gerada pelas redes sociais e tecnologias digitais entre 2009 e 2014 carregava consigo uma visão de futuro horizontal, coletiva, humanizada e fortemente carregada pelos impulsos produzidos pelos levantes sociais nas décadas passadas que tanto se articularam para combater o retrocesso social (Castells, 2017, p. 195). Entretanto, diferentemente do proposto por Castells, a sociedade mediada pelo maquinário cibernético já demonstrava seu caráter de mercantilização tanto do próprio usuário quanto de suas interações, como extensivamente abordado no presente trabalho.

Os usuários, impulsionados por um desejo de expressão e conexão, articularam seus movimentos em espaços digitais meticulosamente restritos, onde cada interação, cada clique e cada mensagem eram passíveis de mercantilização. Nesse ambiente, a expressão se revelou de certa forma ilusória, pois cada ação era monitorada e transformada em dados usados tanto para a plataforma quanto para os anunciantes.

Ao excluir o papel das empresas que *manipulam* as plataformas, Castells acaba por evitar expor a contradição que Bauman explora, o avanço neoliberal e seus agenciamentos que se afastam de uma sociedade efetivamente coletiva que ocupa o espaço público e que detém o domínio sobre as ferramentas necessárias para tal. Como aponta Max Fisher, pesquisador das redes sociais,

(...) ativistas sérios dirigiram a máquina da indignação da internet para fins mais dignos. Mas a máquina não era deles. Embora parecesse gerida pela vontade coletiva dos participantes, na verdade era gerida pelo Vale do Silício, cujos sistemas foram projetados não para promover o progresso da sociedade ou para a distribuição igualitária da Justiça, mas para maximizar nosso tempo no site e fazer dinheiro. (Fisher, 2023, p. 141)

Fisher reforça que a imprensa monopolista, como aponta Castells, de fato teve sua hegemonia de determinar quem aparece nas câmeras e quem não, bem como quem é retratado

como aceitável e quem não, corroída pelo advento das plataformas (Fisher, 2023, p. 328), entretanto não foi abolida, mas sim substituída pelas *Big Techs* e os algoritmos que *modulam* o espaço restrito determinando quem sobe e quem desce no *feed*. Inegavelmente as plataformas propiciaram uma forma altamente escalonável, gratuita e universalmente acessível para se organizar socialmente, entretanto, não se trata de ferramentas neutras.

Antes das plataformas, os movimentos sociais tinham que se mobilizar através de envolvimento direto com a comunidade local e gradualmente formar uma organização. Processo que exige uma dedicação diária para planejar estratégias e discursos. Apesar de extensa e longa, é a dedicação que garante a durabilidade e coesão tanto do movimento quanto de seus membros. Entretanto, “As mídias sociais permitem que os protestos pulem vários desses passos, levando mais gente às ruas e mais rápido.” (Fisher, 2023, p. 332) Onde,

Sem a estrutura subjacente, os movimentos das redes sociais são menos aptos a organizar demandas coesas, a se coordenar ou agir com estratégia. E ao canalizar a energia popular para longe do tipo mais difícil de organização, elas inviabilizaram o surgimento de movimentos tradicionais. Era o que Zuckerberg havia prometido: movimentos populares maiores e sem líderes. Mas o próprio Facebook, assim como outras gigantes das redes, se tornou uma instituição titular e, como a maioria dos *gatekeepers*, se inclinou a proteger a elite dominante e o status quo do qual dependia para manter seu poder. (Fisher, 2023, p. 332)

O que Bauman observou – e que merece ser reiterado – como sequelas do maquinário cibernético: uma despolitização que avança muito mais para uma realização individual do que efetivamente esforço para a construção de um movimento coletivo de fato social.

3.2 MAQUINÁRIO CIBERNÉTICO E SEU POTENCIAL INIGUALÁVEL

Após os eventos que culminaram nos movimentos sociais expostos, as contradições do maquinário cibernético continuaram a vir à tona, especialmente o seu caráter de controle e *modulação*, haja vista o potencial de vigilância que penetra a intimidade das pessoas e agora ocupa o espaço aberto.

Em 2013, documentos apresentados pelo ex-administrador de sistemas da CIA e ex-funcionário da NSA (Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos), Edward Joseph Snowden, revelaram o maior escândalo referente a vigilância global em massa, “*The NSA files*” (Macaskill et. al., 2013).

A reportagem, pautada nas informações sigilosas trazidas, expôs uma rede de coleta de dados pessoais promovida pela agência por meio de celulares, notebooks, redes sociais e

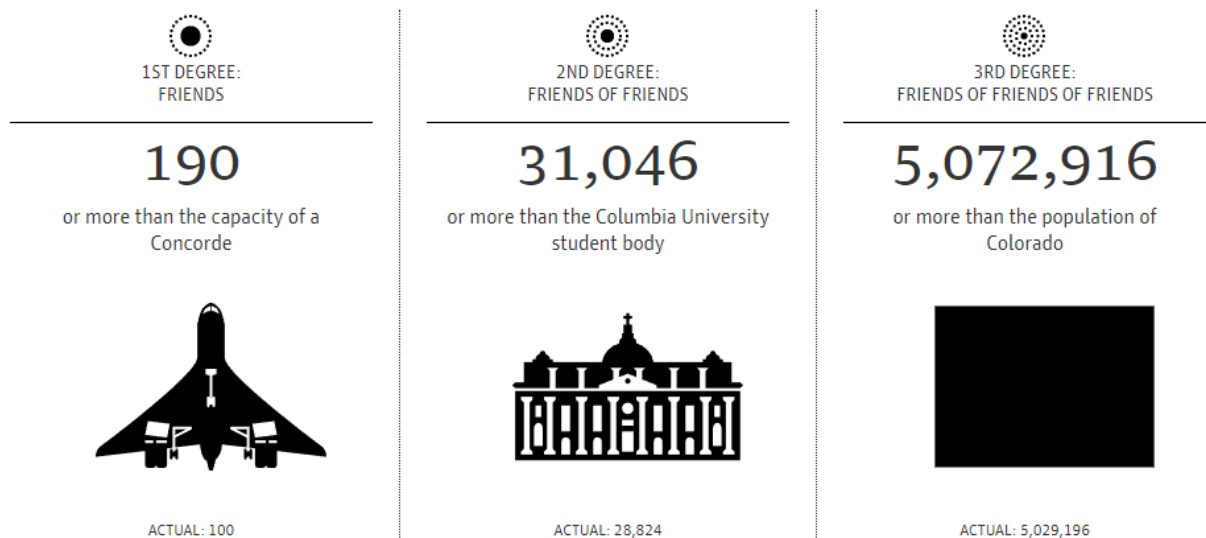
afins. Essa coleta era realizada sem o consentimento do usuário e permitia criar o que é chamado de “*pattern of life*”, ou seja, com os dados coletados pode-se documentar e compreender os hábitos, rotinas, inclinações políticas, entre outros detalhes de natureza pessoal de um determinado usuário, tudo isso visando manter a segurança nacional e combater o terrorismo, pelo menos essa era a justificativa dada pela NSA.

Porém, os documentos revelaram que essa coleta de dados ia além dos cidadãos estadunidenses, tendo efeitos transfronteiriços, onde governantes como Angela Merkel, chanceler alemã, e Dilma Rousseff, a então presidente do Brasil à época, acusaram o governo estadunidense de espionagem (Macaskill et. al., 2013).

Acontece que o modelo de vigilância aplicado pela NSA permitia que o alcance dos dados coletados dessem “*three hops*”⁵⁵ do usuário principal, ou seja, possibilitava a obtenção de informações de diferentes círculos de amizade. A exemplo do Facebook, além do usuário principal eram coletados os dados de seus amigos (*first hop*) dos amigos dos amigos (*second hop*) e, por fim, dos amigos dos amigos dos amigos (*third hop*). Em 2013, um usuário de Facebook tinha em média 190 amigos (Macaskill et. al., 2013) e para se ter a magnitude de usuários tendo seus dados coletados, numa simulação – utilizando a ferramenta fornecida pelo The Guardian – chegasse ao resultado de 5.072.916 amigos no terceiro salto, como mostrado na Figura 5.

⁵⁵ Três saltos – tradução livre.

FIGURA 5 – PROJEÇÃO DO EFEITO DE “TRÊS SALTOS” COM A MÉDIA DE AMIGOS EM 2013

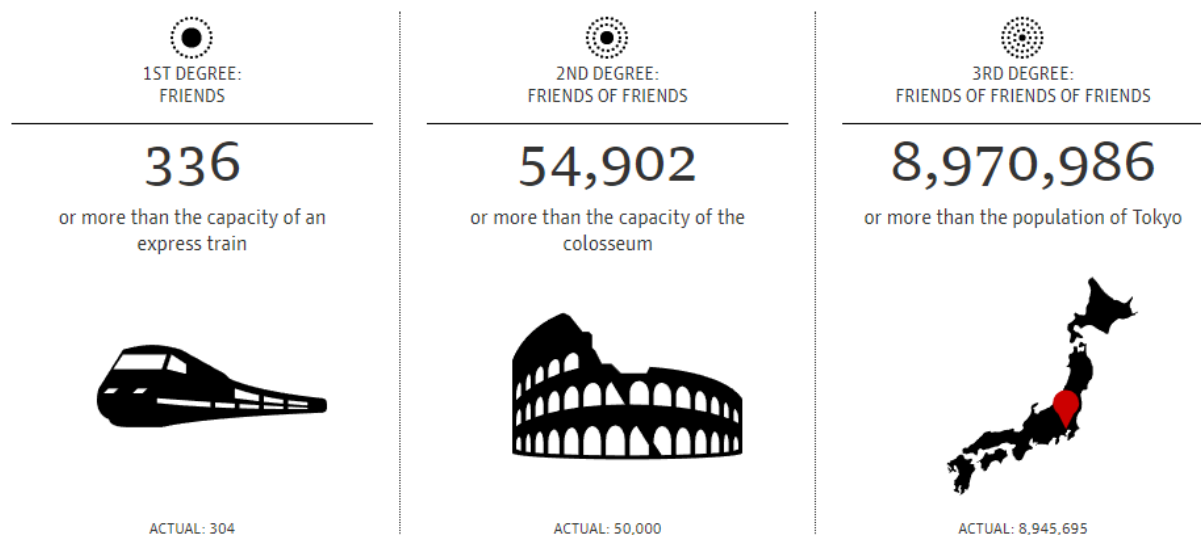


Calculations are based on [an analysis of Facebook](#) that reports a typical user has an average of 190 friends and 14% of those friends are friends with each other.

FONTE: (Macaskill et. al., 2013)

A título de exemplo, se o mesmo sistema fosse aplicado em 2024, onde a média que um usuário tem de amigos no Facebook é de 338, este seria o resultado aproximado⁵⁶:

FIGURA 6 – PROJEÇÃO DO EFEITO DE “TRÊS SALTOS” COM A MÉDIA DE AMIGOS EM 2024



Calculations are based on [an analysis of Facebook](#) that reports a typical user has an average of 190 friends and 14% of those friends are friends with each other.

FONTE: (Macaskill et. al., 2013)

Em um primeiro cenário se imaginava que apenas os Estados-Nação estariam aptos a possuírem e desenvolverem tecnologias e ferramentas suficientemente capazes de coletar, armazenar e processar esse volume de dados pessoais. Mas em 2018 é revelado que a empresa britânica de análise de dados *Cambridge Analytica*, coletou, em 2014 (apenas um ano após o

⁵⁶ Uma vez que a plataforma só permite colocar ou 336 ou 341.

escândalo da NSA), dados pessoais sem a autorização dos usuários do Facebook para construir um sistema que permitisse criar perfis individuais dos eleitores estadunidenses, e efetuar as “*psyops*” (Cadwalladr, 2018) ou operações psicológicas – método que visava mudar o pensamento das pessoas não pela persuasão, mas pelo domínio informacional, através de um conjunto de técnicas que incluem rumores, desinformação e *Fake News* com o objetivo de direcionar propagandas políticas específicas para cada usuário levando em conta os dados coletados de cada um (Cadwalladr, 2018). Mais uma vez há o reforço do *psicopoder* da Sociedade de Controle.

A diferença entre os 02 (dois) casos mencionados (Snowden e *Cambridge Analytica*) é a forma como os dados foram coletados. Enquanto no escândalo “*the NSA files*” existia uma agência de inteligência nacional coordenando em conjunto de parcerias público-privadas, no caso “*The Cambridge Analytica Files*” o ponto de partida foi um aplicativo chamado “*thisisyou digitallife*”, por meio do qual os usuários realizavam um teste de personalidade que, na verdade, coleta dados pessoais dos usuários da rede social. O que não se imaginava era que a coleta se estendia para a lista de amigos, reproduzindo o efeito “*three hops*”, angariando dados de 87 milhões de usuários sendo 70,6 milhões de usuários estadunidenses (G1, 2018).

É preciso compreender que para que o teste de personalidade fosse aplicado, ele estava ancorado nos Termos de Uso do próprio Facebook, no qual residia uma cláusula que, a partir do seu aceite, os dados coletados iriam além do usuário principal, caracterizando, assim, a violação da privacidade de outros usuários de forma consentida. Concedida pelo primeiro usuário, uma vez que não houve consentimento do usuário secundário e terciário.

Acontece que o usuário foi condicionado a estrutura do “clique para concordar” (Berreby, 2017), na qual não existe espaço para discutir os Termos: ou aceita e pode utilizar a plataforma ou rejeita e não acessa. Diante desse modelo, o usuário não possui o mínimo interesse em buscar entender quais os termos que está concordando nas plataformas que utiliza, como apontado pela pesquisa efetuada pela revista digital *Visual Capitalist*, onde 97% das pessoas entre 18 e 34 anos concordaram sem ler (Lepan, 2020). Com isso permitiu-se o surgimento de cláusulas como as mencionadas anteriormente, que ultrapassam a privacidade do usuário para coletar diversas informações do seu dia-a-dia, lembrando que tais dados possuem valor econômico, sem nenhuma contrapartida para o usuário (Arthur, 2013).

A Google, por exemplo, é capaz de coletar dados de localização⁵⁷, sites visitados⁵⁸ e até mesmo efetuar a leitura de mensagens trocadas entre usuários⁵⁹. Já o Twitter pode utilizar os dados coletados para direcionar propagandas específicas ao usuário⁶⁰, compartilhá-los com terceiros⁶¹ e até mesmo revelar qualquer dado pessoal para entidades governamentais, sem a prévia notificação ao usuário⁶² e atualmente, sob a administração de Elon Musk após adquiri-lo em abril de 2022 e renomeá-lo de “X” a plataforma pode ler suas mensagens privadamente trocadas⁶³, pode deletar publicações e afins sem informar o usuário ou especificar o motivo⁶⁴, pode acessar seu histórico de busca⁶⁵, bem como coletar uma série de dados pessoais como nome, informações demográficas, endereço postal, dados biométricos, informações do dispositivo, IDs, contatos e registros de chamadas⁶⁶. Diante desse cenário renuncia-se aos direitos inerentes à privacidade em prol da utilização de uma plataforma *online*. Os dados pessoais se tornam a moeda de troca para que o usuário possa utilizar o serviço ofertado de forma “gratuita”. Ocorre-se, portanto, a mercantilização do usuário.

3.3 TRILHA SONORA PARA O GENOCÍDIO (RUANDA 1994) x DEIXE SEU LIKE PARA O GENOCÍDIO (MIANMAR 2017)

Conforme trabalhando anteriormente a evolução do maquinário cibernético com o passar dos anos – sob influência neoliberal – inicialmente culminou na privatização da *internet* e após, na formação da *web* e sua ocupação pelas plataformas controladas pelas *Big*

⁵⁷ *Terms of Service Didn't Read. This service may collect, use, and share location data.* 18 fev. 2018. Disponível em: <https://edit.tosdr.org/points/5841> acesso em: 07 de jul. 2025.

⁵⁸ *Terms of Service Didn't Read. This service tracks you on other websites.* 16 jan. 2018. Disponível em: <https://edit.tosdr.org/points/794> acesso em: 07 de jul. 2025.

⁵⁹ *Terms of Service Didn't Read. The service can read your private messages.* 18 fev. 2019. Disponível em: <https://edit.tosdr.org/points/5839> acesso em: 07 de jul. 2025.

⁶⁰ *Terms of Service Didn't Read. The service uses your personal data for advertising.* 12 mai. 2019. Disponível em: <https://edit.tosdr.org/points/5853> acesso em: 07 de jul. 2025.

⁶¹ *Terms of Service Didn't Read. Your personal data is given to third parties.* 20 fev. 2019. Disponível em: <https://edit.tosdr.org/points/5847> acesso em: 07 de jul. 2025.

⁶² *Terms of Service Didn't Read. This service reserves the right to disclose your personal information without notifying you.* 12 mai. 2019. Disponível em: <https://edit.tosdr.org/points/5850> acesso em: 07 de jul. 2025.

⁶³ *Terms of Service Didn't Read. The Service is able to access, scan, review or read all user communications, including private messages, which may contain personal or sensitive data.* 11 de jul. 2023. Disponível em: <https://tosdr.org/en/service/195> acesso em: 07 de jul. 2025.

⁶⁴ *Terms of Service Didn't Read. The service can delete specific content without prior notice and without a reason.* 11 de jul. 2023. Disponível em: <https://tosdr.org/en/service/195> acesso em: 07 de jul. 2025.

⁶⁵ *Terms of Service Didn't Read. The service can view your search history and the websites you visit, which is an extremely intrusive way of collecting information that may include personal and/or sensitive data.* 11 de jul. 2023. Disponível em: <https://tosdr.org/en/service/195> acesso em: 07 de jul. 2025.

⁶⁶ *Terms of Service Didn't Read. The service collects different kinds of personal data, such as name, demographic information, postal address, biometric data, device information, IDs, contacts, call logs.* 11 de jul. 2023. Disponível em: <https://tosdr.org/en/service/195> acesso em: 07 de jul. 2025.

Techs que operacionalizam as interações no espaço restrito tanto para a publicidade quanto para a vigilância – tanto para o Capital, quanto para o controle. Entretanto, uma questão se tornou central a partir de 2014 e os escândalos explorados no tópico anterior, a real possibilidade de *modulação* e influência não-evidente dos usuários a partir de interesses políticos.

Com isso, outros elementos ocupam centralidade para a garantia das interações e, ao mesmo tempo, profusão de viés político, o discurso de ódio e a desinformação que são temas tão latentes na contemporaneidade. Não apenas são centrais como também permitem observar de fato aquilo que Deleuze idealizou como sociedades de controle, onde as dinâmicas expostas por ele e gradualmente trabalhadas se convergem. Porém, o discurso de ódio não é algo novo, pelo contrário é um mecanismo político historicamente utilizado a fim de mobilizar a sociedade em detrimento de certas pautas, ao passo que sua profusão está intrinsecamente ligada aos maquinários de cada tempo e a lógica de absorção do poder.

Em 1994 durante a ebulição social que culminaria no genocídio promovido em Ruanda, uma rádio teve um papel central na profusão do discurso de ódio a fim de motivar a população a se rebelar e se juntar a onda violenta que clamava por sangue do outro grupo minoritário, os Tutsi, a *Radio Télévision Libre des Mille Collines*⁶⁷ (RTL) que tinha o nome em homenagem às Mil Colinas, como era conhecida a topografia de Ruanda (posteriormente sendo apelidada de “Rádio Machete” em alusão ao facão como arma da violência). A referida rádio surgiu como forma de contrapor a “Rádio Ruanda” que vinha promovendo um discurso mais progressista e empático com os Tutsi.

A RTL foi desenvolvida para atrair o público jovem e ter um sinal capaz de cobrir boa parte do país, haja vista que o jornal físico e a televisão como veículos informativos se limitavam às grandes cidades e não chegavam até a população rural, até por uma questão financeira. A RTL seguia um modelo clássico de programação com *talk shows*, músicas populares, entrevistas e incentivando os ouvintes a engajarem onde 66.29% da programação era composto por jornalistas proferindo opiniões próprias sobre assuntos variados, contra 1.52% do tempo dedicado para divulgação de notícias (Kimani, 2007, p. 114).

Enquanto a “Rádio Ruanda” se baseava em uma linguagem mais formal e comum aos noticiários, a RTL, em contrapartida, se utilizava de uma linguagem mais agressiva, bem como do humor e da piada para velar discursos de ódio e formar no ideário do ouvinte uma imagem de repulsa em desfavor dos Tutsi, pintando-os como uma ameaça ao grupo dominante (Hutus). Desumanizando-os, denominando-os de “*inyenzi*” que significa barata,

⁶⁷ Rádio Televisão Livre das Mil Colinas – Tradução livre.

transformando em uma “praga” que precisava ser exterminada para garantir a manutenção do corpo social (expondo a estrutura do discurso de ódio baseada na reprodução de um corpo biológico social que deve ser preservado sob um ideal natural, puro e homogêneo).

Quando a violência começou a se disseminar pelo território em 1994, a juventude Hutu havia absorvido por meses, desde julho de 1993, o discurso de ódio promovido pela RTLM que pintava os Tutsis, mas também os belgas e a Missão de Ajuda humanitária a Ruanda realizada pela ONU como ameaças que colocariam em risco a manutenção do corpo social, formando-se, portanto, a figura do “outro” como aquele que não mais pertence a esse espaço.

Uma pesquisa demonstrou que as aldeias fora da zona de transmissão da RTLM sofreram violência por parte das aldeias próximas que estavam sob influência das transmissões de rádio. Estima-se que 10% de toda a violência no âmbito do genocídio contra os Tutsis resultou do discurso de ódio promovido e transmitido pela RTLM. A RTLM não só aumentou a violência geral, mas as áreas que possuíam cobertura total de rádio aumentaram o número de pessoas perseguidas por qualquer tipo de violência em cerca de 62 a 69%, comparado a regiões sem cobertura de sinal.

Outrossim, os discursos transmitidos pela RTLM começaram a fazer parte do vocabulário e das interações entre pessoas, expandindo o alcance para além da cobertura de sinal e demonstrando o papel central da rádio em difundir e pautar o debate público.

(...) social interactions across villages mattered, and suggest that some key militia leaders that presumably were exposed to the broadcasts functioned as catalysts in the diffusion of violence, whether by spreading information or because their activities directly influenced the participation tradeoffs of others.⁶⁸
(Yanagizawa-Drott, p. 25 e 26)

Posterior aos eventos e consequência produzida pela referida rádio, em 2003, os líderes da RTLM foram condenados pela Corte Criminal Internacional de Ruanda e presos por genocídio, incitação ao genocídio e crimes contra a humanidade. Observa-se, portanto, a presença dos elementos que constituem o discurso de ódio – pureza, homogeneidade e natural – bem como uma ferramenta de comunicação potente que na época era a rádio, mas que mesmo assim ainda não tinha o potencial de alcance suficiente de atingir o território completo de Ruanda, o que acabava por limitar os efeitos do discurso. Entretanto, o cenário é diferente quando passamos para 2017 em Mianmar no sudeste asiático e os eventos que culminaram em

⁶⁸ (...) as interações sociais entre as aldeias eram importantes e sugerem que alguns dos principais líderes das milícias, que presumivelmente foram expostos às transmissões, funcionaram como catalisadores na difusão da violência, quer através da divulgação de informações, quer porque as suas atividades influenciaram diretamente as compensações de participação de outros. – Tradução livre.

um genocídio étnico no referido ano operado, de fato, por uma ferramenta superpotente de comunicação, as redes sociais.

Por conta da paranoia do militarismo que governava Mianmar, o país ficou isolado do resto do planeta por décadas, tendo em conta a quase absoluta proibição de acesso à *internet*, celulares, imprensa estrangeira e até turismo de ocorrer no território (Fisher, 2023, p. 52). Mas a partir de 2011, com a mudança de poder, o novo líder, Thein Shein, apresentou tendências reformistas, se afastou do domínio chinês e se aproximou dos Estados Unidos, mais especificamente do Vale do Silício, e a “modernização” ocorreu praticamente do dia pra noite.

O país embarcou na internet quase instantaneamente. De 2012 a 2015, o índice de adoção da internet explodiu de 0,5% para 40%, principalmente através de smartphones baratos. O preço do chip de celular caiu de 1.500 dólares para 1,50 dólares. O Facebook teve papel determinante nisso. (...) o Facebook e outras companhias de tecnologia dos Estados Unidos lançaram a “taxa zero” - na prática um subsídio à população inteira através de acordos com operadoras locais para abrir mão de cobranças dos dados que passassem pelos aplicativos das empresas. (Fisher, 2023, p. 53 e 54)

Essa imersão quase instantânea da população na esfera digital sem qualquer prévia explicação ou promoção de um letramento digital fez com que muitos entendessem a *internet* como sendo resumida ao Facebook (Fisher, 2023, p. 54) – efeito que também foi observado no Brasil. Entretanto, não demorou muito para que as mídias sociais passassem a se tornar espaços de promoção de discurso de ódio e teorias de conspiração.

Nesse contexto, uma figura foi central para instigar o ódio em desfavor da minoria muçulmana mianmarese, um monge budista chamado Wirathu que já havia sido preso por proferir sermões carregados de ódio. Após sair da prisão por conta de um pacote de anistia geral, ele entrou imediatamente no Facebook e no Youtube, facilitando o trabalho de disseminação de seu discurso, haja vista não mais precisar se deslocar presencialmente pelo território do país de templo em templo já que as plataformas alcançavam boa parte da população (Fisher, 2023, p. 55).

Em meados de 2014 os sinais dos riscos sociais produzidos pelo discurso de ódio que era disseminado desenfreadamente pelas redes sociais, que ocorriam sem praticamente qualquer moderação por parte da plataforma, puderam ser sentidos. Wirathu fez uma publicação onde falsamente acusava que muçulmanos donos de duas casas de chá estupraram uma budista na cidade de Mandalay. A publicação foi acompanhada do nome dos supostos perpetradores e das lojas. Wirathu usou dessa mentira para construir a narrativa de que ocorreria um levante por parte do grupo muçulmano em desfavor dos budistas.

A postagem viralizou e dominou os feeds país afora. Usuários indignados embarcaram no entusiasmo, instigando uns aos outros a dizimar os vizinhos muçulmanos. Centenas se revoltaram em Mandalay, atacando lojas muçulmanas e seus proprietários, matando duas pessoas e ferindo várias. (Fisher, 2023, p. 55 e 56)

Enquanto a violência se espalhava, o governo tentou contato com o Facebook a fim de solucionar o problema, mas não foi atendido. Como medida extrema e sem saber ao certo como enfrentar a nova situação gerada pela nova dinâmica social mediada pelas redes, o governo de Mianmar bloqueou o acesso ao Facebook na cidade de Mandalay, com isso as revoltas cessaram. Entretanto, em contato posterior aos eventos promovido pelo Facebook, a empresa não quis saber quanto a violência, mas apenas o porquê da rede ter sido bloqueada. Assim que o acesso foi retomado o discurso de ódio só cresceu (Fisher, 2023, p. 56).

O cenário montado a partir de 2014 eclodiu em 2017, agora,

As plataformas sociais estavam fazendo o que nem os propagandistas treinados da ditadura haviam conseguido: produzir fake news e um grito nacionalista tão envolvente, tão agradável aos vieses de cada leitor que o público preferia as mentiras ao jornalismo genuíno. (Fisher, 2023, p. 215)

O contexto era crítico ao ponto de que a tentativa de confrontar a desinformação por jornalistas sérios era rebatida com argumentos produzidos pela própria máquina de desinformação, assim como eram taxados como conspiradores.

A questão é que os algoritmos – baseados em engajamento – do Facebook apenas potencializaram o conflito social e a crise já existente em Mianmar desde 2012, uma vez que nenhum algoritmo consegue gerar tanto ódio do nada (Fisher, 2023, p. 216). Conforme trabalhado anteriormente, o ódio é um sentimento a ser instigado e nada mais potente que se utilizar das redes sociais para tal, conforme descoberta que aponta que o exército de Mianmar estava por trás do controle de páginas no Facebook usadas para disseminar discurso de ódio e instigar a violência em desfavor do grupo *rohingya* que era uma minoria populacional praticante do islamismo (RFI, 2024, sp.) e que culminou no início do genocídio em agosto de 2017.

Enquanto isso, o Facebook já havia sido notificado em 2015 de como o discurso de ódio corria livremente na plataforma em Mianmar sem qualquer moderação suficientemente boa para coibir e impedir sua profusão, bem como o risco de um genocídio, mas se manteve inerte (Fisher, 2023, p. 218). Após o evento que culminou em mais de 600.000 *rohingya* tendo que fugir do país, um dos executivos do Facebook que administra o feed da plataforma, ao ser questionado sobre o motivo da plataforma não ter simplesmente agido e desligado a rede em Mianmar respondeu: “os problemas são reais, mas o Facebook faz um grande bem - conecta

as pessoas a amigos e familiares, ajuda pequenas empresas, traz conteúdo informativo à tona. Se desligarmos, perdemos tudo isso.” (Fisher, 2023, p. 221)

A diferença entre os eventos que ocorreram em Ruanda e em Mianmar é que no primeiro o meio de profusão do discurso era a rádio construída, montada e fixada pela própria população com pouca possibilidade de interferência externa: mas em Mianmar o discurso foi promovido por meio de uma plataforma privada com total possibilidade de intervenção e contenção.

Um só engenheiro poderia ter desativado a rede inteira no meio do seu café da manhã. Um milhão de rohingya com medo ficariam mais a salvo da morte e do desalojamento com meros cliques. Os sinais estavam à vista. (...) A empresa simplesmente decidiu não fazê-lo, mesmo quando aldeias inteiras eram expurgadas com fogo e sangue. (Fisher, 2023, p. 220)

A verdade é que,

O acesso gratuito à internet que o Facebook oferece aos países em desenvolvimento é, em essência, um derivativo financeiro gigantesco que paga a implantação da sua infraestrutura: o Facebook assegura a conectividade a esses países em troca do direito de monetizar a vida dos seus cidadãos assim que estes passarem a contar com recursos suficientes. (Morozov, 2018, p. 47 e 48)

O maquinário cibernético não é neutro e estático, ele possui o poder de interferir ativamente nas dinâmicas sociais operacionalizadas em diferentes territórios pelo globo e não apenas em um único território como aconteceu em Ruanda. Nessa nova mecânica não há mais fronteiras. Outro ponto a se observar é a inércia das *Big Techs*, de forma a perceber seus interesses privados em detrimento dos eventos coletivos, bem como observar que suas plataformas são excelentes esferas de retroalimentação de certos discursos, especialmente o do ódio em escalas nunca antes vistas. Mas enquanto o engajamento gerar lucro, nenhuma empresa buscará reconhecer os riscos produzidos pela plataforma e de fato expor a contradição latente na era da ultra comunicação.

3.4 O DISCURSO DE ÓDIO COMO INGREDIENTE DE MODULAÇÃO E A SUA ESTRUTURA

O paralelo entre os eventos que ocorreram em Ruanda e em Mianmar relembram que os diferentes maquinários dependem dos agenciamentos coletivos para funcionarem, agenciamentos esses imbuídos dos interesses daqueles que as *manipulam*. Em contrapartida, o maquinário cibernético aponta para um potencial sem precedentes em comparação aos maquinários anteriores, mesmo que seja para reproduzir algo já feito, como a profusão do

discurso de ódio, haja vista a existência do segundo movimento, a *modulação* e consequente artificialização da esfera digital.

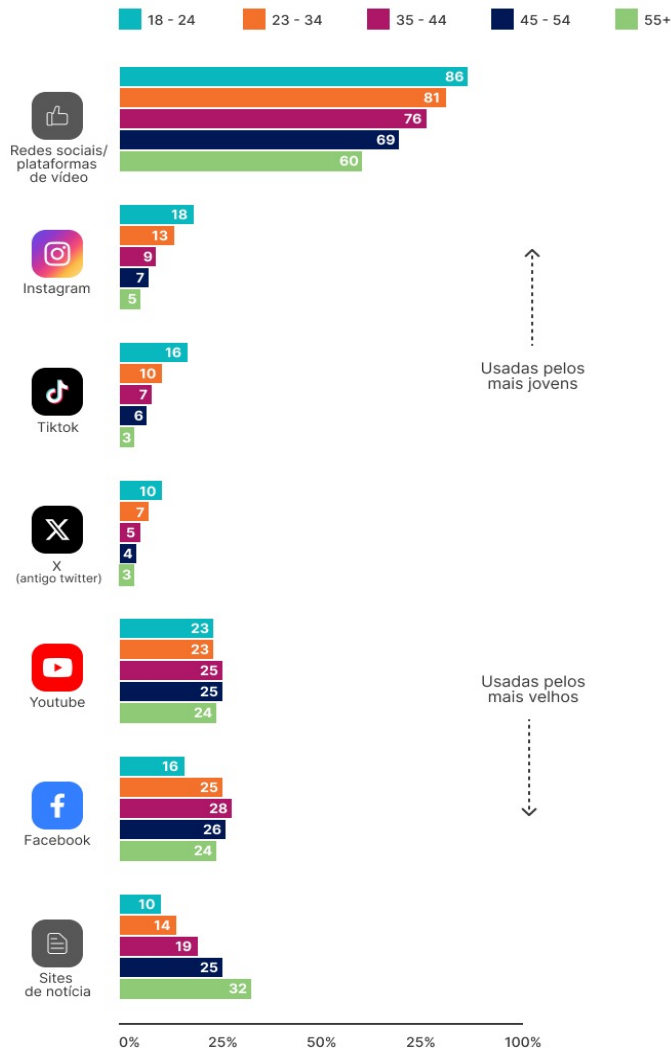
Tendo em conta o acima exposto e o caminho até aqui percorrido, entende-se que o discurso de ódio e a desinformação são possíveis pontos de convergência e decantação do poder e controle. Dissecar o discurso e como essa mecânica ocorre no espaço digital é visualizar os fenômenos que afetam o tecido social e político na Sociedade de Controle e trazer mais próximo ainda da realidade, bem como o funcionamento do *psicopoder* que parte dos estímulos neurológicos para induzir e influenciar os usuários que constantemente se informam e discutem no espaço digital.

No cenário brasileiro, por exemplo, conforme o relatório da Reuters, em 2020, 67% dos usuários usam as redes sociais como fontes de informação (Newman; Fletcher; Schulz; Andi; Singe; Kleis, 2020, p. 90). As seis principais redes usadas para esse fim são o Facebook (54%), WhatsApp (48%), YouTube (45%), Instagram (30%), Twitter (17%) e Facebook Messenger (13%) e inserida nessa realidade digital, 47% das pessoas buscam notícias em veículos que compartilham da mesma opinião que o usuário, contra 48% que se informam através de fontes com posicionamentos neutros onde, por fim, apenas 5% em espaços que chocam com suas formas de pensar (Newman; Fletcher; Schulz; Andi; Singe; Kleis, 2020, p. 17).

Já em 2021, o relatório produzido pela mesma entidade observou que as seis principais redes utilizadas pelos usuários se mantiveram as mesmas, mas com uma queda no interesse pela busca da notícia/informação, Facebook (47%), WhatsApp (43%), YouTube (39%), Instagram (30%), Twitter (12%) e Facebook Messenger (11%) (Newman; Fletcher; Schulz; Andi; Singe; Kleis, 2021, p. 117), entretanto, em 2024 é possível visualizar a mudança na dinâmica das seis principais plataformas e a continuidade na queda de interesse e da atenção, onde o WhatsApp e o YouTube disputam o primeiro lugar com 38% cada, seguidos pelo Instagram (36%) e Facebook (29%), o avanço do Tik Tok (14%) e por último X (9%) (Newman; Fletcher; Schulz; Andi; Singe; Kleis, 2024, p. 119).

Outro dado importante levantado pela Reuters no relatório de 2024 é a distribuição geracional global, conforme gráfico a seguir formulado:

Plataformas de vídeo mais usadas para notícias online, por faixa etária



fonte: Newman; Fletcher; Schulz; Andi; Singe; Kleis, 2024, p. 14

As plataformas já estão inseridas na rotina dos usuários das mais diferentes faixas etárias para a busca de informação e nas mais diferentes redes, onde cada faixa etária acaba encontrando uma maior familiaridade com redes específicas, mas não afasta seu uso para se informar.

A jornalista alemã, Carolin Emcke, aponta que o ódio é um sentimento que se desenvolve e que não surge gratuitamente, é estimulado. Ele é germinado e moldado conforme os interesses daquele que o sente (Emcke, 2020, p. 20). Com a profusão do discurso de ódio e da desinformação nas redes sociais qualquer usuário se encontra suscetível a participar de discussões com linguagens pejorativas, ofensas, ameaças, *fake news* e teorias da conspiração. Essa suscetibilidade gera uma crescente onda de cólera digital, onde todos estão sujeitos a sentir seus efeitos. O ódio torna-se banal e inquestionável e é transformado em ação.

Em verdade, “(...) todos os usuários estão, ao mesmo tempo, tanto conduzindo quanto sendo participantes de um experimento psicológico sem fim.” (Fisher, 2023, p. 117) Entretanto, o caráter instintivo produzido pelos estímulos da indignação deixa o usuário aberto à manipulação em prol de um viés como foi observado tanto em Ruanda como em Mianmar.

A indignação é uma força motriz que estimula o usuário a participar, inclusive: “Tomografias revelam que, quando as pessoas ferem alguém que acreditam ser um transgressor moral, seus centros de dopamina se ativam. É uma recompensa.” (Fisher, 2023, p. 132) Além do estímulo, o distanciamento gerado pelas plataformas entre os agressores e as vítimas, facilitam a descarga de ódio, haja vista que,

No mundo real, se você vocifera a alguém por estar usando boné em um restaurante caro, você mesmo será marginalizado, um castigo por desrespeitar as normas contra demonstrações excessivas de raiva e por perturbar seus iguais no restaurante. Na internet, se outros dão atenção à sua explosão de raiva, provavelmente será para fazer parte dela. As plataformas sociais têm uma abundância anormal de fontes de indignação moral. (Fisher, 2023, p. 132)

Tal forma de discurso vem sendo disseminado e entoado por figuras públicas (como Trump, Bolsonaro e Orban, no campo político) através de seus *engenheiros do caos*, outro termo para intitular os agentes que visam *manipular* a narrativa e incitar na coletividade respostas imunológicas aplicando termos e imagem moral-emotivos.

Como pontua Giuliano Da Empoli:

Os engenheiros do caos compreenderam, portanto, antes dos outros, que a raiva era uma fonte de energia colossal, e que era possível explorá-la para realizar qualquer objetivo, a partir do momento em que se decifrassem os códigos e se dominasse a tecnologia. (Da Empoli, 2020, p. 85)

Sendo assim, a raiva é um dos elementos da combustão, não obstante, outras ferramentas como: I) contas falsas em redes sociais e *fóruns*; II) *fake news*; e III) *bots*⁶⁹ são pivotais em garantir o impacto e atingir o maior número de pessoas/usuários (Shao; Ciampaglia; Varol; Flammini; Menczer, 2017, p. 10). A raiva gera indignação, outro sentimento eficaz em mobilizar e compactar a atenção além de carregar consigo características como a desobediência, a histeria e a rebeldia, fatores esses que reprimem qualquer possibilidade de diálogo (Han, 2018a, p. 21 e 22).

⁶⁹ São programas de computador automatizados, projetados e desenvolvidos para executar tarefas repetitivas e específicas de forma autônoma. Eles podem simular ações humanas em diversas plataformas digitais, desde sites e aplicativos até redes sociais. Um *bot* segue um conjunto de instruções predefinidas para realizar tarefas, como: (a) Interagir com usuários, responder a perguntas, curtir, comentar e compartilhar publicações; (b) fornecer informações ou realizar transações; (c) coletar dados, rastreando informações em sites ou aplicativos.

Têm-se como exemplos, alvos desta engenharia do caos, a campanha dos candidatos democratas à presidência dos Estados Unidos, Hillary Clinton em 2016 (Madrigal, 2017) e Joe Biden em 2020 (Sebenius; Egkolfopulou, 2020). Já no Brasil isso ocorreu na campanha do então candidato Fernando Haddad em 2018 (Macedo, 2018) e de Lula em 2022 (Borges, 2022, sp.). Todos foram alvos de um complexo sistema de algoritmos ativos para disseminar a desinformação e influenciar o eleitorado, com forte convivência das *Big Techs*.

Dois ingredientes são fundamentais para possibilitar a mobilização e disseminação tanto da desinformação quanto do discurso de ódio:

(...) a cólera de alguns meios populares que se fundamenta sobre causas sociais e econômicas reais; e uma máquina de comunicação superpotente, concebida em sua origem para fins comerciais, transformada em instrumento privilegiado de todos aqueles que têm por meta multiplicar o caos. (Da Empoli, 2020, p. 25)

O primeiro ingrediente – a cólera envolvendo causas sociais e econômicas reais – se constrói em torno de três características predominantes nos discursos da extrema-direita algorítmica⁷⁰, a *homogeneidade*, a *pureza* e o *natural*. Esses três elementos retomam a noção foucaultiana de biopoder, ou seja, uma visualização da sociedade – ou grupo – como um corpo biológico saudável que deve preservar e perpetuar sua saúde suprimindo os corpos estranhos (Foucault, 2019, p. 206). É visto na capacidade de “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 2019, p. 202) onde a prioridade é proteger o corpo original. Portanto, a *homogeneidade* é reflexo de uma,

(...) biologização da linguagem política (e, com isso, também da imaginação política) promove e se entrelaça às ideias de higiene que são transferidas do contexto dos cuidados médicos com o corpo humano para a sociedade: assim, a diversidade cultural ou religiosa é vista como algo que poderia pôr em risco a saúde nacional do corpo de um povo homogêneo. (Emcke, 2020, p. 103)

O *homogêneo* se transmuta em alimentar, nos alvos do discurso, uma reação de deturpação na ordem social até então inócua. As narrativas se sustentam, por exemplo, na crescente crise de refugiados advindos da África e do Oriente-Médio, e com isso a vinda do Islamismo ao território europeu. A campanha do candidato Viktor Orban da Hungria, em 2014, guiada pelo *spin doctor*⁷¹ Arthur Finkelstein, fazia uso de “*memes*” e publicações em grupos conservadores taxando os refugiados como um risco e que essa miscigenação cultural e religiosa não seria ‘saudável’ para os húngaros. As publicações instigavam os usuários a

⁷⁰ Políticos como Trump (EUA), Bolsonaro (Brasil), Orban (Hungria) e Johnson (Inglaterra) construíram suas campanhas através de engenheiros do caos e o uso da manipulação informacional, caracterizando uma política algorítmica.

⁷¹ Consultores políticos que se ocupam, diante de determinada situação de impasse, crise ou estagnação, em identificar a direção capaz de mudar a tendência em favor de um candidato ou campanha (Da Empoli, 2020, p. 18).

visualizarem o Islamismo como a fonte do terrorismo de forma a justificar políticas de fechamento de fronteira, segregação social e intolerância religiosa (Da Empoli, 2020, p. 136).

A essência deste processo é incitar a cólera da população, consequentemente o medo e o ódio, gerando uma “resposta imunológica” ao diferente. Cria-se uma identidade hipocondríaca, que tem medo de se infectar com outras práticas e crenças (Emcke, 2020, p. 103) e o ódio atua como a cola que une as pessoas.

Para as pessoas enviesadas por um sentimento – induzido – de homogeneidade e supressão ao estranho/diferente a noção histórica de diversidade social e de crença desaparece. Esse efeito foi observado ao inserir usuários em grupos do Facebook socialmente homogêneos, o que acabou incrementando a sensibilidade deles a estímulos sociais e à conformidade. Subjugando a capacidade desses mesmos usuários de avaliarem afirmações e notícias falsas, bem como aumentando a atração por mentiras que afirmasse sua identidade formada naquele espaço, cuja consequência foi o impulsionamento e a proliferação de desinformação (Fisher, 2023, p. 194).

Em contrapartida, quando foi a última vez que existiu “(...) uma nação na qual todos são ‘nativos’, na qual não há imigrantes, multilinguismo, nem diversidade de costumes ou tradições, nem pluralidade religiosa (...)?” (Emcke, 2020, p. 106).

A *pureza* advém de uma narrativa conservadora que busca reforçar a separação entre o ‘nós’, associados à imagem de um povo ‘*imaculado*’, e os ‘outros’ associados a imagem de um povo ‘*sujo*’ e/ou ‘*impuro*’, desumanizando-os e os transformando no inimigo e na necessidade de proteger uma noção social e cultural superior.

Onde,

(...) o outro é fabulado como um poder supostamente perigoso ou como algo supostamente inferior; e assim os maus tratos e o desejo de erradicação subsequente do outro não são reivindicados apenas como medidas desculpáveis, mas necessárias. O outro é aquele a quem alguém pode denunciar ou desprezar, ferir ou matar impunemente. (Emcke, 2020, p. 15)

A narrativa toma forma por meio do nacionalismo por exemplo, assim como Trump enraizou a separação entre estadunidenses e mexicanos para além da barreira física, transpondo-a para uma barreira social, anulando as interações entre povos e validando uma suposta superioridade cultural (Capital, 2016). Esse discurso reforça que a pluralidade faria com que a inserção deste povo – supostamente impuro – ‘sujaria’ as bases primordiais e afetaria a paz social. A *pureza*, portanto, objetiva acender no eleitorado – e no sujeito – um sentimento de “(...) conservar o que concretamente deve ser conservado” (Almeida; Gallego, 2018, p. 30).

A última característica, o *natural*, aprofunda as essências conservadoras quanto a estrutura social arcaica (Almeida, et. al., 2018, p. 28), ou seja, as instituições clássicas patriarcais como: homem e mulher, casamento monogâmico, fé única, moral e bons costumes, assim sendo, uma ideologia supostamente original.

Afinal, “antigamente, quando a sociedade era pura, quando todos supostamente compartilhavam os mesmos valores, quando as mesmas convenções prevaleciam, nesse passado imaginado tudo era mais ‘verdadeiro’, mais ‘autêntico’, mais ‘concreto’.” (Emcke, 2020, p. 114) O objetivo é intensificar a resposta imunológica às novas formas de relações sociais e perpetuar a necessidade de um ‘*enquadramento*’ (Butler, 2019a, p. 117) das pessoas que participam da sociedade, onde tudo aquilo que se encontra fora desse ‘quadro’ possui desvios e gera um rompimento no tecido social, ou melhor, no corpo biologizado social.

Para que a narrativa – composta pelas três características – gere o impacto necessário, o segundo ingrediente entra em ação nesta engenharia do caos, ou seja, as plataformas e a *modulação*. Máquinas cibernéticas superpotentes que se caracterizam pela sua capacidade de:

(...) mirar com precisão incrível em cada consumidor, seus gostos e suas aspirações
(...) No início, essa máquina não foi concebida para atingir objetivos políticos, mas essencialmente comerciais. O Facebook e as outras redes sociais são plataformas publicitárias que põem à disposição das empresas instrumentos extraordinariamente avançados para chegar aos seus clientes. Mas, uma vez criada, fica claro que essa máquina pode igualmente ser utilizada para fins políticos, como realmente ocorreu nos últimos anos. (Da Empoli, 2020, p. 155)

Ademais, como pontua o filósofo, Byung-Chul Han:

A comunicação digital toma não apenas forma espectral, mas também viral. Ela é contagiante na medida em que ela ocorre imediatamente em planos emocionais ou afetivos. O contágio é uma comunicação pós-hermenêutica, que não dá verdadeiramente nada a ler ou pensar. Ela não pressupõe nenhuma leitura, que se deixa acelerar apenas de maneira limitada. **Uma informação ou um conteúdo, mesmo com significância muito pequena, se espalha rapidamente na internet como uma epidemia ou pandemia.** Nenhuma outra mídia é capaz desse contágio viral. A mídia escrita é lenta demais para isso. (grifo próprio) (Han, 2018a, p. 99)

As plataformas operam como *psicotecnologias do psicopoder* (Han, 2018b, p. 41) que além da mercantilização dos usuários também servem para monitorá-los e perfilá-los. De acordo com o que foi anteriormente abordado, cada clique, *like*, compartilhamento e comentário é registrado e analisado de forma a compreender claramente as emoções e permitir uma visão em 360° daqueles que ocupam o espaço digital (Han, 2018b, p. 86). Esse processo permite com que os discursos de ódio atuem na esfera do *micro-targeting*, através de

mensagens direcionadas e personalizadas que *modulam* os medos individuais e íntimos de cada um, de forma a potencializar o impacto e facilitar uma reação imunológica.

O *micro-targeting* é aplicado para abordar os eleitores com mensagens direcionadas e personalizadas, e assim *influenciá-los*. O *micro-targeting*, como prática de microfísica do poder, é uma *psicopolítica movida por dados*. Os algoritmos inteligentes também permitem realizar prognósticos sobre o comportamento eleitoral e otimizar o discurso. Os discursos eleitorais individualmente adaptados não diferem muito das propagandas personalizadas. Cada vez mais, votar e comprar, estado e mercado, cidadão e consumidor se assemelham. O *micro-targeting* se torna a prática geral da psicopolítica. (Han, 2018b, p. 87)

O que acaba por acontecer é que os estímulos de indignação cada vez mais intensos gerados nas plataformas ativam respostas neuronais que influenciam a percepção de realidade do usuário, inclusive quanto à capacidade de distinguir o certo e errado (Fisher, 2023, p. 196). A lógica informacional acelerada das redes promove um bombardeio de estímulos que buscam levar o usuário a produzir respostas imediatas pautadas na reação do que na análise racional do que está sendo debatido (Fisher, 2023, p. 204).

Com isso, as redes sociais assumem-se como palco e púlpito para a viralidade dos conteúdos, principalmente por conta do fato de que, conforme pesquisa efetuada pelo MIT, *Fake News* se espalham 70% mais rápido que notícias verdadeiras (Estado, 2018). O sensacionalismo, apesar de não ser novidade, agora pode ser impulsionado com muito mais força que no jornalismo tradicional mediado pela televisão e rádio. O segundo ingrediente é fundamental, também, pois “(...) se caracteriza pelo fato de que as informações são produzidas, enviadas e recebidas sem mediação” (Han, 2018a, p. 35).

O ódio requer moldes pré-fabricados nos quais possa ser derramado. Os termos empregados para humilhar; as cadeias de associações imagens que permitem conceber e classificar; os enquadramentos da percepção usados para categorizar e fazer julgamentos-tudo isso pode ser pré-fabricado (Emcke, 2020, p. 18). Depois de fabricados podem ser facilmente disseminados através das redes sociais de forma a propagar uma narrativa criada propositalmente que é promovida por uma indução ao sentimento de “indignação”. Em suma, conteúdos mais extremos recheados de termos moral-emotivos geram mais engajamento, ganham maior visibilidade e acabam por polarizar os usuários (Fisher, 2023, p. 324).

As plataformas estão,

(...) remodelando não só o comportamento na internet, mas impulsos sociais subjacentes, e não apenas do ponto de vista individual, mas em termos coletivos, potencialmente modificando a natureza do “engajamento cívico e do ativismo, da polarização política, da propaganda política e da desinformação”. (Fisher, 2023, p. 207)

O turbilhão de estímulos promovidos sobre o usuário e o excesso de contato com o discurso de ódio acaba por gerar um efeito de dessensibilização com o mundo real, com as dores coletivas focando apenas nas necessidades do indivíduo.

Esse informacionismo através das redes, acaba reforçando ainda mais o efeito ‘filtro bolha’ que, algoritmicamente reverbera conteúdos de mesma natureza e ideologia prendendo o usuário numa realidade unilateral e dificultando a compreensão do todo social.

*But the filter bubble isn't tuned for a diversity of ideas or of people. It's not designed to introduce us to new cultures. As a result, living inside it, we may miss some of the mental flexibility and openness that contact with difference creates.*⁷² (Pariser, 2012, p. 101)

Entretanto, não se pode suprimir desse cálculo os algoritmos que administram e *modulam* as plataformas, onde as mecânicas de viralização, recomendação e otimização do engajamento são centrais para permitir que o discurso de ódio, por exemplo, prospere tão fortemente no espaço digital (Fisher, 2023, p. 346).

O pesquisador Ben Tarnoff reforça que,

*The digital enclosures of social media were built from the ground up to maximize user engagement. The more data that can be made about someone, the more “targeted” the ads can become; the longer that person spends on the site or app, the more ads can be served. (...) Sensationalism sells, on social media as on other media.*⁷³ (Tarnoff, 2022, p. 143 e 144)

Mesmo em meio ao discurso de ódio e a desinformação, o marketing continua agindo como o imperativo de controle social. Há uma relação simbiótica especialmente entre a política de direita e as *Big Techs*, onde a primeira recebe um palanque para a profusão de seus ideais, enquanto a segunda recebe alto engajamento entre os usuários da qual a atenção e manutenção na plataforma pode ser vendida para publicidade (Tarnoff, 20220, p. 145). Ocorre uma corrosão do debate político. O excesso informacional gera um efeito rebote e, inclusive, despolitizante. A enxurrada de estímulos promove a coerção neuronal (ou psíquica) não-evidente sobre os usuários das sociedades de controle.

Dissecar a dinâmica do discurso de ódio na contemporaneidade é visualizar os elementos propostos por Deleuze para a formação da Sociedade de Controle mediada pelo maquinário cibernético, a *manipulação* e a *modulação* atuam conjuntamente para a efetiva

⁷² Mas os filtros bolha não estão ajustados à diversidade de ideias ou de pessoas. Não foi projetado para nos apresentar novas culturas. Como resultado, vivendo dentro dela, podemos perder um pouco da flexibilidade mental e da abertura que o contato com o diferente cria. – tradução livre.

⁷³ As cercas digitais das redes sociais foram construídas desde o início para maximizar o engajamento do usuário. Quanto mais dados puderem coletados sobre alguém, mais “direcionados” os anúncios podem se tornar; quanto mais tempo essa pessoa passa no site ou aplicativo, mais anúncios podem ser exibidos. (...) O sensacionalismo vende, nas mídias sociais como em outras mídias. – tradução livre.

profusão do discurso, bem como, ao separar estes elementos, torna-se visível o caráter não-neutro das plataformas.

3.5 DESIGUALDADE ALGORÍTMICA

Conforme previamente abordado a tecnologia cibernética não é neutra, é uma ferramenta fruto de valores, interesses e relações de poder. Os algoritmos, como peças desse sistema, não escapam dessa dinâmica. A desigualdade algorítmica é um reflexo da forma como as tecnologias são projetadas, desenvolvidas e utilizadas, perpetuando e, muitas vezes, amplificando as desigualdades sociais já existentes.

A título de exemplo, uma das principais tecnologias aplicadas para o controle social é o reconhecimento facial, que busca “facilitar” o trabalho de inteligência e utiliza algoritmos para identificar e autenticar indivíduos através da análise de suas características faciais e possibilitar a apreensão de fugitivos, prevenção de crimes e cumprir mandados de prisão. Ao menos é isso que o discurso busca justificar. O pesquisador Tarcízio Silva (2022, p. 29) esclarece que “se a tecnologia é erroneamente enquadrada e percebida como neutra, a tal equívoco se soma a negação do racismo como fundante de relações e hierarquias sociais em países como o Brasil.”

Antes de abordar as questões atinentes às sequelas de sua aplicabilidade, é importante ressaltar que essa tecnologia perpetua a lógica anteriormente comentada quanto ao uso da biometria como identificador, transformando o corpo nesse campo de autenticação, mas aqui, em especial, o rosto. Essa biometria em si, antes de ser mero autenticador, é objeto de endereçamento de diversas reivindicações e demandas impostas sobre ele (Butler, 2019b, p. 116), de forma que aquilo que é circunscrito no rosto branco, não é circunscrito no rosto negro e assim por diante. Nele se transfere a carga [dos endereçamentos] dando aval ou não, para ser visto como algo que pode, ou não, ser entendido como um sujeito de direito que será violado, ou como um rosto desumanizado, posto em condição de violável, ou seja, constituído como precário e não-sujeito. Ao mesmo tempo em que o resto seria a compreensão de si a partir da identificação do outro, sob a ótica de alteridade proposta por Levinas e refletida por Butler, ela se torna a peça onde “(...) entender seu significado, significa estar desperto para o que é precário na vida de um outro, melhor, para a precariedade da própria vida.” (Butler, 2019b, p. 118)

Entender que corpos negros são postos sistematicamente em precariedade em detrimento da não-precariedade de corpos brancos, permite visualizar mecanismos de

previdência e manutenção de uma população em detrimento da outra (Foucault, 2019, p. 207), principalmente considerando as aleatoriedades geradas pela convivência de ambas no mesmo corpo social e os discursos que endereçam as demandas políticas e sociais, o que pode gerar um sentimento de autopreservação quando os rostos se encontram, se identificam e, dependendo, viabilizam uma possibilidade de anulação.

A reflexão se mostra importante pois ao observar as sequelas geradas pelo reconhecimento facial, um rosto em específico se destaca e se mostra a maior vítima da algoritmização dos endereçamentos e no reforço dos estigmas produzidos sobre ele, o mesmo rosto que desde o projeto colonial vinha sendo sistematicamente violado.

Apesar de não ser uma tecnologia nova, sua adoção se expandiu com o avanço do interesse pela coleta e mercantilização dos dados pessoais, o lobby das empresas de tecnologia e a leniência legislativa (Silva, 2022, p. 110). O vácuo e redução nas políticas públicas que visam realmente combater as desigualdades, são sobrepostos pelo discurso imediatista da segurança, somado às ideias punitivas vindas do avanço da extrema-direita nas mais diferentes esferas administrativas que dão espaço à implementação de tais aparelhos e a mídia que produz o esvaziamento do humano, ao passo que estabelece o que será e não será humano (Butler, 2019b, p. 128), onde “a vigilância se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”. (Foucault, 2020, p. 172).

A questão é que o reconhecimento facial não cumpre integralmente o papel dado a ele, e intensifica a lógica do encarceramento em massa, principalmente por conta da elevada quantidade de falsos positivos, ou seja, uma pessoa que falsamente foi identificada como o suspeito procurado, sendo que 80% das prisões errôneas por reconhecimento facial no Rio de Janeiro são de negros, conforme levantamento feito pela Defensoria Pública que apontou que foram realizadas ao menos 90 prisões injustas baseadas no método, de 2012 a 2020, sendo 73 delas no Rio de Janeiro (Sampaio, 2022). Mesmo com a discrepância no resultado, sua implementação cresceu fortemente no Brasil (Lemos, 2021).

Outro exemplo de falsos positivos se deu no Maracanã que, ao utilizar o sistema de reconhecimento facial como teste, prendeu 11 pessoas, sendo sete delas erradas, dando uma margem de erro gritante (Alencar, 2023, sp.). Ademais no Estado da Bahia mais de mil prisões foram realizadas se utilizando do reconhecimento facial (Alencar, 2023, sp.), levando vários inocentes à cadeia o que gera diversas violações sobre o sujeito, que além das consequências de tratamento inerentes a raça e gênero, fica estigmatizado para o resto da vida nas mais diferentes esferas, seja ela social ou profissional. Por fim, a advogada e pesquisadora

no tema, Ana Gabriela Ferreira, expôs em entrevista que “(...) estudos sobre as três maiores tecnologias de reconhecimento utilizadas no mundo mostram que o índice de erro chega a quase 40% para mulheres negras e pessoas trans. Enquanto isso, para homens brancos, o índice de erro seria de 0,3%” (Alencar, 2023, sp.).

A fim de melhor compreender, a pesquisadora Safiya Umoja Noble, aponta que:

*While we often think of terms such as “big data” and “algorithms” as being benign, neutral, or objective, they are anything but. **The people who make these decisions hold all types of values, many of which openly promote racism, sexism, and false notions of meritocracy**, which is well documented in studies of Silicon Valley and other tech corridors.*⁷⁴ (Noble, 2018, p. 1 e 2 - grifo próprio)

A absorção do poder pelo maquinário cibernético reitera a não neutralidade da tecnologia, Noble reforça isso, no processo de formação e constituição da tecnologia, vieses são transferidos para ela. Como previamente apresentado, na elaboração da Cybersyn no Chile de Allende, apesar de diversos pontos louváveis em seu desenvolvimento, o referido sistema não estava isento de incorrer em vieses como foi o caso em se tratando do sexismo ao formar de maneira a privilegiar os usuários homens em detrimento das mulheres.

Noble, em 2016, ao observar que os resultados de pesquisa do Google quando buscava sobre “mulheres negras” eram majoritariamente sites pornográficos em comparação ao pesquisar “mulheres brancas” mesmo sem incluir o termo “porno”, passou a melhor explorar tal viés e entender como a plataforma reforçava estigmas tão presentes na sociedade, assim como acontece com o reconhecimento facial, ou seja, maquinários usados no dia a dia que parecem inofensivos, estão constantemente reproduzindo as próprias contradições da sociedade que as deu forma. Não se pode transferir ao usuário a responsabilidade pelos resultados quando o algoritmo criado é mantido sob sigilo por aqueles que o criaram (Noble, 2018, p. 25 e 26).

*The political nature of search demonstrates how algorithms are a fundamental invention of computer scientists who are human beings—and code is a language full of meaning and applied in varying ways to different types of information.*⁷⁵ (Noble, 2018, p. 26)

Além do sigilo sobre como os algoritmos das plataformas realmente funcionam, estes acabam por reproduzir os estigmas de uma parcela muito específica da sociedade, ou seja,

⁷⁴ Embora frequentemente pensemos em termos como “big data” e “algoritmos” como benignos, neutros ou objetivos, eles são tudo menos isso. As pessoas que tomam essas decisões possuem todos os tipos de vieses, muitos dos quais promovem abertamente racismo, sexismo e noções falsas de meritocracia, o que está bem documentado em estudos do Vale do Silício e outros corredores tecnológicos. – tradução livre.

⁷⁵ A natureza política da busca demonstra como os algoritmos são uma invenção fundamental de cientistas da computação que são seres humanos – e o código é uma linguagem cheia de significado e aplicada de maneiras variadas a diferentes tipos de informação. – tradução livre.

aqueles que detêm o poder sobre elas (Noble, 2018, p. 29), o que significa a forte exclusão de todos os demais que se encontram fora desse seletivo grupo de pessoas, por assim dizer, o que se visualiza nos oligarcas da tecnologia e donos das *big techs*, neste caso em específico o Google. As plataformas, portanto, não podem ser vistas como neutras.

*As the artisanal network of the 1990s gave away to the machines and monopolies of the new millennium, as the online malls began to centralize and standardize online life, oppression would be remastered once again. (...) Oppression became not only digital, not only networked, but algorithmic.*⁷⁶ (Tarnoff, 2022, p. 135)

Outro ponto que Noble ressalta é que o Google, apesar de servir e ser visto como uma plataforma de buscas e pesquisa, ela cumpre fundamentalmente um caráter comercial ligado à publicidade e a profusão de anúncios baseado nos dados obtidos e nos interesses dos anunciantes, além, claro, dos próprios interesses da empresa e determinar o que de fato é relevante a partir de suas diretrizes internas (Noble, 2018, p. 35), o que pode ser visto sobre o prisma dos dois movimentos de Deleuze, ou seja, a *manipulação* do agente e *modulação* algorítmica do espaço digital.

De forma que,

*Google's monopoly status, coupled with its algorithmic practices of biasing information toward the interests of the neoliberal capital and social elites of the United States, has resulted in a provision of information that purports to be credible but is actually a reflection of advertising interests.*⁷⁷ (Noble, 2018, p. 36)

Enquanto isso o usuário, condicionado a usar praticamente as mesmas plataformas para realizar suas tarefas, imbuí uma certa aura de credibilidade sob os resultados providos por elas, sem muitas vezes considerar que esses mesmos resultados são oriundos da combinação dos interesses privados das empresas e dos anunciantes, onde certos discursos podem prevalecer sobre outros, inclusive a fim de justificar opressões.

Inclusive, as plataformas tentam se eximir de sua responsabilidade alegando que os resultados são mera consequência dos termos buscados e do histórico do próprio usuário, como se não pudessem delimitar ou de certa forma controlar o resultado (output), entretanto, na Alemanha e na França há leis que proíbem o comércio de objetos nazistas, como forma de garantir seu funcionamento nestes países o Google impôs restrições e filtros para evitar que

⁷⁶ À medida que a rede artesanal da década de 1990 cedeu lugar às máquinas e monopólios do novo milênio, à medida que os shoppings online começaram a centralizar e padronizar a vida online, a opressão seria remasterizada mais uma vez. (...) A opressão tornou-se não apenas digital, não apenas em rede, mas algorítmica. – tradução livre.

⁷⁷ O status de monopólio do Google, aliado às suas práticas algorítmicas de direcionamento/enviesamento da informação para os interesses do capital neoliberal e das elites sociais dos Estados Unidos, resultou na provisão de informações que alegam ser confiáveis, mas que na verdade são um reflexo dos interesses publicitários. – tradução livre.

usuários conseguissem localizar tais objetos, o que só foi descoberto por meio de pesquisa (Noble, 2018, p. 45). O que apresenta dois fatos relevantes sobre o potencial de modulação da plataforma, o primeiro sendo a capacidade de sutilmente (e algoritmicamente) alterar os resultados e, por segundo, a falta de transparência para com os usuários que sequer possuem ciência de como efetivamente os resultados são dados.

A codificação das desigualdades também se dá no campo da misoginia, onde apesar do sonho utópico de equidade digital, a parcela masculina de usuários possuem maior agência e domínio sobre o espaço digital, de forma que “(...) *the Internet is a communication environment that privileges the male, pornographic gaze and marginalizes women as objects.*”⁷⁸ (Noble, 2018, p. 58) De certa forma, portanto, o espaço digital não acaba por separar o usuário de seus marcadores sociais que continuam a gerar efeitos e consequências a este sujeito, inclusive a ponto do algoritmo privilegiar certos marcadores em detrimento de outros. Ademais,

*Men, intending to or not, have used their control and monopoly over the domain of technology to further consolidate their social, political, and economic power in society and rarely give up these privileges to create structural shifts in these inheritances. Where men shape technology, they shape it to the exclusion of women, especially Black women.*⁷⁹ (Noble, 2018, p. 107)

Parte da consequência por essa modulação é o fato dos agentes que as codificam e as manipulam são homens brancos privilegiados que se retroalimentam e dificultam o acesso de pessoas de cor, gênero e orientação sexual diversa da deles, homogeneizando a tecnoesfera e suprimindo a diversidade, especialmente nas *Big Techs* que dominam o mercado em que sua grande maioria possui como dono um homem.

Em outros termos: “*The lack of a diverse and critically minded workforce on issues of race and gender in Silicon Valley impacts its intellectual output.*”⁸⁰ (Noble, 2018, p. 163) Não podendo se excluir o imperativo do Marketing que propositalmente “constrói” marcadores sociais a fim de mirar no usuário, promover produtos e garantir a manutenção da lógica de consumo, de forma que, apesar de servir como uma ferramenta de busca, o Google atua como uma plataforma de publicidade (conforme previamente apontado), se

⁷⁸ A internet é um ambiente de comunicação que privilegia o olhar masculino e pornográfico e marginaliza as mulheres e as objetifica. – tradução livre.

⁷⁹ Com o intuito ou não, os homens têm usado seu controle e monopólio sobre o domínio da tecnologia para consolidar ainda mais seu poder social, político e econômico na sociedade e raramente abrem mão desses privilégios para criar mudanças estruturais nessas heranças. Onde os homens moldam a tecnologia, eles a moldam com a exclusão das mulheres, especialmente as mulheres negras. – tradução livre.

⁸⁰ A falta de uma força de trabalho diversificada e com senso crítico em questões de raça e gênero no Vale do Silício impacta sua produção intelectual. – tradução livre.

desincumbindo do compromisso ético que envolve o arquivamento, busca e catalogação da informação.

Ao se reconhecer a reprodução das desigualdades, desde a misoginia até o racismo, e as formas como as pessoas marginalizadas são representadas (e algoritmicamente categorizadas) no espaço digital que se modula para privilegiar certos indivíduos em detrimento de outros, acaba-se por além de reforçar a necessidade de expor a não-neutralidade da Sociedade de Controle, promover o debate a fim de caminhar pela busca de justiça social, política e econômica.

4 TECNOLOGIA DA DIVERSIDADE E SUPERAÇÃO

*Both Rope and Stick, To Protect and Connect, Together, For Tomorrow.*⁸¹

(Drawbridge motto)

Em que pese o decantamento da Sociedade de Controle e sua sedimentação na contemporaneidade, conforme explorado anteriormente desde a formulação do conceito até de fato sua formação por meio dos eventos apontados e algumas de suas fortes sequelas no tecido social, como a profusão do discurso de ódio e a desigualdade algorítmica, isso não impõe sua solidificação. Portanto, o presente capítulo busca propor contra-movimentos a fim de reformular o desenvolvimento tecnológico, explorando mecanismos para frear o avanço da soberania-aparente das *Big Techs*, assim como um outro olhar para o desenvolvimento tecnológico e o próprio papel do maquinário na vida humana.

4.1 REGULAMENTAÇÃO COMO UMA PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

Dentre as possibilidades de contenção dos efeitos produzidos pelo maquinário cibernético contemporâneo, inegavelmente se faz necessário propor sua regulamentação. Isso porque tal ato exige uma série de processos e debates que permitem colocar luz sobre esse tema, assim como tornar o debate público, ouvindo entidades que estudam o assunto, coletando dados mais concretos e viabilizando uma reinterpretação do papel dessas tecnologias na vida dos brasileiros, por exemplo. Longe de ser um entrave à inovação, ela se mostra essencial para assegurar os direitos humanos e fundamentais na era digital, ao mesmo tempo em que serve como um mecanismo crucial para frear o poder desproporcional das gigantes da tecnologia e sua *soberania-aparente*.

Inicialmente, a *internet* foi concebida sob uma perspectiva de liberdade e descentralização. Contudo, essa visão utópica colidiu com a realidade de um desenvolvimento impulsionado por interesses comerciais (sob a égide neoliberal) e estratégias de mercado que resultaram na concentração massiva de poder e dados nas mãos de poucas empresas. As *Big Techs*, operam em um ambiente que, por muito tempo, permaneceu sem regulamentação. Isso permitiu que elas construíssem modelos de negócio baseados na extração e monetização de

⁸¹ Com corda e bastão, para proteger e conectar, juntos, pelo amanhã. – tradução livre.

dados pessoais, na manipulação algorítmica do comportamento do usuário e na criação de monopólios informacionais.

A ausência de regulamentação clara tem levado a uma série de violações de direitos, como abordado nos tópicos anteriores. A privacidade dos usuários é constantemente comprometida, com a coleta de dados que vai muito além do necessário para a prestação de serviços. A liberdade de expressão, embora frequentemente invocada pelas plataformas, é muitas vezes tolhida ou distorcida por algoritmos opacos que decidem o que é visível e o que não é, e por políticas de moderação que, por vezes, são inconsistentes ou tendenciosas. Além disso, a proliferação de discursos de ódio, desinformação e *fake news* nessas plataformas tem impactado diretamente a democracia, a saúde pública e a coesão social, sem que as empresas sejam devidamente responsabilizadas.

A regulamentação, portanto, surge como uma ferramenta para reequilibrar essa balança. Ela pode estabelecer limites claros para a coleta e o uso de dados, exigindo transparência nos algoritmos e garantindo que os usuários tenham controle real sobre suas informações. Regulamentações também podem promover a concorrência no setor, evitando monopólios que sufocam a inovação e limitam as escolhas dos consumidores.

Além disso, a regulamentação é vital para combater a desinformação e o discurso de ódio, exigindo que as plataformas adotem medidas eficazes de moderação de conteúdo, sem, contudo, cair na censura. Trata-se de encontrar um equilíbrio delicado que proteja as garantias e direitos constitucionais, mas impeça seu uso para fins prejudiciais. Ao fazer isso, o objetivo não é "controlar a *internet*", mas sim assegurar que ela continue sendo um espaço seguro, justo e equitativo para todos, onde os direitos humanos e fundamentais são respeitados e protegidos. A regulamentação é, em suma, um passo essencial para reverter a concentração de poder e garantir que a tecnologia sirva à sociedade, e não o contrário.

A União Europeia (UE) tem se posicionado na vanguarda da regulamentação do ambiente digital, estabelecendo um conjunto de normas que visam proteger os direitos dos cidadãos e reequilibrar a balança de poder frente às gigantes da tecnologia. Essa abordagem proativa é um reconhecimento de que a inovação não pode vir às custas da dignidade humana, da privacidade e da concorrência justa, e suas legislações servem como um farol para outras jurisdições ao redor do mundo, demonstrando a importância de um quadro legal robusto para a era digital.

O Regulamento Geral de Proteção de Dados (*General Data Protection Regulation* – GDPR), adotado em 2016 pela União Europeia e em vigor desde 2018, foi um divisor de águas na proteção de dados pessoais, atribuindo ao indivíduo um controle muito maior sobre

suas próprias informações. Ele exigiu que as empresas obtivessem consentimento explícito para coletar dados, garantissem o direito ao acesso e portabilidade e o direito ao esquecimento, além de promover a minimização de dados e a privacidade por design e por padrão. Esse impacto forçou as redes sociais e outras plataformas a reformularem suas políticas de privacidade, investirem em segurança e darem mais transparência aos usuários, sob pena de multas que podem chegar a 4% do faturamento global anual, conforme art. 83, §5 da referida norma.

Complementando essa proteção, a Lei de Serviços Digitais (DSA – *Digital Services Act*), que entrou em vigor em fases e com aplicação total para todas as entidades reguladas a partir de fevereiro de 2024, visa criar um ambiente *online* mais seguro e responsável. Ela impõe que as plataformas façam a remoção rápida de conteúdo ilegal, ofereçam transparência na moderação e ativamente combatam a desinformação, especialmente as "*Very Large Online Platforms*" (VLOPs), que possuem mais de 45 milhões de usuários ativos mensais na UE.

Once the Commission designates a platform as a VLOP or a search engine as a VLOSE, the designated online service has 4 months to comply with the DSA. The designation triggers specific rules that tackle the particular risks such large services pose to Europeans and society when it comes to illegal content, and their impact on fundamental rights, public security, and wellbeing.⁸² (European Commission, sp.)

Além disso, a DSA proíbe a publicidade direcionada a menores e fortalece o sistema de "*Trusted Flaggers*", garantindo que as redes sociais invistam em equipes de moderação e assumam maior responsabilidade pelo que circula em seus ambientes, sob pena de multas de até 6% do faturamento global anual, nos termos do art. 73, §1º da referida lei.

Para garantir um certo grau de concorrência, a Lei de Mercados Digitais (*DMA – Digital Markets Act*) atua coibindo o poder de monopólio das maiores empresas de tecnologia, chamadas de "*gatekeepers*" ou "controladores de acesso". A DMA impõe proibições a essas gigantes, como impedir que usem sua posição dominante para favorecer seus próprios serviços ou dificultar a concorrência, e estabelece obrigações como permitir a interoperabilidade entre serviços (permitindo que usuários de diferentes plataformas de mensagens se comuniquem, por exemplo), garantindo maior escolha para o usuário e forçando as *Big Techs* a abrirem seus ecossistemas.

⁸² Uma vez que a Comissão designa uma plataforma como VLOP (Plataforma Online Muito Grande) ou um motor de busca como VLOSE (Motor de Busca Online Muito Grande), o serviço online designado tem 4 meses para cumprir com o DSA (Lei de Serviços Digitais). Essa designação aciona regras específicas que abordam os riscos particulares que esses grandes serviços representam para os europeus e para a sociedade no que diz respeito a conteúdo ilegal, e seu impacto nos direitos fundamentais, na segurança pública e no bem-estar. – tradução livre.

Em essência, essas legislações representam um esforço para reequilibrar o ambiente digital, colocando o usuário no centro das preocupações ao garantir direitos à privacidade, à liberdade de expressão, à não discriminação e à concorrência. Ao impor transparência algorítmica, responsabilidade sobre o conteúdo e limites ao poder de mercado, a União Europeia demonstra que a regulamentação não é um obstáculo ao progresso, mas sim um pilar essencial para construir um futuro digital mais justo, seguro e democrático para todos.

No Brasil, o avanço da regulamentação da *internet* e das plataformas digitais tem sido um processo gradual, impulsionado pela necessidade de adaptar o arcabouço jurídico a uma realidade tecnológica em constante transformação. Essa jornada regulatória busca, acima de tudo, garantir que os direitos humanos e fundamentais sejam protegidos no ambiente online, assegurando a segurança, a privacidade e a liberdade dos usuários.

Antes de uma legislação específica, questões como privacidade e liberdade de expressão na *internet* eram tratadas de forma dispersa, com base na Constituição Federal e em princípios gerais do direito. No entanto, a explosão do uso da *internet* e o surgimento de novos desafios exigiram uma resposta mais robusta e direcionada.

O grande pilar dessa trajetória é o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). Essa lei foi um divisor de águas, estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no país. Considerado inovador e uma referência internacional, o Marco Civil nasceu de um processo democrático e participativo, com amplo debate público. Sua importância reside na garantia de pilares essenciais: a liberdade de expressão, que assegura a manifestação do pensamento *online* (com as devidas limitações legais para evitar abusos); a proteção da privacidade e dos dados pessoais (o que seria aprofundado em lei posterior); e a neutralidade de rede, um princípio revolucionário que impede que provedores de *internet* discriminem pacotes de dados, garantindo que todos os conteúdos sejam tratados de forma igualitária, promovendo um ambiente mais justo para a inovação e o acesso à informação. O Marco Civil também estabeleceu regras para a responsabilidade dos provedores por conteúdos de terceiros, determinando que eles só podem ser responsabilizados após ordem judicial para remover um conteúdo ilegal, um mecanismo que busca equilibrar a liberdade de expressão com a necessidade de combater ilícitos.

A proteção dos dados pessoais, apenas delineada no Marco Civil, foi profundamente desenvolvida com a sanção da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), inspirada no modelo europeu (RGPD). A LGPD representa um avanço na garantia da autodeterminação informativa, ou seja, o direito do titular de dados de controlar suas próprias informações. A lei estabelece regras rigorosas para a coleta, armazenamento,

tratamento e compartilhamento de dados pessoais por qualquer entidade (pública ou privada), impondo a necessidade de consentimento claro e específico do usuário, a definição de finalidades explícitas para o uso dos dados e o direito de acesso, correção e exclusão de informações. Para as plataformas e redes sociais, a LGPD significou a obrigação de serem mais transparentes sobre como os dados são usados, de implementarem medidas de segurança firmes e de garantirem os direitos dos usuários, com a possibilidade de multas significativas em caso de descumprimento, o que serve como um importante freio para as práticas de extração massiva de dados sem consentimento.

Mais recentemente, o Brasil tem debatido intensamente o Projeto de Lei nº 2.630/2020, conhecido como “PL das Fake News”. Embora ainda em tramitação e com pontos de discussão, sua existência e o debate que gera já ressaltam a preocupação com os desafios contemporâneos da *internet*, como a desinformação generalizada, o discurso de ódio e os impactos na democracia. O PL busca estabelecer mecanismos para a responsabilização das plataformas por conteúdos ilegais, a transparência na moderação de conteúdo, a exigência de identificação de perfis falsos e robôs, e a proteção de crianças e adolescentes contra publicidade abusiva e conteúdos nocivos. A importância desse projeto reside na tentativa de adaptar a legislação existente aos novos riscos que surgiram com a escala e o alcance das redes sociais, buscando um equilíbrio delicado entre a liberdade de expressão e a necessidade de proteger a sociedade de manipulações e conteúdos prejudiciais que ameaçam a coesão social e a própria integridade democrática.

Em suma, a trajetória regulatória brasileira, com o Marco Civil da Internet e a LGPD como seus pilares, demonstra um compromisso crescente com a proteção dos direitos humanos no ambiente digital. Essas normas, ao estabelecerem garantias para a privacidade, a liberdade de expressão e a segurança dos dados, não apenas empoderaram os usuários, mas também impõem limites ao poder desproporcional das grandes plataformas, que por muito tempo operaram em uma “terra sem lei”.

O debate em torno do PL das Fake News indica que o Brasil continua a buscar formas de refinar sua legislação para enfrentar os desafios mais recentes da era digital, reafirmando que a tecnologia deve servir à sociedade e aos seus cidadãos, e não o contrário. Entretanto, mesmo que a mediação seja exigida, nem sempre a resposta por parte das plataformas é satisfatória, como foi o caso durante as eleições municipais de 2020 onde 66% dos alertas emitidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre postagens com conteúdos duvidosos foram ignorados (Monnerat, 2020).

Outro exemplo da complexidade em avançar com a regulamentação é o lobby feito pelas *Big Techs* sobre o Congresso Nacional, bem como sobre a opinião pública, tendo como grande exemplo dessa influência a “PL das Fake News” que, apesar de no começo do mandato do governo Lula em 2023 ter sido pautado, encontra-se travado (e praticamente engavetado) diante do jogo político e das tensões suscitadas, bem como a própria pressão produzida pelas gigantes da tecnologia (José, 2024, sp.).

A Google foi uma das principais *Big Techs* no front para frear o avanço do projeto de lei, além de articular com membros do congresso, colocou em 27 de abril de 2023 um *hyperlink* na página inicial do site que direcionava a um espaço em que argumenta os “riscos” do PL, chamando-a de “PL da Censura”.

FIGURA 7 - PRINT DA PÁGINA INICIAL DO GOOGLE COM O HIPERLINK



Fonte: O autor (2023)

Conforme figura (7) acima, o Google se utilizou de seu poder e alcance para promover seus interesses e reduzir o debate democrático e a importância do projeto a um mecanismo de censura e controle governamental, haja vista que a sua aprovação culminaria em normas que poderiam afetar a lógica de lucro com as interações feitas a partir da desinformação e a responsabilização da empresa pela complacência ou inação frente as ilicitudes ocorridas em seu espaço restrito. Inclusive, para fazer valer seu alcance a Google gastou R\$837 mil reais em anúncios com o intuito de atacar a “PL das Fake News” os quais

foram exibidos ao menos 12 milhões de vezes em diferentes telas dos usuários (Dantas, 2023).

Outrossim, conforme relatório produzido pelo Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais (Netlab) vinculado Universidade Federal do Rio de Janeiro:

As plataformas estão usando todos os recursos possíveis para impedir a aprovação do PL 2630 porque o que está em jogo são os bilhões arrecadados com publicidade digital que atualmente não possuem nenhuma regra, restrição ou obrigação de transparência, deixando anunciantes e consumidores vulneráveis aos seus interesses econômicos. (NETLAB, 2023, p. 2)

Ademais, “(...) se o PL 2630 não for aprovado, as *big techs* conseguem manter a assimetria regulatória que existe no mercado e, portanto, manter suas vantagens competitivas frente aos outros meios de comunicação que também vivem de publicidade.” (NETLAB, 2023, p. 2) De forma que o campo regulatório também se torna um espaço de disputa em que se pode observar a influência das *Big Techs* (e de sua soberania-aparente), ao mesmo tempo que expõe a relevância de avançar com projetos tão necessários para assegurar os direitos constitucionais, assim como foi a criação do Marco Civil e da Lei Geral de Proteção de Dados.

4.2 TECNODIVERSIDADE, LOCALIDADE E COLETIVIDADE

Para além de movimentos puramente legislativos e intrinsecamente estruturais, é necessário contrapor uma lógica mono-desenvolvimentista da tecnologia, ou seja, apenas a importação dos aparatos e sistemas para outros países, mantendo a hegemonia a apenas certas nações. Não apenas a hegemonia, como o fato daquele maquinário ter sido criado em um contexto histórico social que não necessariamente é o mesmo de outros países, independente de se viver em um mundo globalizado, singularidades culturais e sociais permanecem existindo.

Tecnologia, portanto, não se trata de um fenômeno único e universal, pelo contrário, é carregado de uma multiplicidade de visões e manifestações completamente diferentes ao se levar em conta contextos próprios. Isso porque, “(...) A tecnologia em si mesma não é neutra, carrega formas particulares de conhecimentos e práticas que se impõem aos usuários, por sua vez, se veem obrigados a aceitá-las.” (Hui, 2020, p. 15 e 16) Evento que ocorre frente a imposição das dinâmicas feitas por meio dos Termos de Uso, como previamente apontado, bem como pelas sequelas produzidas pela inevitável inserção dos vieses na constituição do maquinário cibernético. Abstrair tal reflexão e olhar a tecnologia como manifestação

meramente instrumental produz uma abordagem dualista entre função e utilidade, excluindo-se o agente que a constitui e a opera.

O pesquisador contemporâneo Yuk Hui, assim como observado por Deleuze, aponta que o capitalismo evoluiu investindo fortemente no desenvolvimento tecnológico, mas objetivando principalmente o lucro, de forma que se não houver uma reinterpretação sobre o conceito de tecnologia em si, “(...) dificilmente seremos capazes de preservar a alteridade e a diferença.” (Hui, 2020, p. 19) Haja vista que “(...) as diferenças tecnológicas também preservam e reforçam diferenças de poder.” (Hui, 2020, p. 83)

Outrossim, Hui relembra que a dita globalização,

Tem sido em sua maior parte um processo que emana de um só lado e traz consigo a universalização de epistemologias particulares e, através de meios tecnoeconômicos a elevação de uma visão de mundo regional ao *status* de metafísica supostamente global. (Hui, 2020, p. 23)

E mais a frente complementa que “(...) nunca houve universalismo (não até agora, pelo menos), mas apenas uma universalização (ou sincronização) – um processo de modernização possibilitado pela globalização e pela colonização.” (Hui, 2020, p. 61 e 62) Não se trata apenas de repensar a tecnologia, mas sim de reconhecer seu papel no exercício do poder, assim como Deleuze propôs, ou seja, há uma absorção do poder no maquinário e consequentemente na sua profusão. A influência das *Big Techs* no jogo político internacional, especialmente frente a sua *soberania-aparente* demonstra claramente como tal absorção se deu. Portanto, regulamentar as plataformas é uma medida, mas não suficiente para impedir a continuidade e formação de novas possibilidades de absorção do poder e seu exercício.

Faz-se necessário reconhecer que, “(...) a tecnologia não é antropologicamente universal; seu funcionamento é assegurado e limitado por cosmologias particulares que vão além da mera funcionalidade e da utilidade. Assim, não há uma tecnologia única, mas uma multiplicidade de cosmotécnicas.” (Hui, 2020, p. 25) Ao ser descoberto o maquinário cibernético e exposto seus agentes que a manipulam, torna-se palpável reconhecer os objetivos que atravessam a mera funcionalidade das plataformas, não se tratam apenas de serviços como troca de mensagens e demais ferramentas, mas sim de espaços restritos que são administrados por interesses guiados pela lógica neoliberal. Lucro e controle andam de mãos dadas nessa atual conjuntura tecnológica, mas isso não significa que se restringe a isso, pelo contrário.

A tecnodiversidade proposta por Hui não é um movimento de negação de tecnologias modernas que operam de forma globalizante, que são úteis aos diversos diferentes contextos

(Hui, 2020, p. 46), não é sobre negar o que foi criado, pelo contrário, conforme explorado no presente trabalho o desenvolvimento tecnológico diz muito sobre o próprio tecido social, sobre os fios que o amarram e o condicionam. Sendo assim, busca-se “(...) fragmentar o mundo de acordo com o diferente, em vez de universalizá-lo através do mesmo; induzir o mesmo através do diferente, em vez de deduzir o diferente a partir do mesmo.” (Hui, 2020, p. 72) A tecnodiversidade se coloca como uma nova fronteira epistemológica do entendimento sobre a formação da tecnologia. Entender que a própria lógica de importação de certas tecnologias é a manutenção do poder de uma soberania sobre a outra, especialmente em se tratando do maquinário cibernético em que se é possível penetrar no mais íntimo da privacidade individual e até mesmo governamental. É, portanto, um movimento de esclarecimento crítico e não de negação.

Reitera-se que não se trata de deixar de reconhecer o impacto de maquinários já criados que revolucionaram as formas de agir, que atuam e funcionam de maneira global e que são úteis a diferentes contextos mesmo que não tenham sido criados lá, mas sim sobre não suprimir a capacidade de uma outra sociedade de produzir sua própria tecnologia, mesmo que para exercer funções semelhantes. A ARPANET e a *Cybersyn*, por exemplo, foram criadas com princípios correlatos, entretanto imbuídas das peculiaridades (e interesses) daqueles contextos em que foram desenvolvidas.

Reforçar a importância da manutenção de um país em exercer sua soberania maquinica, não significa automaticamente fechar as sociedades em si mesmas, não é sobre provocar uma onda nacionalista, pelo contrário, é sobre reconhecer a contradição no uso desses aparatos para a manutenção do poder, e a possibilidade de não dependência tecnológica (Hui, 2020, p. 89).

Essa demanda por um pluralismo é para nós um lembrete de que precisamos nos reapropriar de maneira consciente da ciência e da tecnologia modernas, de que precisamos lhes dar uma nova direção em uma época em que sua disseminação planetária faz com que esse redirecionamento seja possível. (Hui, 2020, p. 91)

A Sociedade de Controle que se formou com a gradual privatização do maquinário cibernético acabou por dar forma a um sistema tecnológico que exclui a participação coletiva de uma série de processos, restringe a poucos engenheiros o acesso aos códigos que dão vida aos algoritmos que regem as dinâmicas no espaço restrito das plataformas. A dependência promovida pelas plataformas constituiu um monopólio centrado em poucas empresas com um potencial político nunca antes visto. Impulsionar a tecnodiversidade é um movimento também

de ruptura com a concentração de poder a ser absorvido nos maquinários que virão a ser ressignificados ou até mesmo criados.

Na mesma perspectiva, Ben Tarnoff sustenta que se faz necessário reverter o processo de privatização da Internet e seus andares para garantir uma verdadeira democratização e transferência de poder para o coletivo (Tarnoff, 2022, p. 47). É uma diversificação em contrapartida à concentração. Em que pese a visão inicialmente constituída baseada fortemente no potencial mercadológico da internet nos anos 1990, a monopolização de poder e administração impedem a clareza quanto à sua operacionalização. Dessa forma, *“democratizing the internet must involve turning even its deepest corridors into places where people, and not profit, rule.”*⁸³ (Tarnoff, 2022, p. 55) Significa inverter como flui a ordem do poder, passando a ser direcionada de baixo para cima e para fora, não mais para de cima para baixo e para dentro, colocando o usuário em uma posição ativa, com clareza de como aquele espaço é operado, e não mais passiva sendo sujeitado as *modulações* das plataformas e seus agentes.

Para Tarnoff, regulamentar o mercado ou torná-lo mais competitivo não permitirá tocar na raiz de uma das características centrais do maquinário cibernético contemporâneo: a própria lógica mercadológica redundante de mercantilizar tudo que toca. Onde, *“a privatized internet will always amount to the rule of the many by the few, and the rule of those few by an imperative that is hard-wired into capitalism: the imperative to accumulate.”*⁸⁴ (Tarnoff, 2022, p. 154). Portanto, a desprivatização, por assim dizer, almeja a formação de uma nova *internet* não mais guiada pelo lucro obtido por poucos, mas efetivamente como um maquinário que absorverá uma proposta coletiva de atravessar fronteiras e conectar sociedades. Não significa conceder o domínio para o Estado, como se este estivesse estatizando aquilo que foi privatizado, mas sim sobre permitir à sociedade civil ocupar uma postura ativa, uma modalidade de exercício de cidadania digital.

Outrossim, além da desprivatização, a descentralização da internet daria aos diferentes contextos culturais o desenvolvimento de tecnologias que estivessem alinhadas às suas formas de fazer social (Tarnoff, 2022, p. 158). Isso não significa uma fragmentação, afinal os diferentes espaços continuam conectados pela mesma infraestrutura da *internet*. Em outras palavras, deve-se buscar promover e incentivar a *tecnodiversidade*, haja vista que *“privatization has pushed things in the opposite direction: online life increasingly takes place*

⁸³ Democratizar a internet deve envolver a transformação até mesmo de seus corredores mais profundos em locais que as pessoas, e não o lucro, governe/administre. – tradução livre.

⁸⁴ Uma internet privatizada sempre equivalerá ao governo de muitos por poucos, e ao governo desses poucos por um imperativo que está intrinsecamente ligado ao capitalismo: o imperativo de acumular. – tradução livre.

within monolithic enclosures where interactions are governed by secret and proprietary algorithms.”⁸⁵ (Tarnoff, 2022, p. 159)

Transferir aos usuários o domínio sobre o maquinário, tornar seus algoritmos claros e seus sistemas coletivos, coaduna conjuntamente com o potencial de autonomia sobre os dados que tanto movimentam a Sociedade de Controle, alterando-se a lógica “extrativista” e invasiva, retomando a privacidade como um direito a ser preservado e respeitado.

*Data is made collectively, and made valuable collectively. (...) Crucially, the ownership of data would be separated from its processing: users could determine under what conditions an online service would have access to their data, and under what conditions more data could be manufactured.*⁸⁶ (Tarnoff, 2022, p. 165 e 166)

A pesquisadora previamente apresentada, Sofiya Umoja Noble também tece uma observação importante que dialoga com uma proposta de desenvolvimento alinhado com a *tecnodiversidade*. Trata-se do reconhecimento da importância da participação ativa de profissionais da humanidade atuando conjuntamente com os desenvolvedores (aqui arrolando todos aqueles que estão inseridos no processo de criação), a fim de produzir maquinários que de fato entendam o público que pretendem atingir, bem como ponderando os próprios marcadores de desigualdades que não podem ser reproduzidos mecanicamente.

*We need people designing technologies for society to have training and an education on the histories of marginalized people, at a minimum, and we need them working alongside people with rigorous training and preparation from the social sciences and humanities. To design technology for people, without a detailed and rigorous study of people and communities, makes for the many kinds of egregious tech designs we see that come at the expense of people of color and women.*⁸⁷ (Noble, 2018, p. 70)

Frente ao exposto, e retornando a teoria central deste subtópico, para Hui a *tecnodiversidade* busca promover reflexões que partem de diferentes culturas as quais podem fornecer modos diferentes de pensamento tecnológico (Hui, 2020, p. 95). Significa superar o hegemônico levando em conta a localidade, respeitando as comunidades a fim de desenvolver uma nova imaginação tecnológica que permita a constituição de outras formas de vida social, política e cultural.

⁸⁵ A privatização tem empurrado as coisas na direção oposta: a vida online ocorre cada vez mais dentro de áreas restritas monolíticas onde as interações são governadas por algoritmos secretos e proprietários. – tradução livre.

⁸⁶ Os dados são feitos coletivamente e tornados valiosos coletivamente. (...) Crucialmente, a propriedade dos dados seria separada de seu processamento: os usuários poderiam determinar sob quais condições um serviço online teria acesso aos seus dados e sob quais condições mais dados poderiam ser produzidos. – tradução livre.

⁸⁷ Precisamos que as pessoas que projetam tecnologias para a sociedade tenham, no mínimo, treinamento e educação sobre as histórias de pessoas marginalizadas, e precisamos que trabalhem ao lado de pessoas com formação e preparo rigorosos das ciências sociais e humanas. Projetar tecnologia para pessoas, sem um estudo detalhado e rigoroso de pessoas e comunidades/grupos, resulta nos muitos tipos de projetos tecnológicos flagrantes que vemos e que ocorrem às custas de pessoas de cor e mulheres. – tradução livre.

Complementarmente e com a devida ponderação:

(...) a tecnodiversidade é, em essência, uma questão de localidade. Localidade não significa necessariamente etnocentrismo, nacionalismo ou fascismo, mas é aquilo que nos força a repensar o processo de modernização e de globalização e que nos permite refletir sobre a possibilidade de *reposicionar* as tecnologias modernas. (Hui, 2020, p. 123)

Reinterpretar o maquinário cibernético de forma a reconhecer a importância de uma fragmentação, ou seja, “(...) desprender-se da convergência e da sincronização impostas pela tecnologia moderna, permitindo ao pensamento a divergência e a diferenciação.” (Hui, 2020, p. 132) A *tecnodiversidade* se coloca, portanto, na ponta contrária de um desenvolvimento *monotecnológico*, a fragmentação expande os valores, as epistemologias e as formas de existência. Ou seja, são formas de reaviver a cultura hacker, do software livre e das comunidades de código aberto.

Outro ponto central no debate pautado pela *tecnodiversidade* se refere ao reconhecimento dos danos ambientais para a formação da tecnologia, portanto a busca por um desenvolvimento maquínico que tente reduzir as sequelas para o meio ambiente, e seja atravessada por formas mais ecológicas de serem constituídas. Em outros termos, retomar a sociedade em um patamar de equidade com a natureza e não contínuo extrativismo inconsequente. Haja vista que os seres humanos são, “(...) seres providos de talentos não apenas para a adaptação de ambientes externos, mas também para a alteração e a adoção desse ambiente em si mesmo através de meios técnicos.” (Hui, 2020, p. 105)

Ademais,

Vemos nesses processos de adaptação e adoção que há uma reciprocidade entre seres vivos e o ambiente por eles ocupado – fenômeno a que podemos chamar de organicidade –, sobretudo no fato de que seres e ambiente não apenas trocam informações, energia e matéria, mas também constituem uma comunidade. Uma comunidade humana é muito mais do que a soma dos agentes humanos que a constituem; ela também inclui o ambiente e outros seres não humanos. (Hui, 2020, p. 105)

Não se trata apenas de uma lógica de proteção da natureza, mas sim de um movimento político baseado em ambientes naturais e as especificidades de cada território. (Hui, 2020, 114) Isso porque há uma forma de simbiose entre a ecologia e a própria *tecnodiversidade*, haja vista que a segunda sem a primeira seria apenas a continuidade da lógica extrativista e consumidora do capitalismo voraz.

Para que uma solidariedade concreta dessa natureza floresça e se manifeste em ações tangíveis, torna-se imperativo o cultivo de um horizonte pautado pela *tecnodiversidade*. Isso

implica ir além da homogeneização tecnológica imposta pelos modelos corporativos dominantes e investir no desenvolvimento de um ecossistema plural de alternativas tecnológicas levando em conta as especificidades de cada localidade.

Essa *tecnodiversidade* se materializaria na criação e no amadurecimento de novas plataformas descentralizadas e éticas, concebidas não para a extração de dados e a maximização do engajamento a qualquer custo, mas para o fomento de conexões autênticas, a proteção da privacidade e o empoderamento dos usuários, por exemplo. Paralelamente, seria crucial o desenvolvimento de ferramentas colaborativas de código aberto e acessíveis, que permitam a indivíduos e grupos, independentemente de sua localização geográfica ou recursos financeiros, trabalhar juntos de forma eficaz em projetos comuns, desde iniciativas locais até empreendimentos globais.

Em última análise, essa episteme não seria mediada por interesses comerciais ou algoritmos privados, mas sim pela ação coletiva de construir um mundo mais justo, solidário e sustentável, utilizando a tecnologia como uma ferramenta de capacitação e conexão, e não de controle e mercantilização, e também prezando pela manutenção e cuidado com o meio ambiente.

4.3 PARA ALÉM DO IMPERATIVO UTILITARISTA

Em outra toada, trazendo as reflexões para a episteme decolonial, o pensador brasileiro da etnia indígena krenaque, Ailton Krenak, entoa a importância de redirecionar o olhar para a tecnologia, por assim dizer, conferida pela própria natureza que tão engenhosamente se regula e se forma para garantir a sua existência e manutenção. Removendo a lógica antropocêntrica e recolocando o ser humano como parte do todo e não seu ponto gravitacional, bem como questionando o pensamento utilitarista.

No contexto do capitalismo contemporâneo o poder tem sido exercido fortemente pelas grandes corporações, como as *Big Techs* pontuadas no presente trabalho. Para Krenak, o poder, hoje, “(...) é uma abstração concentrada em marcas aglutinadas em corporações e representadas por alguns humanóides.” (Krenak, 2020, p. 16) Mas não apenas o poder é concentrado nestas empresas, como há uma constante publicidade quanto a modernidade, uma certa forma de constante busca de projeção para além da matéria, uma odisséia pela permanência de continuar existindo.

Neste atrofamento produzido pela cultura do consumo e na transformação do próprio ser humano em mercadoria, bem como pelo excesso de estímulos produzidos pelo

entretenimento digital, o sujeito se desconectou da natureza e de sua existência neste organismo vivo (Krenak, 2020, p. 18). Assim como a *tecnodiversidade* coloca em pauta a fragmentação e reconhecimento da importância das especificidades locais no desenvolvimento tecnológico, Krenak ressalta a importância das micropolíticas como a agroecologia e a permacultura como formas de contrapor os modelos hegemônicos de produzir e desenvolver.

Uma forma de contra movimento onde se deve parar de se desenvolver – no sentido da esteira produtivista e extrativista do capitalismo neoliberal – e rumar para o envolver (Krenak, 2020, p. 24), ou seja, a integração e conexão humana que não se encaixa no modo utilitarista. Reconhecer que os seres humanos andam em constelação (Krenak, 2020, p. 39). Não se deixar consumir pelo cansaço funcional e preservar o sonho como horizonte de possibilidade a ser construído coletivamente, rompendo bolhas e de fato conectando diferentes grupos. Onde o cotidiano se torna uma extensão dos sonhos.

Partir de uma episteme que visualiza parte do desenvolvimento tecnológico como produto social, e que sendo produzido de forma hegemônica e não-diversa cumpre especialmente o papel de controle e produtividade. Krenak propõe dar-se um passo para trás, não como um movimento de retrocesso ou necessariamente comparação, mas de olhar atento, de entender que certas técnicas já produzidas foram e podem continuar servindo para prover tudo que era (e é) preciso para viver.

Quando pensamos na possibilidade de um tempo além deste, estamos sonhando com um mundo onde nós, humanos, teremos de estar reconfigurados para podermos circular. Vamos ter que produzir outros corpos, outros afetos, sonhar outros sonhos para sermos acolhidos por esse mundo e nele podermos habitar. (Krenak, 2020, p. 47)

Uma episteme oriunda dos povos originários ressalta o vínculo do ser humano com a própria natureza em que está inserido. Novamente, ele (o humano) não se encontra fora dela (a natureza), nem mesmo é capaz de escapar completamente dela, pois depende fortemente de todos os recursos para sua própria subsistência e formação da realidade material. Tal movimento não partirá da economia, nem do sistema *per se*, mas sim das ações coletivamente tomadas onde a individualização não impera, onde a tecnologia criada não busca egotizar, mas sim realmente conectar e construir acervos ou espaços digitais que estejam sob domínio social e não mercadológico.

O olhar utilitarista da tecnologia, assim como da própria técnica, como ferramentas de atuação e exercício de poder tanto sobre outros seres humanos como sobre a própria natureza, impede o sujeito de reconhecer o sentimento de pertencimento à totalidade da vida

(Krenak, 2020, p. 56). A Sociedade de Controle atua sob o imperativo da vigilância constante e da modulação promovida pelas plataformas, ela atrofia o sujeito e o torna em mercadoria geradora de dados a fim de permitir a roda do consumo continuar girando.

O maquinário cibernético ocupa esse espaço de separador do ser humano tanto de si mesmo como da natureza em que está inserido, vai além de um mero antropocentrismo, pois não há uma valorização do ser humano, mas seu adoecimento por meio da ilusão digital (Krenak, 2020, p. 59). O capitalismo contemporâneo, por meio do maquinário cibernético (e especialmente sob os imperativos do Marketing) consegue cooptar parte expressiva dos elementos de forma a viciar o sujeito no “novo”, o desejo constante pelo consumo daquilo que será lançado e substituirá o “antigo”, mesmo que esse objeto sequer tenha um ano de uso.

Não há como se falar na manutenção e possibilidade de continuação de um sistema pautado na exploração infinita de recursos finitos, reformular a compreensão da produção, consumo e trabalho sob o prisma da integração e supressão do utilitarismo é permitir a construção de algo efetivamente novo para as dinâmicas sociais.

Krenak observa que,

A mesma dificuldade que muita gente tem em entender que a Terra é um organismo vivo, eu tenho em entender que o capitalismo é um ente com o qual podemos tratar. Ele não é um ente, mas um fenômeno que afeta a vida e o estado mental de pessoas no planeta inteiro - não vejo como dialogar com isso. (Krenak, 2020, p. 69)

A Sociedade de Controle tomou forma exatamente pela continuidade e potência do capitalismo de estender seus tentáculos e cooptar o desenvolvimento de técnicas e maquinários a fim de cumprir suas vontades lucrativas e de poder, retirando parte expressiva (senão de forma completa) dos motivos e razões que inicialmente deram forma aquele projeto, como foi a privatização da *internet* e o gradual processo de exercício do poder por meio das plataformas. Outrossim, nada mais antropocêntrico que o próprio neoliberalismo, pois para além do exercício constante da busca pelo lucro, propaganda a lógica do indivíduo acima do coletivo, o sucesso individual é o estratagema do que é centrado no homem acima de tudo, mas a verdade é que há muito mais vida para além do indivíduo. O capitalismo e seu maquinário artificializam a existência e deslocam o olhar atento do ser humano para o consumo inebriante do entretenimento e estímulos.

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. (...) Tudo que eu consigo pensar é natureza. (Krenak, 2020, p. 83)

Ademais,

Os seres que são atravessados pela modernidade, a ciência, a atualização constante de novas tecnologias, também são consumidos por elas. Essa ideia me ocorre a cada passo que damos em direção ao progresso tecnológico: que estamos devorando alguma coisa por onde passamos. (Krenak, 2020, p. 95)

A criação afeta diretamente seu criador, o usuário é consumido pelas plataformas semelhantes ao como a consome. A relação entre a tecnologia e a própria sociedade é direta e não apenas indireta, os processos sociais (e vieses) são transferidos para a operacionalização dos algoritmos, sem contar a lógica de dependência dos diversos aparatos até agora criados. Novamente, não é sobre retroceder, mas lançar luz sobre os dilemas da busca incessante por um “progresso tecnológico” que tem fortemente corroído o tecido social e consumido a finitude do planeta Terra, não se pode excluir do cálculo produtivo as sequelas ambientais, não basta criar tecnologias que buscam apenas remediar o problema e vendê-las como a solução que justifica a manutenção desse modelo social.

Enquanto o capitalismo operar a mercantilização será o lema, bem como a propaganda do indivíduo como sucesso social. Reconhecer a importância do outro não como concorrente, mas como aquele que na sua medida e possibilidade da forma a realidade e permite a existência do todo. “É dessa afetação pelos outros que pode sair uma outra compreensão sobre a vida na Terra.” (Krenak, 2020, p. 104)

A cada avanço, a cada nova interface que se interpõe entre o indivíduo e o mundo, está implícita a constatação de que uma determinada esfera (seja ela ecológica, social, cognitiva ou mesmo temporal) está sendo consumida. A busca incessante pela otimização, pela eficiência e pela novidade tecnológica parece operar sob uma lógica entrópica, na qual o ganho aparente em uma determinada dimensão implica, necessariamente, uma perda ou degradação em outra.

Nesse sentido, há uma relação predatória intrínseca ao desenvolvimento tecnológico descontextualizado de uma reflexão ética e de uma avaliação de suas consequências a longo prazo. O "progresso", desvinculado de um olhar crítico humanista e ecológico, revela-se um processo de acumulação destrutiva, no qual a promessa de emancipação e bem-estar se esvai na medida em que novas formas de dependência, alienação e exploração são engendradas, assim como aquelas que por fim deram forma a Sociedade de Controle que por agora está decantada no tecido social até que novas ações reorganizem.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Se ainda vivo fosse, para além de refinar sua teoria e pesquisa, Deleuze estaria diante da sedimentação daquilo que chamou de Sociedade de Controle na década de 1990. Conforme percorrido neste trabalho, um projeto inicialmente desenvolvido com o caráter militar passou por um período de sonho coletivo, de conectar pesquisadores, sociedade civil e estudantes nos mais diferentes pontos de um território com o intuito de facilitar a comunicação e a troca de experiências. A *internet*, que pode ser vista como uma das principais referências quanto ao maquinário cibernético, ao ser inevitavelmente consumida pela lógica neoliberal que vinha surgindo nos anos 1980 passou a operar como instrumento de mercantilização e vigilância de seus usuários.

A formação das plataformas deu continuidade e gradualmente foi cerceando o espaço digital, privatizando os espaços, resumindo parte das interações dos usuários em locais restritos regidos pelos Termos de Uso, mecanismo semelhante a uma Constituição que acaba por conceder as *Big Techs* um poder, ou melhor, *soberania-aparente*, semelhante ao de um país/nação. A Sociedade de Controle de fato se formou, os mecanismos de poder e controle se expandiram para além dos espaços fechados e avançaram fortemente para o espaço aberto, assim como para a esfera privada das pessoas, por meio do maquinário cibernético que na contemporaneidade ocupa as mais diferentes partes da rotina das pessoas. Os dados pessoais se tornaram moeda de troca de forma que o usuário foi se tornando uma mercadoria em si mesmo, além de dependente destes aparatos.

Por um breve momento no início do século XXI o maquinário digital foi posto nesse espaço de contestação e organização de movimentos sociais pelo mundo, pautando o debate, conectando protestos e mobilizando pessoas tanto para participar quanto para visualizar a realidade dos confrontos sob a ótica dos membros do movimento e não apenas pelas lentes da grande mídia. Reavivando, de certa forma, o atravessamento coletivo do maquinário cibernético, um agenciamento social pelo social, entretanto a manutenção do *status quo* prevaleceu e o espaço digital não foi mais visto como tão seguro considerando a quantidade de informações e dados que eram coletados dos próprios manifestantes, dados que poderiam ser usados tanto para a lógica do consumo como da vigilância das ações, movimentações e projetos das manifestações e de seus integrantes.

Os dois movimentos propostos por Deleuze se tornam ainda mais aparentes com a administração dos espaços restritos por meio dos algoritmos que efetivamente exercitam a *modulação* das plataformas, enquanto a *manipulação* é exercida por aqueles que codificam ou

aqueles que se aproveitam dos vieses dos algoritmos. Dentro dos limites de operacionalização, o presente trabalho apresentou o discurso de ódio como elemento em que se permite visualizar os dois movimentos ocorrendo, bem como um alerta ao seu dano na confiança pública e nas fontes da informação, atrofiando o debate e intensificando a radicalização. Em seguida, outra sequela do maquinário cibernético explorada é a reprodução de desigualdades por meio dos vieses embutidos na manipulação dos algoritmos que silenciosamente reforçam os estigmas sociais e invisivelmente afastam grupos marginalizados da centralidade social.

Em suma, a questão central restou respondida, a Sociedade de Controle de fato se formou com a evolução do maquinário cibernético, reiterando-se a importância em se olhar para a tecnologia como ferramenta que é desenvolvida em contextos sociais, históricos e políticos que acabam por influenciar sua aplicabilidade e objetivos. Pensar na contemporaneidade sem considerar o maquinário que tão ativamente atua sobre, é excluir do cálculo um elemento central no exercício do poder. É fundamental entender que a *manipulação* antecede a *modulação*, portanto os agenciamentos humanos determinam a operacionalização da tecnologia.

Mas antes de se tornar clara tal questão, diversas dessas tecnologias foram vistas e usadas como instrumentos de contestação, assim como promessas de superação dos sistemas vigentes, e não são poucos os exemplos de sua aplicação nesse sentido. Entretanto a reflexão se provou contundente em lembrar que esses artefatos são produtos da própria sociedade, imbuído de seus vieses e cooptados pelas forças ideológicas dominantes. Não foram e não são artefatos dados por deuses ou seres apartados da sociedade, mas produtos de suas próprias contradições. A tecnologia é, antes de tudo, um espelho da sociedade e um fragmento produzido por ela, ou melhor, um fragmento que reflete a própria sociedade – ela não está deslocada do mundo *offline*, ela é a transposição codificada e algorítmica da realidade para o espaço digital. Potencialmente imperfeita como seu criador.

É fundamental o desenvolvimento de medidas para frear o avanço das potências tecnológicas e suas forças sobre o jogo político nacional e internacional, entretanto não se pode resumir a aplicação de mecanismos legislativos e regulatórios, mas também sobre a necessidade de redirecionar a ideia de desenvolvimento para algo pautado na localidade e multiplicidade cultural, bem como retomada de uma produção nacional (mas que não seja pautada em uma lógica nacionalista). Necessário é manter o questionamento sobre qual o futuro que se busca construir, qual o horizonte social se busca atingir, qual forma se faz

possível construir tecnologia com o menor impacto ambiental possível, que efetivamente entrelace o tecido social, e que reconheça suas incongruências.

A superação da Sociedade de Controle exige a reação de movimentos conjuntos em diferentes âmbitos, desde a esfera estritamente regulatória, bem como formação de uma nova episteme a fim de garantir um horizonte de possibilidade em que o agenciamento humano exercido sobre os maquinários atuais e futuros seja efetivamente em prol da coletividade (e do meio ambiente). Isso, visando garantir uma maior qualidade de vida e de fato reduzindo as desigualdades ao em vez de reforçá-las, bem como esteja sob domínio público e não privado, prezando pela transparência e pluralidade. Concluindo, uma sociedade de superação, diversidade e integração, e não mais de controle, segregação e vigilância.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Itana. **Com mais de mil prisões na BA, sistema de reconhecimento facial é criticado por 'racismo algorítmico'**; inocente ficou preso por 26 dias. Entrevistada: Ana Gabriela Ferreira. G1, Bahia. 01 de setembro de 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/09/01/com-mais-de-mil-prisoas-na-ba-sistema-de-reconhecimento-facial-e-criticado-por-racismo-algoritmico-inocente-ficou-presos-por-26-dias.ghtml?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Promotion Acesso em: 7 de julho de 2025.

ALMEIDA, Silvio Luiz de; GALLEGOS, Esther Solange; **O Ódio como Política: a Reinvenção das Direitas no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 2018.

ARTHUR, Charles. *Tech giants may be huge, but nothing matches big data*. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2013/aug/23/tech-giants-data> Acesso em: 7 de julho de 2025.

BARLOW, John Perry. *A Declaration of the Independence of Cyberspace*. Electronic Frontier Foundation. 1996. Disponível em: <https://www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence> Acesso em: 7 de julho de 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BORGES, Laís. **Estudo mostra que uso de fake news cresce no 2º turno; 'desinformação está mais complexa e sofisticada'**, diz pesquisadora. GloboNews. 25 de outubro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/25/estudo-mostra-que-uso-de-fake-news-cresce-no-2o-turno-desinformacao-esta-mais-complexa-e-sofisticada-diz-pesquisadora.ghtml> Acesso em: 7 de julho de 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 7 de julho de 2025.

BRIDLE, James. **A Nova Idade das Trevas: a tecnologia e o fim do mundo**. Tradução: Érico Assis. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?**, 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a. 287 páginas.

BUTLER, Judith. **Vida Precária: Os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. *Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach*. 2018. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-use-lection> Acesso em: 7 de julho de 2025.

CADWALLADR, Carole. *'I made Steve Bannon's psychological warfare tool': meet the data war whistleblower.* 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/data-war-whistleblower-christopher-wyliefacecook-nix-bannon-trump> Acesso em: 7 de julho de 2025.

CAPITAL. **Xenofobia pauta estreia da campanha de Donald Trump na TV americana.** Carta Capital. 05 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/trump-estreia-propaganda-na-tv-com-polemica/> acesso em: 7 de julho de 2025.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança:** movimentos sociais na era da internet. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CHOMSKY, Noam. **Mídia:** propaganda política e manipulação. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CONGER, Kate; LAUREN, Hirsch. *Elon Musk Completes \$44 Billion Deal to Own Twitter: the world's richest man closed his blockbuster purchase of the social media service, thrusting Twitter into a new era.* The New York Times. Nova Iorque. 27 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/10/27/technology/elon-musk-twitter-deal-complete.html> Acesso em: 7 de julho de 2025.

CORRÊA, Fábio. **Raio X carcerário:** superlotação, prisão ilegal e morosidade. DW. Brasil. 02 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/raio-x-carcer%C3%A1rio-superlota%C3%A7%C3%A3o-pris%C3%A3o-ilegal-e-morosidade/a-66422478#:~:text=No%20ranking%20mundial%2C%20o%20Brasil,da%20Birkbeck%2C%20Universidade%20de%20Londres> Acesso em: 7 de julho de 2025.

DA EMPOLI, Giuliano. **Engenheiros do Caos:** como as fake news, às teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. 3ª ed. São Paulo: Vestígio, 2020.

DANTAS, Dimitrius. **Google gastou R\$ 837 mil em anúncio para atacar PL das Fake News, admitem plataformas ao STF:** Empresas dizem que 'brecha' permitiu anúncio impulsionado, que teria sido exibido 13 milhões de vezes. O GLOBO. Brasília. 31 de maio de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/plataformas-admitem-ao-stf-que-ataques-do-google-contra-pl-das-fake-news-violaram-suas-regras-de-publicidade.ghtml> Acesso em: 7 de julho de 2025.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990).** Traduzido por Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013. 240 páginas.

EMCKE, Carolin. **Contra o Ódio.** 1ª ed. São Paulo: Âyiné, 2020.

ESTADO, Agência. **'Fake news' se espalham 70% mais rápido que notícias verdadeiras, diz MIT.** Correio Braziliense. Brasil. 08/03/2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2018/03/08/interna_tecnologia_664835/fake-news-se-espalham-70-mais-rapido-que-noticias-verdadeiras.shtml acesso em: 7 de julho de 2025.

FISHER, Max. **A Máquina do Caos:** como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. Tradução: Érico Assis. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2023. 510 páginas.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. 4ª tiragem. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2019. 269 páginas.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 42ª ed. 9ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. 302 páginas.

G1. **Facebook eleva para 87 milhões o nº de usuários que tiveram dados explorados pela Cambridge Analytica.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/facebook-eleva-para-87-milhoes-o-n-de-usuarios-que-tiveram-dados-explorados-pela-cambridge-analytica.ghtml> Acesso em: 7 de julho de 2025.

HAN, Byung-Chul. **No Enxame:** perspectivas do digital. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 2018a.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica:** O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 1ª ed. Belo Horizonte. Ayiné. 2018b.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço.** Tradução: Enio Paulo Giachini. 2ª ed. ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HUK, Yui. **Tecnodiversidade.** Tradução: Humberto do Amaral. 1ª Reimpressão. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

JOSÉ, Pedro. **Projeto de regulação das redes sociais está parado no Congresso:** PL busca regular as redes sociais no Brasil com o objetivo de combater a desinformação e a publicação de conteúdos ilícitos. CORREIO BRAZILIENSE. 03 de setembro 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/09/6933550-projeto-de-regulacao-das-redes-sociais-esta-parado-no-congresso.html> Acesso em: 7 de julho de 2025.

KIMANI, Mary. *RTL: The Medium That Became a Tool for Mass Murder.* In: THOMPSON, Allan (ed.). *The Media and the Rwanda Genocide.* Londres: Pluto Press, 2007. p. 110–124. doi:10.2307/j.ctt18fs550.14

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** 1ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.

LEMONS, Amanda. **Reconhecimento facial cresce no Brasil;** vídeo explica como isso afeta você: Área de segurança pública amplia uso da tecnologia, mas falta transparência. FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo. 07 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2021/08/reconhecimento-facial-cresce-no-brasil-entenda-como-isso-afeta-voce.shtml#:~:text=Est%C3%A1%20previsto%20que%20o%20%22Em,facial%20pelo%20governo%20em%202021> Acesso em: 7 de julho de 2025.

LEPAN, Nicholas. *Visualizing the Length of the Fine Print, for 14 Popular Apps*, disponível em:

<https://www.visualcapitalist.com/terms-of-service-visualizing-the-length-of-internet-agreements/> Acesso em: 7 de julho de 2025.

MACASKILL, Ewan; DANCE, Gabriel; CAGE, Feilding; CHEN, Greg. *NSA Files: Decoded*. 2013. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/interactive/2013/nov/01/snowden-nsa-files-surveillance-revelations-decoded#section/1> Acesso em: 7 de julho de 2025.

MACEDO, Isabella. **Das 123 fake news encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro**. UOL - Congresso em Foco. 26 de out. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/#1540506640310-535a5934-9024> acesso em: 7 de julho de 2025.

MACHADO, André. Você é o Produto: veja como seus dados pessoais são coletados e usados pelas 'big techs'. O Globo. 05 de maio de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/voce-o-produto-veja-como-seus-dados-pessoais-sao-coletados-usados-pelas-big-techs-25002637> Acesso em: 7 de julho de 2025.

MADRIGAL, Alexis C. *Hillary Clinton Was the First Casualty in the New Information Wars*. The Atlantic. 31 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2017/05/hillary-clinton-information-wars/528765/> acesso em: 7 de julho de 2025.

MEDINA, Eden. **A revolução cibernética socialista de Allende**. Jacobina. 04 de setembro de 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/a-revolucao-cibernetica-socialista-de-allende/> Acesso em: 7 de julho de 2025.

MEDINA, Eden. *Project Cybersyn: Chile's Radical Experiment in Cybernetic Socialism*. The MIT PRESS Reader. 11 de setembro de 2023. Disponível em: <https://thereader.mitpress.mit.edu/project-cybersyn-chiles-radical-experiment-in-cybernetic-socialism/> acesso em: 7 de julho de 2025.

MIRANI, Leo. *Millions of Facebook users have no idea they're using the internet*. QUARTZ. 06/07/2016. Disponível em: <https://qz.com/333313/millions-of-facebook-users-have-no-idea-theyre-using-the-internet/> acesso em: 7 de julho de 2025.

MONNERAT, Alessandra. **Redes sociais ignoram 66% dos alertas do TSE**. ESTADÃO. São Paulo. 27 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,redes-sociais-ignoraram-66-dos-alertas-do-tse,70003563468> acesso em: 7 de julho de 2025.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. Traduzido por Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 193 páginas.

NET LAB. **A guerra das plataformas contra a PL 2630**. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/a-guerra-das-plataformas-contr-o-pl-2630> Acesso em: 7 de julho de 2025.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; ROBERTSON, Craig T.; ARGUEDAS, Amy Ross; KLEIS, Rasmus Nielsen. **Reuters Institute Digital News Report 2024**. Oxford. 2024. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2024-06/RISJ_DNR_2024_Digital_v10%20lr.pdf DOI: 10.60625/risj-vy6n-4v57 acesso em: 7 de julho de 2025.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; SCHULZ, Anne; ANDI, Simge; KLEIS, Rasmus Nielsen. **Reuters Institute Digital News Report 2020**. Oxford. 2020. pág. 90. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf DOI: 10.60625/risj-048n-ap07 acesso em: 7 de julho de 2025.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; SCHULZ, Anne; ANDI, Simge; ROBERTSON, Craig T.; KLEIS, Rasmus Nielsen. **Reuters Institute Digital News Report 2021**. Oxford. 2021. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2021-06/Digital_News_Report_2021_FINAL.pdf DOI: 10.60625/risj-7khr-zj06 Acesso em: 7 de julho de 2025.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression: how search engines reinforce racism**. New York: New York University Press, 2018. 229 páginas.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Antônio Xerxenesky. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021. 440 páginas.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: how the new personalized web is changing what we read and how we think**. Estados Unidos: Penguin Books Ltd, 2012.

RADIO FRANCE INTERNATIONALE (RFI). **Myanmar army behind Facebook pages spewing hate speech: UN probe**. Genebra. 27 de março de 2024. Disponível em: <https://www.rfi.fr/en/international-news/20240327-myanmar-army-behind-facebook-pages-spewing-hate-speech-un-probe> Acesso em: 7 de julho de 2025.

REBELLO, Auri. **O MECENAS: Delegado Waldir torrou R\$ 30 milhões em reconhecimento facial para cidades que sequer têm saneamento básico em Goiás**. The Intercept. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/04/05/delegado-waldir-torrou-r-30-milhoes-em-reconhecimento-facial-para-cidades-que-sequer-tem-saneamento-em-goias/> Acesso em: 7 de julho de 2025.

RIBEIRO, Renato. **Estudo: 70% da população carcerária no Brasil é negra**. Rádio Agência. Brasília. 19 de julho de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-07/estudo-70-da-populacao-carceraria-no-brasil-e-negra#:~:text=Dos%20mais%20de%20850%20mil,Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica> Acesso em: 7 de julho de 2025.

SAMPAIO, Fabiana. **80% das prisões errôneas por reconhecimento facial no RJ são de negros**: TJ-RJ recomenda que a técnica não seja a única prova dos inquéritos. AGÊNCIA BRASIL. Rio de Janeiro. 12 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2022-01/80-das-prisoas-e-rroneas-por-reconhecimento-facial-no-rj-sao-de-negros> Acesso em: 7 de julho de 2025.

SEBENIUS, Alyza; EGKOLFOPOULOU, Misrlena. ***Biden Campaign Ramps Up Criticism of Facebook for Disinformation***. Bloomberg. 20 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-06-20/biden-campaign-ramps-up-criticism-of-facebook-for-disinformation> Acesso em: 7 de julho de 2025.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico**: Inteligência Artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edição SESC, 2022.

TARNOFF, Ben. ***Internet for the people: the fight for our digital future***. Londres; Nova Iorque: Verso, 2022.

Terms of Service Didn't Read. This service may collect, use, and share location data. Disponível em: <https://tosdr.org/en> acesso em: 7 de julho de 2025.

UNIÃO EUROPEIA (UE). **Regulation (EU) 2022/2065: Digital Services Act (DSA)**. European Commission, 2022. Disponível em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/dsa-vlops> Acesso em: 7 de julho de 2025.

YANAGIZAWA-DROTT, David. ***Propaganda and conflict: evidence from the Rwandan genocide***. *Quarterly Journal of Economics*. Volume: 129, Issue (4): p. 1947–1994. Publicado em novembro de 2014. Disponível em: https://www.zora.uzh.ch/id/eprint/137646/1/Propaganda_and_conflict_Drott.pdf Acesso em: 7 de julho de 2025.

ZUBOFF, Shoshana. ***The Age of Surveillance Capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power***. Nova Iorque: PublicAffairs, 2019.